



ACADEMIA MILITAR

DIRECÇÃO DE ENSINO

MESTRADO EM CIÊNCIAS MILITARES – ESPECIALIDADE SEGURANÇA (GNR)

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

**NOVAS TECNOLOGIAS, SEGURANÇA INTERNA E DIREITOS
FUNDAMENTAIS**

ALUNO: Aspirante Aluno: Ricardo Alexandre Pereira Carvalho

ORIENTADOR: Coronel Artilharia Rui Baleizão

Lisboa, Agosto de 2011



ACADEMIA MILITAR

DIRECÇÃO DE ENSINO

MESTRADO EM CIÊNCIAS MILITARES – ESPECIALIDADE SEGURANÇA (GNR)

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

**NOVAS TECNOLOGIAS, SEGURANÇA INTERNA E DIREITOS
FUNDAMENTAIS**

ALUNO: Aspirante Aluno: Ricardo Alexandre Pereira Carvalho

ORIENTADOR: Coronel Artilharia Rui Baleizão

Lisboa, Agosto de 2011

DEDICATÓRIA

A todos aqueles que abdicaram de algum tempo próprio para me auxiliar, em especial,
à minha família, namorada e amigos.

AGRADECIMENTOS

O trabalho em causa representa um estado de zelo por parte do autor e de daqueles que mostraram dedicação e empenho na elaboração do mesmo, a todos eles, o meu grandioso reconhecimento. Por todo o entendimento e disponibilidade demonstrada, direcciono os meus sinceros e humildes agradecimentos.

Agradeço em primeira instância ao Coronel Rui Baleizão, meu orientador, pelo apoio, colaboração e dedicação patenteada de forma incansável. O esplendoroso contributo concedido foi um marco importante e fundamental na elaboração deste trabalho, não só ao definir e delimitar os rumos a seguir, como também ao incontestável tributo para a formação como aluno, orientando e pessoa.

Agradeço ao Senhor Doutor Pedro Santana Lopes, pela sua disponibilidade e colaboração concedidas, em detrimento da sua preenchida agenda. A sua capital experiência profissional e idoneidade nos assuntos a tratar foram uma notável mais-valia.

Agradeço ao Senhor Doutor Francisco Moita Flores por me facultar a sua pertinente informação e conhecimento na obtenção da entrevista, adquirido através do seu notável percurso profissional.

Agradeço ao Coronel Pedroso, enquanto pessoa, profissional e comandante pelo olhar crítico e realista sobre a temática desenvolvida.

Agradeço ao Tenente Coronel Lourenço Lopes pela informação e disponibilidade fornecida assim como, a passagem de conhecimento e disponibilidade na amostra de situações e formas de actuação, relacionadas com as ferramentas das novas tecnologias abordadas neste trabalho.

Agradeço ao Major Silvério pela preocupação relacionada com a elaboração deste trabalho e a emergente crítica construtiva arrolada com a concepção do mesmo.

Agradeço à Senhora Doutora Clara da Comissão Nacional de Protecção de Dados pela importante colaboração na entrevista realizada e disponibilidade em me relatar informação inerente à Comissão, com interesse para o trabalho.

Agradeço a todos aqueles que, sem saberem e sem intenção, colaboraram nesta minha sinuosa caminha e coadjuvaram-me na obtenção dos meus objectivos. Foram todos úteis e fundamentais na prossecução das minhas metas...

...a todos os meus sinceros agradecimentos e o meu Obrigado.

ÍNDICE GERAL

DEDICATÓRIA	i
AGRADECIMENTOS	ii
ÍNDICE DE FIGURAS	vii
ÍNDICE DE QUADROS	viii
LISTA DE SIGLAS	ix
LISTA DE ABREVIATURAS	x
RESUMO	xi
ABSTRACT	xii
CAPÍTULO 1 APRESENTAÇÃO DO TRABALHO	1
1.1 INTRODUÇÃO	1
1.2 ENQUADRAMENTO	1
1.3 ESCOLHA E JUSTIFICAÇÃO DO TEMA	1
1.4 PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO	2
1.5 OBJECTIVOS	3
1.6 QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO	3
1.7 HIPÓTESES	4
1.8 METODOLOGIA E MODELO DE INVESTIGAÇÃO	4
1.9 SÍNTESE DOS CAPÍTULOS	5
1.10 CORPO DE CONCEITOS	5
1.10.1 SEGURANÇA INTERNA	6
1.10.2 NOVAS TECNOLOGIAS	6
1.10.3 DIREITOS FUNDAMENTAIS	6
1.10.4 GLOBALIZAÇÃO	7
1.10.5 TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC)	7
1.10.6 NOVAS AMEAÇAS E RISCOS	8
I PARTE TEÓRICA	9
CAPÍTULO 2 AS FORÇAS DE SEGURANÇA E O ESTADO DE DIREITO	9
2.1 OS FINS DO ESTADO	9
2.2 SEGURANÇA INTERNA	10

2.3	A DICOTOMIA SEGURANÇA/INSEGURANÇA	11
2.4	AS NOVAS TECNOLOGIAS COMO FERRAMENTAS DA SEGURANÇA INTERNA	12
2.5	A INTERFERÊNCIA DAS NOVAS TECNOLOGIAS NA ESFERA JURÍDICA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	14
	CAPITULO 3 O MODO DE UTILIZAÇÃO DAS NOVAS TECNOLOGIAS COMO FERRAMENTA DAS FORÇAS E SERVIÇOS DE SEGURANÇA.....	16
3.1	VIDEOVIGILÂNCIA.....	16
3.2	ESCUTAS TELEFÓNICAS.....	18
3.3	BASES DE DADOS.....	19
3.4	SOFTWARE DE TRATAMENTO DE INFORMAÇÃO.....	19
3.5	SALAS DE SITUAÇÃO.....	20
	CAPITULO 4 A ESFERA JURÍDICA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E A COMISSÃO NACIONAL DE PROTECÇÃO DE DADOS	22
4.1.	COMISSÃO NACIONAL DE PROTECÇÃO DE DADOS	22
4.2.	DIREITOS FUNDAMENTAIS	23
	II PARTE – TRABALHO DE CAMPO	25
	CAPÍTULO 5: METODOLOGIA DA PARTE PRÁTICA.....	25
5.1	MÉTODO DE ABORDAGEM.....	25
5.2	HIPÓTESES PRÁTICAS.....	25
5.3	METODOLOGIA DE ANÁLISE.....	25
5.4	EXECUÇÃO DO TRABALHO DE CAMPO.....	26
5.5	CARACTERIZAÇÃO UNIVERSO DA ANÁLISE	27
	CAPITULO 6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	28
6.1	ANÁLISE DOS RESULTADOS DAS RESPOSTAS DOS ENTREVISTADOS .	28
6.1.1	CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS.....	28
6.2	ANÁLISE DOS RESULTADOS	28
	CAPITULO 7 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	47
7.1	VERIFICAÇÃO DAS HIPÓTESES PRÁTICAS.....	47
7.2	REFLEXÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES	47
7.3	LIMITAÇÕES DA INVESTIGAÇÃO	49

BIBLIOGRAFIA	50
LIVROS E PUBLICAÇÕES:.....	50
PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS, TRABALHOS DE INVESTIGAÇÃO, RELATÓRIOS E JORNAIS:.....	51
LEGISLAÇÃO.....	52
SÍTIOS DA INTERNET	52
APÊNDICES	54
APÊNDICE A ESQUEMA DOS PILARES BASILARES DO TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA	55
APÊNDICE B SISTEMA DE GESTÃO OPERACIONAL	56
APÊNDICE C GUIÃO DA ENTREVISTA	57
APÊNDICE D ENTREVISTA AO SENHOR MAJOR SILVÉRIO DA GNR	61
APÊNDICE E ENTREVISTA AO Sr. DOUTOR PEDRO SANTANA LOPES	68
APÊNDICE F ENTREVISTA AO Sr. DOUTOR FRANCISCO MOITA FLORES	74
APÊNDICE G ENTREVISTA AO SENHOR CORONEL PEDROSO	78
APÊNDICE H ENTREVISTA AO SENHOR TENENTE-CORONEL LOURENÇO LOPES	86
APÊNDICE I ENTREVISTA À SR. DOUTOURA CLARA GUERRA DA COMISSÃO NACIONAL DE PROTECÇÃO DE DADOS	88
ANEXOS	93
ANEXO A SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNA	94
ANEXO B CICLO OBSERVAR, ORIENTAR, DECIDIR E AGIR	95
ANEXO C CONVENÇÃO EUROPEIA DOS DIREITOS DO HOMEM (CEDH)	96
ANEXO D LEI QUE REGULA A UTILIZAÇÃO DAS CÂMARAS DE VÍDEO PELAS FORÇAS E SERVIÇOS DE SEGURANÇA	102
ANEXO E EXTRACTO DA LEI DA PROTECÇÃO DE DADOS PESSOAIS	108
ANEXO F EXTRACTO DOS ARTIGOS UTILIZADOS DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA, 2 DE ABRIL 1976	111
ANEXO G EXTRACTO DOS ARTIGOS UTILIZADOS DO CÓDIGO PROCESSO PENAL	119
ANEXO H EXTRACTO DOS ARTIGOS UTILIZADOS DO CÓDIGO PENAL.....	121
ANEXO I EXTRACTO DOS ARTIGOS UTILIZADOS DO CÓDIGO CIVIL	122

ANEXO J EXTRACTOS DOS ARTIGOS UTILIZADOS DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS.....	123
ANEXO K LEI DE SEGURANÇA INTERNA	124
ANEXO L PROCESSO DECISÃO POLICIAL	131
ANEXO M PROCESSO DECISÃO CIVIL	132
ANEXO N EXTRACTO DA NORMA SOBRE O SISTEMA OPERACIONAL DA GNR133	
ANEXO O EXTRACTO DO RASI 2010	135

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura I.1 - Modelo de Investigação adoptado	5
--	---

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 6.1 - Caracterização dos entrevistados.	28
Quadro 6.1 - Análise dos resultados obtidos na questão 1	29
Quadro 6.3 – Análise dos resultados obtidos na questão 2	30
Quadro 6.4 - Análise dos resultados obtidos na questão 3	31
Quadro 6.5 - Análise dos resultados obtidos na questão 4	32
Quadro 6.6 - Análise dos resultados obtidos na questão 5	33
Quadro 6.7 - Análise dos resultados obtidos na questão 6	34
Quadro 6.8 - Análise dos resultados obtidos na questão 7	35
Quadro 6.9 - Análise dos resultados obtidos na questão 8	36
Quadro 6.10 - Análise dos resultados obtidos na questão 9.	37
Quadro 6.11 - Análise dos resultados obtidos na questão 10.	38
Quadro 6.12 - Análise dos resultados obtidos na questão 11	39
Quadro 6.13 - Análise dos resultados obtidos na questão 12	40
Quadro 6.14 - Análise dos resultados obtidos na questão 13	41
Quadro 6.15 - Análise dos resultados obtidos na questão 14	42
Quadro 6.16 - Análise dos resultados obtidos na questão 15	43
Quadro 6.17 - Análise dos resultados obtidos na questão 16.	44
Quadro 6.18 - Análise dos resultados obtidos na questão 17.	45
Quadro 6.19- Análise dos resultados obtidos na questão 18.	46

LISTA DE SIGLAS

AM	Academia Militar
EG	Escola da Guarda
GNR	Guarda Nacional Republicana
TIA	Trabalho de Investigação Aplicada
SI	Segurança Interna
DF	Direitos Fundamentais
NT	Novas Tecnologias
CRP	Constituição da Republica Portuguesa
MAI	Ministério da Administração Interna
MJ	Ministério da Justiça
CP	Código Penal
CPP	Código de Processo Penal
DUDH	Declaração Universal dos Direitos do Homem
MP	Ministério Público
PSP	Polícia Segurança Pública
SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
CNPD	Comissão Nacional de Protecção de Dados
AR	Assembleia da República
FFSS	Forças e Serviços de Segurança
CMD	Comandante
CMD	Comando
LDNFA	Lei de Defesa Nacional das Forças Armadas
LSI	Lei de Segurança Interna
SGSSI	Secretário Geral do Sistema de Segurança Interna
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
PDA	Personal Digital Assistant
RASI	Relatório Anual de Segurança Interna
CEDH	Convenção Europeia dos Direitos do Homem

LISTA DE ABREVIATURAS

<i>Apud</i>	Citado em (por um terceiro)
Art.	artigo
DL	Decreto – lei
Etc	<i>Et Cetera</i> (e outras coisas)
N.º	Número
Sra.	Senhora
Sr.	Senhor
ss.	seguintes

RESUMO

Este trabalho evidencia aspectos relacionados com a segurança e ferramentas das novas tecnologias utilizadas neste âmbito, tendo em atenção os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos. Até que ponto é legítimo utilizarem-se ferramentas das novas tecnologias com o objectivo de manter e assegurar a legalidade democrática, sem interferirem com a esfera jurídica dos direitos fundamentais.

É um tema bastante em voga, tendo em conta a actualidade e o fenómeno da globalização que engloba um conjunto variado de etnias, condições sociais e estados do nosso mundo. Perante este cenário diversificado e em constante mutação, é necessário novas ferramentas que permitam aos cidadãos manterem o estado de tranquilidade e segurança, por outro lado, é importante salientar que a utilização destas ferramentas enquanto novas tecnologias pode, em parte, interpor-se a certos direitos, liberdades e garantias que estão salvaguardados na Constituição da República Portuguesa.

Sinteticamente, a missão das Forças e Serviços de Segurança comporta um conjunto diversificado de actuações, em prol do cidadão mas, para isso é relevante que a utilização destas ferramentas e os direitos primários que assistem a todos, esteja balanceada.

PALAVRAS – CHAVE: SEGURANÇA INTERNA; DIREITOS FUNDAMENTAIS; NOVAS TECNOLOGIAS; TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO; NOVAS AMEAÇAS E RISCOS.

ABSTRACT

This work focus on the safety aspects of new technologies and the tools used in that context, taking into account the rights, freedom and guarantees of the citizens. Is it possible to use the tools of new technologies to maintain and ensure the democratic rights, without interfering with the legal sphere of fundamental rights?

It is a very current topic, considering the present days and the phenomenon of globalization that encompasses a wide range of ethnicities, social conditions and states of our world. With this diverse and constantly changing backdrop in mind, new tools which enable citizens to maintain a state of peace and security are needed; on the other hand, it is important to note that the use of these tools as new technologies may conflict with certain rights, freedoms and guarantees that are enshrined in the Constitution of the Portuguese Republic.

Briefly, the Forces and Security Services' mission includes a diverse set of operations, in favor of the citizen, but the use of these tools and the fundamental rights of all the population must be balanced.

KEYWORDS: SECURITY, HOMELAND SECURITY, RIGHTS, NEW TECHNOLOGIES, INFORMATION AND COMMUNICATION TECHNOLOGIES, NEW THREATS AND RISKS.

"É espantosamente óbvio que a nossa tecnologia excede a nossa humanidade."

(Albert Einstein)

CAPÍTULO 1

APRESENTAÇÃO DO TRABALHO

1.1 INTRODUÇÃO

De acordo com plano de actividades curriculares dos cursos da Academia Militar e no surgimento da resposta ao processo de Bolonha, no âmbito do Mestrado em Ciências Militares, mais especificamente, na Segurança e Defesa, coube-nos elaborar o presente trabalho de Investigação Aplicada (TIA) subordinado ao tema “Novas Tecnologias¹, Segurança Interna e Direitos Fundamentais”.

1.2 ENQUADRAMENTO

Este Trabalho de Investigação Aplicada destina-se a premiar um mestrado integrado no processo de Bolonha e aplica-se ao meio do desenvolvimento de capacidades de investigação, no âmbito das ciências sociais.

Sendo o oficial da Guarda Nacional Republicana (GNR), um militar exemplar e dotado de saberes da mais diversa natureza é fulcral a capacidade de análise e investigação no que respeita à realização deste trabalho e no que concerne à atribuição e avaliação do aproveitamento final no referido mestrado, com a duração de 5 anos e leccionado na Academia Militar (AM) e Escola da Guarda (EG).

As ferramentas que devem ser apreendidas com este trabalho são necessárias ao futuro Oficial da Guarda, capacidade de análise, investigação e interpretação de assuntos é algo que vai ser transportado para o quotidiano profissional.

Em consonância com o objecto de estudo e de investigação surge a faculdade de poder tratar e abordar um tema de extrema importância para a nossa instituição e para o futuro da mesma. Isto é conseguido com uma análise ponderada e vai de outro modo, permitir que sejam elaboradas conclusões apreciativas e valorativas em relação ao tema “Novas Tecnologias, Segurança Interna e Direitos Fundamentais”.

1.3 ESCOLHA E JUSTIFICAÇÃO DO TEMA

Considera-se este tema bastante valioso, pois o cerne de investigação já que parcialmente abordado, não se refere a novas realidades nem a novos contextos que, surgem com a evolução do homem, da sociedade e da tecnologia;

¹ Ferramentas das novas tecnologias abordadas foram a videovigilâncias; escutas telefónicas e bases de dados.

Este é um tema bastante badalado por parte dos *media* logo, pressupõe um conjunto de variáveis, sociais e legais, que tornam a linha de separação entre elas bastante ténue.

Cada vez mais a sociedade, no seu geral, exige e reclama um conjunto de direitos, inabaláveis é claro mas, num ponto vista diferente são até bastante criticáveis, isto porque, a questão da segurança toca muitas vezes na ferida dos direitos fundamentais e isso, é algo que faz parte da missão da Guarda, assegurar a legalidade democrática e garantir a paz e segurança pública.

Nessa missão da GNR é necessário utilizar ferramentas diversas e actuais, que permitam uma acção de excelência e gratifiquem a mesma, isso é conseguido com a conduta operacional inerente à missão da guarda, servindo-se da videovigilância, das escutas telefónicas e de salas de situação que permitem uma maior cobertura, celeridade e proeficiência na solução de situações diversas e inesperadas. Todavia, estas questões são, por vezes, analisadas de diferentes prismas e o impacto que a aproveitamento das novas tecnologias como ferramentas da Segurança Interna é muitas vezes contrastado e até posto em causa, no que diz respeito à intrusão na esfera jurídica dos Direitos Fundamentais.

Tendo em conta esta problemática e discussão permanente, parece-me apropriado o tema escolhido, visto que propicia, não só às FFSS (Forças e Serviços de Segurança) mas também ao sucesso e progresso da instituição e a toda a sociedade, um conjunto de conhecimentos e ideias relevantes no que diz respeito à segurança e aos direitos do homem, para a prossecução do bem geral e dos fins últimos do estado: segurança, progresso e bem-estar.

Este tema espelha toda a actualidade, tendo em conta o fenómeno globalização que nos assola e no que diz respeito à prevenção e manutenção da ordem e segurança pública, sendo que, a utilização das novas tecnologias pela GNR está limitada ao princípio da legalidade e a sua utilização por terceiros implica um severo e rígido controlo pela instituição.

1.4 PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO

A concepção deste trabalho procura analisar o espectro de utilização das ferramentas das Novas Tecnologias (NT), pelas FFSS, no âmbito da actividade de segurança interna. Este intervalo é limitado por direitos, liberdades e garantias inerentes ao cidadão e constitucionalmente consagrados.

É tarefa basilar do Estado² a manutenção da Segurança e a salvaguarda destes direitos fundamentais e, cada vez se torna uma tarefa mais sinuosa, são só pelo avanço tecnológico que se faz notar à escala mundial como também pelo fenómeno da globalização da sociedade. É este fenómeno que traz mudanças significativas ao nível do surgimento de

² Tarefas fundamentais do Estado definidas no art.9.º CRP, vide ANEXO F.

novas ameaças e riscos porém, a tarefa árdua e em primeira instância de zelar pela segurança dos cidadãos faz parte das FFSS, sendo assim um desafio que lhes é colocado. A segurança é um bem comum de todos os cidadãos e um dos fins últimos do Estado mas, para conseguir atingir o seu ideal, é imprescindível a utilização de meios tecnológicos para auxiliar as FFSS. Por vezes, restringem certos direitos para a salvaguarda de outros e a falta de autonomia legal no uso dos meios, torna o processo demorado e atrasa a actuação policial na prossecução da actividade de segurança interna³.

1.5 OBJECTIVOS

Com este trabalho pretende-se demonstrar e analisar o impacto das novas tecnologias na sociedade e o modo como podem interferir nos direitos fundamentais. Analisar a utilização das novas tecnologias como ferramentas, por parte das FFSS, com o intuito de contribuírem para actividade de segurança interna.

Assim sendo vamos estudar de uma forma geral:

Qual a importância das NT na actividade de segurança interna sem restringirem os Direitos Fundamentais (DF) dos cidadãos.

A um nível mais específico:

Identificar a interferência do uso das NT nos DF dos cidadãos.

Qual a importância das NT como ferramenta essencial das FFSS no âmbito da segurança interna.

Identificar os problemas e eventuais ilegalidades na utilização das NT por parte das FFSS.

1.6 QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO

Face aos objectivos mencionados, surgem questões cuja resposta é fundamental, para perceber e talvez solucionar a problemática levantada.

Questão central:

Até que ponto a utilização das novas tecnologias como ferramentas ao dispor das FFSS, podem interferir na esfera jurídica dos Direitos Fundamentais?

Questões derivadas:

Serão estas ferramentas utilizadas de forma correcta e eficaz, por parte das FFSS, para garantir a segurança interna?

Existirá necessidade de rever ou até mesmo potenciar uma nova reforma do regime jurídico associado às novas tecnologias?

Será a utilização das novas tecnologias, como garantia de manutenção da segurança interna, uma aplicação legal?

³ Actividade definida no art. 1.º lei 53/2008, 29 Agosto (LSI), vide ANEXO K.

Quais os limites legais para a utilização das ferramentas das novas tecnologias pelas FFSS, na esfera jurídica dos direitos fundamentais?

1.7 HIPÓTESES

- H1** A inclusão de ferramentas das novas NT faz diminuir a criminalidade.
- H2** As novas tecnologias são um contributo indispensável às FFSS.
- H3** A actividade de segurança interna usufrui das NT enquanto meio utilizado pelas FFSS.
- H4** A utilização destas ferramentas podem interferir na esfera jurídica dos DF.
- H5** Pode aceitar-se a restrição de certos DF para a salvaguarda da segurança e tranquilidade pública.
- H6** Os limites, legalmente impostos são os necessários, para a correcta utilização das ferramentas das NT enquanto meio ao dispor das FFSS.
- H7** Considera-se necessária uma revisão constitucional, no que respeita ao uso autónomo das novas tecnologias, por parte das FFSS.

1.8 METODOLOGIA E MODELO DE INVESTIGAÇÃO

Este trabalho obedece à metodologia empregue em ciências sociais e está de acordo com o que é proposto pelas orientações dadas pela Academia militar (Academia Militar, 2008) e onde estas são omissas auxiliei-me das Normas de Redacção de Trabalhos Escritos (Sarmiento 2009).

Este trabalho não foi redigido pelas regras do novo acordo ortográfico.

A parte teórica deste trabalho será elaborada num ponto de vista de investigação e pesquisa documental onde, iremos abordar o contexto da esfera jurídica inerente aos direitos dos cidadãos, com base em leis aprovadas e evidenciar através de investigação, um conjunto de ferramentas utilizadas no âmbito das novas tecnologias para a segurança interna.

A parte prática resulta da formulação e posterior análise de entrevistas semi-estruturadas com resposta aberta. Estas entrevistas realizaram-se aos militares da GNR do quadro e a outras entidades idóneas em relação a esta matéria. Pretendendo se assim verificar as hipóteses propostas na primeira parte do trabalho.



Figura I.1 - Modelo de Investigação adoptado

1.9 SINTESE DOS CAPÍTULOS

O Trabalho de Investigação Aplicada encontra-se dividido em duas partes fundamentais: a Parte teórica e uma Parte Prática.

A Parte teórica é constituída por três capítulos nos quais se faz o enquadramento das Novas Tecnologias e sua utilização como ferramentas da “Segurança”, nomeadamente, Segurança Interna bem como, a interferência destas na esfera jurídica dos Direitos Fundamentais.

Posteriormente encontra-se a Parte Prática também constituída por três capítulos.

1.10 CORPO DE CONCEITOS

Conforme o que já foi mencionado, no presente TIA, irão ser discriminadas matérias e conteúdos que propendem explicar a importante tarefa do Estado, de manter a segurança e o bem-estar social. Esta actividade de segurança, mais propriamente a segurança interna, abarca a utilização de ferramentas das NT que proporcionam uma maior facilidade na prossecução desta mas, uma utilização defeituosa pode causar certos constrangimentos legais.

Com este ponto, pretendemos evidenciar e explicar conceitos deveras necessários a uma percepção total da investigação realizada. São conceitos preponderantes e duma relevância extrema e actual, quer ao nível social, quer ao nível político, que se relacionam com o objecto de estudo em causa.

1.10.1 SEGURANÇA INTERNA

A segurança é um direito que assiste a todos os cidadãos, como uma necessidade básica num “*contrato celebrado com o estado*”, está consagrado na nossa lei fundamental como um dos fins do Estado, concomitantemente, conjugado com a justiça e o bem-estar que implica a salvaguarda dos direitos, liberdades e garantias⁴.

Não podemos fugir ao contexto de segurança global que implica a segurança e a defesa. Assim a segurança é vista como um objectivo a atingir pelo Estado, para potenciar o bem-estar da população, a defesa define-se como um conjunto de medidas e intervenções que absorvem aquele objectivo.

Ao falarmos de segurança interna importa referir a lei 53/2008, Lei de Segurança Interna (LSI) que a descreve de uma forma abrangente, esta inclui na sua parte inicial a definição e fins de segurança interna.

Este ponto de partida é a base para a actividade das FFSS e o cerne deste trabalho de investigação, assim é imprescindível constatar que o n.º 1 do artigo 272.º da Constituição da Republica portuguesa (CRP) atribui às polícias o exercício das funções necessárias à salvaguarda da segurança interna.

1.10.2 NOVAS TECNOLOGIAS

As NT são utilizadas como ferramentas das FFSS para, fornecerem informação privilegiada, elementos necessários para uma base de dados e também material informativo capaz de auxiliar, quer na prevenção, quer na investigação de ilícitos e actividades criminosas.

As NT surgem como uma mais-valia para a actividade de segurança interna desenvolvida pelas FFSS. Estas irão ser utilizadas como recurso para garantir a promoção da segurança dos cidadãos⁵.

A evolução das NT promove uma melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e, é também uma ferramenta que permite em tempo real visualizar locais onde haja constantes índices de criminalidade.

1.10.3 DIREITOS FUNDAMENTAIS

Num Estado Social de direito Democrático esta temática está consagrada constitucionalmente na CRP, no Título I, Parte II, nos artigos 25.º e seguintes.

Estes DF assistem a todos os cidadãos que constituem a sociedade de um Estado, uma vez que “*todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos*”⁶. Surgem

⁴ N.º1 do artigo 27.º da CRP diz que “*todos têm direito à liberdade e segurança*”

⁵ Vide ANEXO O, Extracto do RASI

⁶ Artigo 1.º da DUDH, vide ANEXO J

como variável indispensável para a prossecução das tarefas fundamentais do mesmo, como também, direitos a ter em conta na actividade de segurança interna a cargo das FFSS.

Os direitos, liberdades e garantias surgem desde o nascimento do ser humano, “a vida humana é inviolável”⁷, assim fazem parte da esfera jurídica, com limites vinculados e transparentes que, por vezes, a protecção de um certo direito salvaguardado na lei, implica a derrogação de outro.

1.10.4 GLOBALIZAÇÃO

A globalização⁸ é um conceito que não tem uma definição universal, existem variadas mas, no nosso entender, é um processo de acção diversificado que consiste na troca de informação e adopção de políticas e estratégias comuns entre instituições, indivíduos, empresas, etc.

Para Leonardo Boff a globalização é o “*processo mundial de homogeneização do modo de produção capitalista, de globalização dos mercados e das transacções financeiras, do entrelaçamento das redes de comunicação e do controle mundial das imagens e das informações. A lógica que a preside é a competição de todos com todos.*”

O avanço tecnológico, notório a nível mundial permite às instituições um enorme volume de informações, dados e imagens, assim como comunicar em tempo real, independentemente das distâncias.

1.10.5 TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC)

A transformação da sociedade a nível tecnológico faz-se notar aos níveis da informação e do conhecimento e as tecnologias da informação são as responsáveis por essa compreensão e interpretação.

A informação abunda na sociedade em que vivemos e a utilização das TIC⁹ é indispensável para a análise da mesma, tratamento e posterior aplicação no desenvolvimento do processo de decisão, por parte das FFSS.

“A tradicional gestão da informação vê a informação como uma coisa do conhecimento fora de nós que pode ser produzida pelas TIC” (MÃES, 2004).

Os dados não transportam sentido ou significado dos factos, imagens ou sons, visto que lhes faltam elementos relacionais indispensáveis ao estabelecimento de um significado completo, carecendo de uma estrutura relacional interna para uma finalidade cognitiva. Essa estrutura é um dos atributos da informação. Os dados

⁷ Art. 3.º DUDH e art. 24.º CRP

⁸ Como refere Eric Hobsbawm (2008) a globalização, a tecnologia e a actividade económica dominam a cena mundial no que diz respeito à contínua aceleração da habilidade da espécie humana

⁹ As TIC's facilmente podem desumanizar, representar e quantificar as coisas.

transformam-se em informação, quando o seu criador lhes junta significado. (DAVENPORT e PRUSAK, 1998).

Assim as TIC “*podem ser definidas como o conjunto de conhecimentos, de meios materiais (infra-estruturas) e de know-how necessários à produção, comercialização e ou utilização de bens e serviços relacionados com o armazenamento temporário ou permanente da informação, bem como o processamento e a comunicação da mesma.*” (RASCÃO, 2004)

1.10.6 NOVAS AMEAÇAS E RISCOS

Os diferentes actores sociais com as inovações a nível mundial, estão constrangidos com novas ameaças que derivam de novas tecnologias, mais informação e um maior acesso a esta por parte de todos.

Os Estados encontram-se em constante luta cultural e intelectual para sugar toda a informação e conhecimento necessário a interdependência entre actores.

Este termo de “novas ameaças e riscos” é associado a agressões e riscos mas, neste contexto interessa entendê-lo ao nível de acções praticadas entre Estados, ou de actores menores da cena internacional para com os Estados.

I PARTE TEÓRICA

CAPITULO 2

AS FORÇAS DE SEGURANÇA E O ESTADO DE DIREITO

2.1 OS FINS DO ESTADO

Em relação ao capítulo em causa iremos abordar as questões relacionadas com, o sentimento de segurança interpretado pela sociedade e a manutenção da mesma pelo Estado de Direito democrático¹⁰. Um Estado para fazer jus ao nome tem de ter um território, limitado por fronteiras e constituído por cidadãos, aos quais deve ser garantida a sua segurança e bem-estar; um povo constituído que tem inerente um conjunto diversificado de direitos que *“foram-se autonomizando ao longo dos tempos, emergindo da luta contra o Estado, logrando por fim obter consagração como autênticos direitos fundamentais”* (CORREIA, 1999). Mas, é função do Estado¹¹ prover o mesmo de segurança e manter a tranquilidade pública desejada pela sociedade; assim como, assegurar a legalidade democrática através dum enquadramento legal definido na Constituição da Republica Portuguesa, no Código Penal, no Código Processual Penal e nas demais leis subsidiárias que são geridas pelo poder político de um Estado.

Surge então, como resposta aos fins últimos de um estado¹² (segurança, progresso, justiça e bem-estar), um conjunto de ferramentas utilizadas como pilar imprescindível para a manutenção e consolidação da Segurança Interna.

Na Lei nº 20/87 consagrou-se uma definição de *segurança interna*¹³ cujo conteúdo revela, fundamentalmente, os seus fundamentos e finalidade, consagrando-se no nº 1 do artigo 1.º que *“a segurança interna é a actividade desenvolvida pelo Estado para garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger pessoas e bens, prevenir e reprimir a criminalidade e contribuir para assegurar o normal funcionamento das instituições democráticas, o regular exercício dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos e o respeito pela legalidade democrática”*.

Esta definição, retomada na actual LSI, aprovada pela Lei nº 53/2008, de 29 de Agosto, opta por uma definição ampla de segurança interna nela se abrangendo, quer a perspectiva de cumprimento da tarefa fundamental do Estado consagrada no artigo 9.º da CRP, quer a

¹⁰ Consagrado no Art. 2.º CRP

¹¹ Art. 9.º CRP

¹² Guia de Estudo de Ciência Política pág. 151 *apud* Rebelo de Sousa, Ciência Política

¹³ Art. 9.º CRP al. b)

perspectiva de salvaguarda do direito fundamental dos cidadãos à liberdade e à segurança, consagrado no artigo 27.º da CRP.

“Decorrente da própria Constituição como Lei Fundamental, os dois principais pilares jurídico - legislativos em que se alicerça a Segurança e a Defesa em Portugal, são: a Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas (LDNFA) e a Lei de Segurança Interna (LSI).” (G. BRANCO, 2006)

A LSI define a segurança interna como “a actividade desenvolvida pelo Estado para garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger pessoas e bens, prevenir a criminalidade e contribuir para assegurar o normal funcionamento das instituições democráticas, o regular exercício dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos e o respeito pela legalidade democrática.” Nele se canonizam os princípios e limites porque se deve nortear a política de segurança interna¹⁴, assim como o exercício desta actividade do Estado.

A Segurança Interna como função essencial do estado e como condição indispensável à prossecução dos fins últimos do mesmo, coadjuva-se das FFSS para a concretização desta actividade conotadas de apartidarismo¹⁵. No âmbito da actividade de segurança é deveras útil uma uniformização de procedimentos entre forças e uma cooperação recíproca, com o intuito de atingir os objectivos comuns e a eficácia pretendida.

“Em suma, a actividade de segurança interna visa proteger a vida e a integridade física das pessoas, assegurar a paz pública e defender a ordem democrática, condições indispensáveis à própria vida da comunidade, ao seu desenvolvimento, à normal convivência dos cidadãos e ao progresso da sociedade.” (DIAS, 2006)

2.2 SEGURANÇA INTERNA

A segurança é um termo bastante multidisciplinar que abarca um conjunto de conceitos já referidos no corpo de conceitos deste trabalho. Assim, importa dissecar um destes conceitos inerentes à segurança, a “segurança humana”. Esta *“reflecte e apoia uma concepção jurídica da Segurança, colocando em aplicação o ponto de vista humanitário e promovendo a intervenção sócio – económica.”* (VIEIRA BORGES in BALEIZÃO, 2011)

Em relação à *“legalidade e legitimidade da Segurança Humana, o fundamental é que todos os actores (inclusivamente pessoa singular) contribuam, directa ou indirectamente, para fazer com que o Estado fraco se torne forte e que o estado repressivo se torne democrático.”* (BALEIZÃO, 2011)

Mais concretamente, direccionamo-nos para a segurança interna, onde importa referir a lei que regulamenta a mesma actividade (Lei 53/2008, LSI), de acordo com a Constituição e as

¹⁴ Art. 2.º LSI

¹⁵ Art. 25.º n.º 1,2 LSI

demais leis que fundamentam a actuação das FFSS como também, limitar a um território definido e delimitado por fronteiras¹⁶.

Esta a actividade de segurança interna regula-se de acordo com os direitos, liberdades e garantias do Estado de direito democrático, assim como estão definidos as regras inerentes às FFSS na extensão de todo o território nacional¹⁷.

Segundo GOMES CANOTILHO e VITAL MOREIRA, a *“atribuição à polícia da função de garantir a segurança interna tem de conjugar-se com o art.º 273.º, segundo o qual é tarefa da defesa nacional (designadamente das Forças Armadas) garantir a segurança externa da República”* e perduram nesta afirmação ao mencionar que a *“atribuição da função de segurança interna à polícia visa justamente colocar as Forças Armadas (FA) à margem dessa função. No âmbito da polícia, a função de segurança interna cabe às Forças de segurança”*.

A definição de segurança interna é bastante vasta e a sua prossecução está em tudo relacionada com a actividade das polícias de segurança, como está referido no Art. 272.º, n.º 1 da CRP, o que nos reporta para a polícia administrativa geral. Todavia, estas funções de segurança interna são exercidas pela GNR; PSP; PJ; SEF e SS, como também, órgãos de Autoridade Marítima Nacional e órgãos do sistema de Sistema da Autoridade Aeronáutica¹⁸.

A Segurança Interna como actividade desenvolvida pelas FFSS de forma ideal e eficaz, pressupõe uma uniformização de procedimentos e cooperação recíproca a todos os níveis¹⁹. Estes mecanismos de coordenação e cooperação institucional estão explanados na LSI a partir do seu artigo 21.º e ss.

Segundo MÁRIO DIAS *in II Colóquio de Segurança Interna*, a actividade de Segurança Interna desenvolve-se nos seguintes domínios: Informações; Prevenção de todas as formas de criminalidade; Manutenção ou reposição da ordem e tranquilidade pública e Investigação criminal.

“Em suma, a actividade de segurança interna visa proteger a vida e a integridade física das pessoas, assegurar a paz pública e defender a ordem democrática, que são condições indispensáveis à própria vida da comunidade, ao seu desenvolvimento, à normal convivência dos cidadãos e ao progresso da sociedade.” (DIAS, 2006)

2.3 A DICOTOMIA SEGURANÇA/INSEGURANÇA

Esta é uma dicotomia presente e actual, a nossa sociedade está afectada, a crise assola todos os sectores e por todo o lado, o fenómeno globalização tende a envolver o mundo neste “saco sem fundo” e somos nós, em primeira instância, os causadores deste quadro financeiro, económico e social deveras preocupante. Cabe às FFSS, no que diz respeito à

¹⁶ Art. 4.º LSI

¹⁷ Art. 2.º n.º 1,2 LSI

¹⁸ Art. 25.º LSI

¹⁹ Art. 21.º LSI

segurança interna (Lei n.º 20/87, definição de segurança interna, retomada na actual LSI, aprovada pela Lei n.º 53/2008, AGO), suporta-la e fazer com que os direitos fundamentais inerentes ao cidadão comum sejam assegurados, respeitados e acima de tudo, zelar para que todos os respeitem. Todavia, não só de direitos vive o homem existem também deveres intrínsecos a todos, regras de convivência em sociedade e acima de tudo leis que são o cerne de um Estado Social Democrático²⁰.

A abertura de fronteiras faz com que a ameaça seja diversa e global, o que promove também um novo quadro de Segurança Interna: o crime e a insegurança; os conflitos regionais; a diferença de etnias e os Estados fracassados levam ao aparecimento de novos desafios por parte da segurança interna. Estes são menos visíveis e menos previsíveis e devem ser colmatados com a ajuda de ferramentas que permitam o processamento e a análise de informação através de um processo dinâmico, funcional, actual e bem estruturado efectuado pela polícia²¹.

Este novo contexto que apresenta novas vulnerabilidades e riscos reformula o conceito de Segurança, sendo dada ênfase à segurança humana em detrimento da segurança dos estados.

2.4 AS NOVAS TECNOLOGIAS COMO FERRAMENTAS DA SEGURANÇA INTERNA

“Imperdoável não é ser derrotado, mas sim surpreendido”

Anónimo

As novas tecnologias têm como principal objectivo fomentar a informação e adquiri-la para posterior análise na ajuda à tomada de decisão. A informação é o fluxo mais rápido no seio de uma instituição por isso, uma grande instituição como a GNR tem que se adaptar estrutural e funcionalmente a esta nova realidade.

“As novas tecnologias obrigam os Estados a encarar com especial atenção os desafios colocados e a aproveitar, com particular determinação, as novas potencialidades que estes oferecem” (GUERRA, 2005)

Estas num futuro próximo, serão vistas como elementos reestruturadores de uma sociedade, cada vez mais exigente e cada vez mais exposta a uma diversidade enorme de ameaças. Produzirão na sociedade um efeito transformacional, tanto ao nível social como cisões a nível político-económico. Estas transformações são benéficas para a sociedade uma vez que consentirão um desenvolvimento global de forma aprazível, são as novas

²⁰ Art. 9.º CRP alínea b)

²¹ Art. 272.º CRP

tecnologias que oferecem potencialidades em sociedades de maior índice de desenvolvimento mas, o contrário também se verifica nas sociedades menos desenvolvidas que as encaram mais como riscos do que como vantagens.

São as NT que estão ao serviço das FFSS, mais propriamente da GNR, visto que é a aplicação das mesmas, em prol do cidadão, que contribuem para o lema da instituição “Pela Lei e pela Grei”. Sendo a tecnologia resultado da sociedade, evoluindo em função das suas necessidades é pertinente utilizá-la para um favorecimento geral, tanto em relação à sociedade como à instituição GNR, o que provoca um aumento de produção até à optimização, que é passível de ser utilizado através do Ciclo OODA²². (Observar, orientar, decidir e agir)

A instituição GNR vive de decisões e é necessário que este processo seja respeitado do início ao fim sem interferências exteriores logo, o fim deste ciclo deve ser efectuado da forma mais rápida possível, para que o adversário não crie condições de ripostar e para que exista uma vantagem na decisão.

Surge assim a pertinência em utilizar ferramentas que permitam aceder a informação e tratá-la de forma a auxiliar a tomada de decisão de quem comanda.

A *Competitive Intelligence* “é a atitude da organização que leva a estar atenta, numa base contínua, a todos os aspectos, procurando compreender e responder a sinais provenientes da envolvente. E responder significa decidir.” (TABORDA & FERREIRA, 2002). A *Competitive Intelligence* inicia o seu ciclo na identificação da informação necessária para a correcta decisão no seu *timing* perfeito.

As Novas Tecnologias permitem uma maior redução de efectivo, uma correcta utilização destas beneficia, em muito, a acção de comando e controlo, visto que melhora a qualidade operacional, tanto ao nível técnico como tático. Por outro lado, a sua utilização de uma forma incorrecta pode tornar-se prejudicial para o sistema de segurança interna, uma vez que pode proporcionar a fuga de informação.

As informações adquiridas através das novas tecnologias podem ser especulativas ou criminais. A utilização de ferramentas como a videovigilância, integrada no SIIOP (Sistema Integrado de Informações Operacionais Policiais)²³ em plena funcionalidade, permite tratar e analisar uma série de dados para posteriormente fornecer informações aos órgãos de apoio à decisão.

A falta de tecnologia atrasa o serviço da instituição GNR, a sua implementação em todo o dispositivo é urgente como soluções estruturais e funcionais. Todo um conjunto de ferramentas das NT (Videovigilância, escutas telefónicas e salas de situação) permite uma

²² Vide anexo B, ciclo OODA.

²³ Este sistema “consiste num sistema informático baseado num repositório único, centralizado e alargado a todo o dispositivo, que permite à Guarda o suporte à Decisão/Acção, baseado em informação alargada e em tempo real, bem como a uniformização de procedimentos (...)” (Ten Cor GUEDES) in *Revista da GNR*, “SIIOP”. Ano XXII – N.º88. Outubro - Dezembro.

eficaz gestão de informação, asseguram-na, mantêm-na, arquivam-na e tratam-na de uma forma célere e dinâmica para seguidamente ser analisada e processada.

Um conjunto de ferramentas utilizadas como novas tecnologias pelas FFSS (não só as abordadas como: PDA's específicos nas patrulhas; Geo-referenciação; Câmaras de detecção de intrusos; Sistemas de Gestão Operacional), permitem uma maior rentabilização dos meios mas, para isso, é necessária uma capacidade de adaptação, coordenação dos meios e uma acção de comando e controle permanente, para atingir resultados congruentes e espectáveis que, contribuam directamente na manutenção da segurança e tranquilidade pública, assim como assegurar a legalidade democrática.

A abertura de fronteiras e o crescimento do fenómeno globalização, impulsiona um novo quadro de segurança interna, devido ao surgimento de novas ameaças e riscos.

O crime e a insegurança; os conflitos regionais; a diferença de etnias e os Estados fracassados levam ao aparecimento de novos desafios por parte da Segurança Interna, estes são menos visíveis e menos previsíveis e devem ser colmatados com a ajuda de ferramentas que permitam o processamento e a análise de informação de uma forma célere. Este processo tem de ser dinâmico, funcional, actual e bem estruturado²⁴.

O futuro das FFSS passa pela correcta utilização das novas tecnologias²⁵ como ferramentas da Segurança e as que vão ser analisadas serão: videovigilância; escutas telefónicas e salas de situação.

2.5 A INTERFERÊNCIA DAS NOVAS TECNOLOGIAS NA ESFERA JURÍDICA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

No mundo actual falar de NT implica um trabalho e uma dinâmica bastante célere uma vez que, com a conjuntura social em que estamos inseridos a evolução destas é um processo bastante audaz e requer um acompanhamento dos “outsiders” bastante próximo, visto que estas se multiplicam e transformam a todo o tempo, criam-se novas condutas culturais através da evolução tecnológica necessárias à evolução da sociedade.

As NT são uma ferramenta bastante útil à Segurança Interna no entanto, usadas por terceiros podem ser prejudiciais e vistas como um risco à segurança mas, no reverso da moeda, a sua aplicação pode representar uma intromissão à esfera privada dos cidadãos, às suas liberdades e garantias fundamentais.

As modernas tecnologias de informação e comunicação desvendam determinadas informações do foro privado do cidadão que podem ser bastante úteis ao cumprimento da missão das FFSS, visto que, são autorizadas restrições aos direitos fundamentais para

²⁴ Art. 1.º n.º 2 LSI

²⁵ Conforme refere o RASI 2010 que deve recorrer-se às novas tecnologias que garantam a segurança dos cidadãos.

salvaguardar outros interesses constitucionalmente protegidos²⁶. Assim no plano interno, a utilização das ferramentas das NT, abordadas no TIA, carece de autorização judicial e pareceres que regulamentam o seu uso, requisitos legais inerentes e fundamentais. No plano externo estas devem ser utilizadas de forma equilibrada, respeitando o princípio da legalidade²⁷ e bem fundamentadas na forma como são usadas pelas FFSS.

Os direitos fundamentais estão consignados como universais (princípio da universalidade) no seu art. 12.º da CRP e são a trave-mestra de um Estado de Direito Democrático²⁸. Ancestrais, desde a mais antiga civilização, desde a criação do homem, vêm evoluindo cada vez mais rápido e mais orientados para o cidadão e tendem a superar injustiças, não só a nível do estado como a nível mundial²⁹.

Todos os Estados de Direito compreendem e ressalvam estes direitos, eles limitam e definem regras³⁰, posturas e condutas dos cidadãos bem como, a actuação das FFSS, a qual está circunscrita a estes sendo que, funcionam e existem para o cidadão. Esta actuação caracteriza-se por condutas definidas e reguladas pela lei e em função do estado daí que, as liberdades e garantias do cidadão estão relacionadas de forma directa e proporcional, no que diz respeito à dignidade humana e ao reconhecimento a nível constitucional.

²⁶ Art. 18.º CRP

²⁷ Segundo Eiras e Fortes o princípio da legalidade, para além do seu significado jurídico, quer em sentido restrito – de que só a lei pode definir infracções penais e cominar penas -, quer em sentido amplo, como sendo válida para todos os ramos do direito a regra de que ninguém pode ser obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei -, tem também significado político, como garantia constitucional dos direitos do homem, protegendo a pessoa humana do arbítrio estatal.

²⁸ Art. 2.º CRP

²⁹ Art. 12.º DUDH

³⁰ Art. 29.º DUDH

CAPITULO 3

O MODO DE UTILIZAÇÃO DAS NOVAS TECNOLOGIAS COMO FERRAMENTA DAS FORÇAS E SERVIÇOS DE SEGURANÇA

«agora, muita gente está disposta a ceder muitas das suas liberdades para se sentirem, de alguma forma, mais seguras»

Steven Spielberg a propósito do seu filme Minority Report

3.1 VIDEOVIGILÂNCIA

A videovigilância é uma forma de vigilância electrónica (...) “à distância realizada mediante operações de tratamento de imagens captadas por câmaras” (CASTRO, 2005), instaladas em locais de domínio público, onde se prevê que possa haver desordem pública e criminalidade. Este instrumento, “das forças de segurança interna ou mero instrumento de actividade das forças de segurança” (VALENTE, 2008), assume contornos especiais benéficos no que diz respeito ao controlo de certas áreas de grande fluxo de pessoas, áreas de acesso, circulação, áreas protegidas...

É uma ferramenta muito falada, a sua utilização é geradora de opiniões controversas na medida em que pode interferir com direitos, liberdades e garantias do cidadão³¹. Este é um aspecto que não só deriva do direito à imagem³², como também no que diz respeito ao direito à vida privada e autodeterminação informativa.

As FFSS utilizam este meio técnico para usufruírem de informações, no âmbito da segurança dos cidadãos (prevenção e até mesmo de investigação) pois, “o sentimento de insegurança, hoje reclamado por muitos cidadãos, conduz a que as forças de segurança se empenhem na reivindicação e na instituição de novos meios de segurança capazes de permitirem uma mentalização global de que existe uma técnica eficaz na prevenção e eficiente na repressão de infracções” (VALENTE, 2005).

Este meio encontra-se regulado pela lei 1/2005, de 10 Janeiro, no entanto, surge da utilização no domínio privado (diploma que regulamenta a utilização de meios de vigilância electrónica no exercício da actividade de Segurança privada é o DL n.º 35/2004, 21 Fevereiro (artigo 13.º)). A utilização da videovigilância implica a melhoria do bem-estar social, como consubstanciado na alínea c), do n.º1, do art.2.º desta lei.

Existe a possibilidade das FFSS recorrerem à “captação e gravação de imagem e som e o seu posterior tratamento”³³ para a condução de um qualquer processo em fase de instrução

³¹ Art. 26.º n.º 1 CRP

³² Art. 79.º do Código Civil, vide ANEXO I

³³ Art. 1.º Lei 1/2005, vide ANEXO D

ou até mesmo de um estudo do *modus operandis* de um grupo de criminosos. Este usufruto por parte das FFSS, é considerado em alguns casos como imprescindível, no entanto, esta medida cautelar de polícia requer um conhecimento prévio por parte do Ministério Público (MP) e carece de autorização judicial e a sua licitude afere-se pela sua conformidade ao fim que a autorizou³⁴.

O tratamento de imagem está relacionado com o direito à imagem, direito a inviolabilidade pessoal, direito à vida privada e autodeterminação informativa. Todas as captações de imagem através deste meio permitem a identificação de pessoas, o que constitui por si só um dado pessoal.

Contudo, a utilização destas câmaras de vídeo rege-se pelo princípio da proporcionalidade³⁵, sendo que a sua utilidade revela-se necessária quando está em causa qualquer tipo de ameaça ao Estado podendo ser fundamentadamente negados alguns direitos liberdades e garantias³⁶.

A utilização deste “*meio táctico e excepcional das forças de segurança*” (VALENTE, 2006) para a prevenção e até mesmo investigação, implica uma abordagem à problemática da violação de direitos fundamentais que são o pilar básico de existência de um Estado de direito Democrático que assiste a todos e garante a integridade e dignidade humana³⁷.

A captação e tratamento de imagens através deste meio restringe alguns direitos, no entanto previne muitos crimes e auxilia as FFSS na actividade de segurança interna. Este é um meio com algumas restrições ao nível do seu aproveitamento pelas FFSS, como acontece em muitos sistemas, visto que tem de obedecer a determinadas regras do nosso ordenamento jurídico.

Sendo um meio inventado pelo homem, por ele concebido e pensado, dispensa algum efectivo às instituições que serve mas, requer indivíduos especializados e atentos à sua eficiência, “*é um meio de fácil sabotagem e manipulação mecânica e física, o que permite inutilizá-lo ou torná-lo inoperável durante o tempo suficiente para a prática de qualquer delito*” (VALENTE, 2008).

Esta redução de efectivo não é tão linear quanto parece pois, é fundamental que existam militares capazes de fazer passar a informação captada pelas câmaras, tornando a mobilização de “*meios técnicos e humanos adequados à resolução do problema (...)*” (VALENTE, 2008)

Falando do ponto de vista jurídico, implica relacionar a actividade das FFSS, no seu desenvolvimento e prática constante. Assim ressalva-se o facto desta actuação, por vezes violar certos direitos, liberdades e garantias do cidadão, visto que a reacção delas é adequada ao comportamento da sociedade, muitas vezes hostil implica uma desconfiança

³⁴ Esta licitude verifica-se de acordo com o Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 18 Maio de 2005.

³⁵ Art. 7.º n.º1 lei 1/2005

³⁶ Art 10.º lei 1/2005

³⁷ Art. 25.º CRP

mútua o que torna a actuação das FFSS, dado o contexto cultural diversificado como “os verdadeiros guardiões do direito e da moral” (DIAS e ANDRADE, 1997).

Este meio implica uma pro-actividade enorme e essencial no cumprimento da missão das FFSS, até mesmo na investigação, é um auxílio a estas e revela-se muito precioso. Põe em causa certos direitos fundamentais, como já falamos mas “a acção policial deverá desenvolver-se em lugares públicos ou onde decorram actividades sociais ilícitas”, mas há “um mínimo de liberdade que as autoridades têm de respeitar, pertence a esse âmbito de acção livre, a vida íntima”(VALENTE, 2008).

Em tudo esta ferramenta de apoio às FFSS é útil como instrumento da Segurança Interna, esta utilidade pressupões a prevenção e repressão de ilícitos e consequentemente alcançar a segurança e bem-estar do Estado.

A evolução da sociedade é notória e o acompanhamento das FFSS deve ser célere, inovando em ferramentas das novas tecnologias capazes de responder às novas ameaças.

Surge então, a título de exemplo, os EUA, a Espanha e o Reino Unido (com cerca de 2,5 milhões de câmaras para fins de segurança em espaços públicos), recordemos que se trata de Estados mais desenvolvidos e com um espectro de ameaças diferente, alvos de actividades terroristas, por grupos organizados (IRA; ETA e Al-Qaeda).

São os fins últimos do Estado que fazem emergir novas ferramentas e novas soluções e estes exemplos extremistas são a prova real disso. No entanto, a necessidade dos Estados, de reprimir e prevenir ameaças, revela-se de acordo com o existente relativo a cada um mas, quem sabe se um dia nos poderá afectar? Quem sabe se quando for preciso ainda é um projecto em desenvolvimento?

Como é preponderante a segurança de um Estado e a eficácia desta actividade pelas FFSS temos de analisar, de forma consciente, a prossecução do fim último e os moldes em que é susceptível de se realizar. Daí que existe “uma necessidade de conciliar as exigências do interesse público com as garantias dos particulares” (FREITAS DO AMARAL, 1998) e num Estado de direito Democrático “o interesse público não é, nem pode ser totalmente soberano e absoluto” (DIAS, 2006)

3.2 ESCUTAS TELEFÓNICAS

O nosso Estado de direito democrático prevê a salvaguarda de direitos dos cidadãos e concomitantemente, a segurança e o bem – estar social. Atingiram um maior ímpeto no final da segunda guerra mundial, altura da aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, adoptada pelos Estados de direito. Nessa declaração surgem no seu artigo 12.º que “ninguém sofrerá intromissões arbitrárias na vida privada, na sua família, no seu domicílio, ou na sua correspondência, nem ataques à sua honra e reputação”.

Falando deste texto internacional, importa também salientar a CEDH (Convenção Europeia dos Direitos do Homem) refere que “qualquer pessoa tem direito ao respeito da sua vida

privada e familiar, do seu domicílio e da sua correspondência” e que “não pode haver ingerência da autoridade pública no exercício deste direito senão quando esta ingerência estiver prevista na lei e constituir uma providência que, numa sociedade democrática, seja necessária para a segurança nacional, para a segurança pública, para o bem-estar económico do país, a defesa da ordem e a prevenção de infracções penais, a protecção da saúde ou da moral, ou a protecção dos direitos e das liberdades de terceiros”³⁸. Socorre-se daqui o direito à reserva das conversações telefónicas.

Os direitos pessoais³⁹ são ressalvados pelo Estado e respectivas FFSS, estes estão explanados na nossa Constituição como verdadeiros e efectivos.

Todos os crimes contra a reserva privada são reconhecidos pelo nosso CP (Código Penal), em particular no artigo 192.º do CP, onde se afirma que: quem, sem consentimento, interceptar, gravar, registar, utilizar, transmitir ou divulgar conversa, comunicação telefónica, mensagens de correio electrónico ou facturação detalhada, é punido com pena de prisão até um ano e multa até 240 dias.”

Para que seja legítimo GOMES CANOTILHO E VITAL MOREIRA afirmam ser fundamental que *“esteja expressamente admitida (ou eventualmente imposta) pela Constituição (...) que vise salvaguardar outro direito ou interesse constitucionalmente protegido; que a restrição seja exigida por essa salvaguarda, seja apta para o efeito e se limite à medida necessária para alcançar o objectivo e que (...) não aniquile o direito em causa atingindo o conteúdo essencial do respectivo preceito”* alinhavando assim preceitos basilares para limitar um direito fundamental.

3.3 BASES DE DADOS

As bases de dados tecnológicas são utilizadas pelas FFSS para a análise, tratamento e recuperação da informação. Estas são potencializadas de acordo com as ferramentas que existem ao dispor e podem ser bastante úteis na prevenção e investigação criminal, através de programas de tratamento e análise de dados.

Quando falamos da utilização de bases de dados é importante perceber que a monitorização destas requer pessoas com idoneidade informática. Estas permitem armazenar informação privilegiada, ou de qualquer outro tipo, de forma organizada. Facultam também a consulta através da utilização de ferramentas, como exemplo o *Analyst Notebook* e o *Access*.

3.4 SOFTWARE DE TRATAMENTO DE INFORMAÇÃO

A existência de software é bastante pertinente para o tratamento da informação, no consignado à sua utilização e forma como é gerida. Assim, ressalva-se alguns elementos

³⁸ Artigo 8.º da CEDH, aprovada por ratificação, em Portugal, pela Lei n.º 65/78, 13 Outubro, vide ANEXO C

³⁹ Art. 26.º n.º1 CRP

que são considerados fundamentais para armazenar informação, tratá-la através de bases de dados e recuperá-la para a acção inerente ao processo de decisão⁴⁰.

O software é uma das componentes dos sistemas de informação⁴¹ (subdivide-se em: software de base, as ferramentas do computador e o software aplicativo, responsável pela metamorfose dos dados em informação) e usufruem das TIC, com o intuito de obter uma linguagem escrita e clara a todos os intervenientes e utilizadores.

A informação que é relacionada e abordada pelas TIC, é trabalhada até ao ponto fundamental para auxiliar a decisão dos comandantes mas, *“não se pode confundir a tecnologia do processo (hardware) e a do produto (software) com o produto (informação).”* (RASCÃO, 2004)

Interessa então, falar da *“ tecnologia do produto como o software que permite por a funcionar todos os componentes do computador (software de base), bem como transformar os dados em informações (software aplicativo).”* (RASCÃO, 2004)

Revela-se importante falar das TIC que *“apenas compreendem o computador e o software que permitem o armazenamento físico da informação, processá-la e disponibilizá-la sem pré que necessário.”* (RASCÃO, 2004)

Portanto, o software é constituído por um conjunto de programas que analisa e descreve os dados armazenados ou recuperados para análise ou para servirem como objecto de prova, admissível e autorizada, a juntar ao processo⁴² criminal.

3.5 SALAS DE SITUAÇÃO

As salas de situação são o principal meio de apoio à decisão policial, facultam aos operadores um conjunto de ferramentas que permite a interoperabilidade, o controlo e o comando dos meios humanos e materiais.

Estas são um sistema base que serve de suporte à gestão operacional⁴³.

Esta inovação recentemente aplicada em alguns distritos como Leiria (1.^a sala de situação do país), Lisboa e Porto permite o visionamento, comando e controlo ao escalão hierárquico adequado.

Estas salas permitem albergar um conjunto de equipamentos de comunicação, gestão e gravação de vídeo daí que, também sejam denominadas Centros de Gestão e Controlo.

De acordo com a NEP / GNR – N.º 3.53⁴⁴, as Salas de Situação são um *órgão de comando e controlo da actividade operacional que funciona na dependência directa do Comandante da Unidade, sendo responsável pela permanente monitorização e acompanhamento da*

⁴⁰ vide Anexo L e M

⁴¹ “São componentes dos sistemas de informação: tecnologia do processo (o computador); tecnologia do produto (software); o produto (dados e informações); a organização (forma de proceder dos utilizadores) e as pessoas.” (Rascão, 2004)

⁴² Art. 124.º CPP, vide anexo G

⁴³ Vide Apêndice B Sistema Apoio Gestão Operacional

⁴⁴ Vide Anexo N

actividade operacional desenvolvida pela Unidade na sua área de acção e pela resolução integrada de incidentes de baixa ou média intensidade.

Assim é de evidenciar que estes centros de gestão e controlo devem conter *videowalls* que possibilitarão a instalação de monitores onde, existe o visionamento de imagens captadas, de comunicação social e a possibilidade de comunicação com patrulhas e outras entidades.

A comunicação interna e externa revela-se imprescindível para a eficácia e rapidez na resolução de uma ocorrência.

Por fim é de salientar o facto de que, os equipamentos instalados para interface com os utilizadores e operadores serem ferramentas tecnológicas bastante úteis para atingir a excelência na decisão.

CAPITULO 4

A ESFERA JURÍDICA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E A COMISSÃO NACIONAL DE PROTECÇÃO DE DADOS

4.1. COMISSÃO NACIONAL DE PROTECÇÃO DE DADOS

Com o avanço da ciência vêm surgindo novas tecnologias extremamente úteis à manutenção da segurança e tranquilidade pública por parte das FFSS, num campo oposto, estas podem também ser utilizadas por pessoas que querem provocar dano na sociedade ou até mesmo no sistema de Segurança Interna.

Uma utilização incorrecta ou abusiva, por indivíduos não credenciados, pode trazer, segundo MARCELO PEREIRA, “*consequências que repercutem em vários âmbitos, entre os quais, o jurídico.*” Estes usuários podem provocar sequelas no que diz respeito aos direitos fundamentais, como o direito à intimidade mas, iremos focar-nos na protecção de dados pessoais⁴⁵ relacionados com o embate das novas tecnologias na sociedade actual.

Com as novas tecnologias qualquer pessoa pode ser identificada caso passe pelo espaço que é captado pelas câmaras e são elementos específicos da sua identidade que estão em causa, até mesmo dados considerados pessoais⁴⁶.

Todos estes dados adquiridos pelas ferramentas utilizadas para a actividade das FFSS, com o intuito de garantir a segurança interna, devem ser tratados de forma especial consoante certos requisitos: tratamento dados de forma ilícita com respeito pelo princípio da boa fé; com finalidades determinadas, explícitas e legítimas, não podendo posteriormente, ser tratados com finalidades diferentes; adequados, pertinentes e não excessivos relativamente às finalidades para que são recolhidos; exactos e, se necessário, actualizados, devendo ser tomadas as medidas adequadas para assegurar que sejam apagados, alterados ou para não haver tratamento posterior; conservados para o *timing* de tratamento necessário à finalidade de recolha; mediante requerimento e caso o interesse seja legítimo, a CNPD pode autorizar a conservação e por fim o responsável pelo tratamento assegura o que se observa nos requisitos anteriores⁴⁷.

Todos estes registos captados pelas ferramentas das novas tecnologias estão centrados numa base de dados que obedecem a regras, procedimentos próprios e parecer da CNPD⁴⁸. O tratamento destes dados carece de autorização da CNPD, sem restringir os direitos, liberdades e garantias do titular, sendo que, verifica-se o mesmo para análise ao nível da

⁴⁵ Lei 67/98, 26 OUT, vide ANEXO E

⁴⁶ Art. 3.º, alínea a) Lei 67/98, 26 Agosto

⁴⁷ Art. 5.º Lei 67/98

⁴⁸ Art. 8.º n.º1 Lei 67/98

investigação, aquando da suspeita de actividades ilícitas, infracções penais e contra-ordenações⁴⁹. Existe porém a possibilidade de haver interconexão de dados pessoais quando fundamentada e sob autorização da CNPD, é relativa a interesses legítimos sem fins discriminatórios e de acordo com os mecanismos de segurança adequados.

Todos os cidadãos titulares dos dados pessoais usufruem do direito à informação; direito de acesso⁵⁰ e direito de oposição (Secção II – Direitos do titular de dados, lei 67/98).

4.2. DIREITOS FUNDAMENTAIS

Os direitos fundamentais explanados na CRP são essenciais à existência do Ser Humano e estão explanados a partir do artigo 24.º, a sua presença é primordial num Estado de direito Democrático em que impera a segurança, a justiça e o bem-estar da sociedade.

Esta é uma temática por vezes ambígua devido à submissão de outros direitos existentes e à afirmação entre eles. Assim podemos referir, segundo MÁRIO BARANDA, que *os direitos fundamentais não existem para proteger actividades ilícitas por parte dos indivíduos, muito menos para os separar de responsabilidades civis ou criminais.*

Claramente, é de ressaltar que os direitos fundamentais são objecto de ressalva dos Estados e no quotidiano dos cidadãos, transparece uma lide cada vez mais enérgica pela sua realização.

Esta é uma realidade que se estende principalmente aos países Árabes e do Médio Oriente (decadentes a este nível), notório à escala global quando confrontado com situações de crise e privação, sendo estes direitos fundamentais de valor supra-constitucional, como menciona a Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Esta marcante declaração (adoptada por Portugal para o seu ordenamento jurídico) menciona que “ninguém sofrerá intromissões arbitrárias na sua vida privada, na sua família, no seu domicílio, ou na sua correspondência, nem ataques à sua honra e reputação”⁵¹.

Como refere JOÃO CORREIA, *a aprovação da nossa Constituição delimitou em relação ao nosso Estado de direito Democrático, as linhas de acção político – legislativas mais relevantes, no que diz respeito a crimes contra a intimidade pessoal.*

Em contrapartida a salvaguarda destes direitos merece especial atenção devido às inovações e constantes evoluções dos meios técnicos. Acompanhar o enorme desenvolvimento tecnológico é tarefa fundamental do Estado, em especial das FFSS que desenvolvem a actividade de segurança interna.

Para atender a todos os cidadãos é importante perceber que não existem direitos absolutos, a sua restrição obedece a um conjunto de requisitos, a regras especiais⁵², apesar de o regime ser bastante limitado.

⁴⁹ Art. 8.º n.º 2 e 3 Lei 67/98

⁵⁰ Art. 11.º Lei 67/98

⁵¹ Art. 12.º DUDH

São estas regras que permitem (em certa parte) e regulam a actividade das FFSS, na obtenção da prova real porém, esta actividade relacionada com os direitos fundamentais é de curto alcance⁵³.

Segundo GOMES CANOTILHO E VITAL MOREIRA, a restrição é legítima desde que, “*esteja expressamente admitida (ou eventualmente imposta) pela Constituição (...) que vise salvaguardar outro direito ou interesse constitucionalmente protegido; que a restrição seja exigida por essa salvaguarda, seja apta para o efeito e se limite à medida necessária para alcançar o objectivo e que (...) não aniquile o direito em causa atingindo o conteúdo essencial do respectivo preceito*”.

⁵² Art. 18.º n.º 1 CRP

⁵³ Art. 18.º n.º 2 CRP

II PARTE – TRABALHO DE CAMPO

CAPÍTULO 5: METODOLOGIA DA PARTE PRÁTICA

5.1 MÉTODO DE ABORDAGEM

Tendo como objectivo primordial a consecução dos objectivos definidos neste TIA, foram consignadas, como preferências principais, a recolha de dados e informações necessárias, como forma de solidificar conhecimentos e a procura de respostas através de entrevistas realizadas a informantes privilegiados na matéria (Segurança Interna, Novas Tecnologias e Direitos Fundamentais).

Como modelo de pesquisa utilizado optamos pelo exploratório logo, esta “ termina com a elaboração de um modelo explicativo da realidade estudada a que Bertaux chama “*hipóteses explicativas*” (GUERRA, 2010).

5.2 HIPÓTESES PRÁTICAS

H1 - A inclusão de ferramentas das NT fez diminuir a criminalidade.

H2 – As novas tecnologias são um contributo indispensável às FFSS.

H3 – A actividade de segurança interna usufrui das NT enquanto meio utilizado pelas FFSS.

H4 – A utilização destas ferramentas pode interferir na esfera jurídica dos direitos fundamentais DF.

H5 – Pode aceitar-se a restrição de certos DF para a salvaguarda de segurança e tranquilidade pública.

H6 – Os limites legalmente impostos são os necessários, para a correcta utilização das ferramentas das NT enquanto meio ao dispor das FFSS.

H7 – Considera-se necessária uma revisão constitucional no que respeita ao uso autónomo das novas tecnologias, por parte das FFSS.

5.3 METODOLOGIA DE ANÁLISE

De acordo com o enquadramento teórico elaborado na génese deste trabalho, houve a necessidade de limitar um problema para, posteriormente, desenrolar-se um conjunto de acções direccionadas para a utilização de ferramentas, que permitam alcançar os dados apropriados, com a finalidade de validar as hipóteses formuladas.

Este TIA relaciona três grandes áreas: a Segurança Interna, as Novas Tecnologias e os Direitos Fundamentais. Estas para além de serem bastante vastas, estão em tudo relacionadas e estritamente aglutinadas.

Pressupõe-se então uma abordagem exploratória, com vista à criação de questões e à enunciação de hipóteses que, nesta fase, irão ser validadas com o trabalho de terreno. Para isso auxiliamo-nos dos militares da GNR, no exercício de funções e com conhecimentos verificados e prestados nas várias intervenções, como também de outras pessoas com a idoneidade adquirida no seu sector profissional.

Com o objectivo de validar as hipóteses práticas reformuladas no ponto 5.2, foi elaborado um guião de entrevista⁵⁴ com 18 questões semi-directivas, de resposta aberta. Para realizar estas entrevistas auxiliamo-nos de um gravador digital⁵⁵. Neste guião existe um conjunto de questões direccionadas para três grandes áreas, consideradas aqui, os pilares do trabalho: a Segurança Interna; as Novas Tecnologias e os Direitos Fundamentais.

Portanto, a escolha da amostra por contraste permite ao investigador estabelecer uma comparação de casos múltiplos, sendo este contraste *“procurado por via de duas espécies de variáveis: as variáveis gerais características dos estudos quantitativos (sexo, idade, grupo social, região, etc.) e as variáveis específicas, associadas ao próprio objecto da pesquisa.”* (GUERRA, 2010)

5.4 EXECUÇÃO DO TRABALHO DE CAMPO

Para a realização desta parte do TIA, efectuaram-se algumas entrevistas, durante o mês de Junho e até, sensivelmente, 20 Julho de 2011. Cada entrevistado foi devidamente preparado, recebeu o guião da entrevista com a respectiva carta de apresentação e as questões que lhe iriam ser colocadas.

Após efectuar as entrevistas, estas foram posteriormente transcritas e debatidas no que respeita à obtenção dos resultados, de forma a conjugar estes com o enquadramento teórico, anteriormente produzido e descritos os conceitos para mais facilmente serem apurados no trabalho de campo.

Transversalmente à análise e discussão de resultados irão se auferir conclusões, para melhor dar resposta às hipóteses práticas elaboradas.

⁵⁴ C.f. APÊNDICE C – Guião da Entrevista

⁵⁵ Gravador modelo “PHILIPS Digital Voicetracer 7655”

5.5 CARACTERIZAÇÃO UNIVERSO DA ANÁLISE

Quanto ao Universo da análise podemos dizer que é diversificado e “(...) *que a utilização das entrevistas se faz tendo em conta a heterogeneidade dos sujeitos (ou fenómenos) que estamos a estudar*” .(GUERRA, 2010)

Assim este Universo é composto não só por militares da GNR, ao serviço, com idoneidade e experiência suficiente na matéria como, por pessoas idóneas de outras áreas, respeitantes à segurança e ao direito.

“De facto, na pesquisa qualitativa procura-se a diversidade e não a homogeneidade, e, garantir que a investigação abordou a realidade considerando as variações necessárias, é preciso assegurar a presença da diversidade dos sujeitos ou das situações em estudo.” (GUERRA, 2010)

Podemos, igualmente, referir a “*definição do Universo de análise como uma «diversificação externa» identificando a diversidade de actores/situações no contexto societal.*” (PIRES *apud* GUERRA 2010)

CAPITULO 6

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

6.1 ANÁLISE DOS RESULTADOS DAS RESPOSTAS DOS ENTREVISTADOS

6.1.1 CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

Como podemos averiguar pelo quadro seguinte, os entrevistados situam-se no escalão etário dos 41 – 58 anos. Foram escolhidas pela sua actuação/profissão no âmbito dos pilares basilares⁵⁶ deste trabalho de investigação, são elementos idóneos na matéria com experiência no desempenho laboral.

Quadro 6.1 - Caracterização dos entrevistados.

Sexo	Idade	Posto/Profissão
M	41	Major Silvério
M	55	Sr. Doutor Pedro Santana Lopes
M	58	Sr. Doutor. Francisco Moita Flores
M	51	Coronel Pedroso (2.º Cmdt da EG)
M	46	Ten-Cor Lourenço Lopes (2 Cmdt Cmd Ter Leiria)
F	45	Sra. Dra. Clara Guerra (CNPd)

6.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Apresenta-se de seguida as 18 (dezoito) questões que compõem o guião da entrevista. Estas estão formuladas segundo os pilares basilares da elaboração deste TIA. Através deste método de análise podemos validar, ou não, as hipóteses práticas de uma forma específica, com a cooperação dos entrevistados idóneos.

⁵⁶ Vide APÊNDICE A

1. Como caracteriza o actual estado de segurança em Portugal?

Quadro 6.1 - Análise dos resultados obtidos na questão 1

Entrevistado/a	Expressões Chaves	Ideias Centrais
01	“Estado de segurança preocupante (...) RASI apenas apresenta dados estatísticos para dar cumprimento à LSI, ou seja, não nos podemos restringir às análises estatísticas (...) Aliado às FFSS, o número de militares na GNR a passarem à reforma é igual ao número dos que ingressam (...) A lei Penal devia ser mais dissuasora (...) Argumentos para dizer que o estado de segurança em Portugal não é o melhor”	Estado de segurança preocupante Lei Penal mais dissuasora
02	“Tendo em conta a situação económica, o agravamento das condições sociais, a crise social e a dificuldade de investimento em meios a segurança interna é privilegiada com focos de preocupação em algumas áreas da criminalidade”	Segurança interna privilegiada com excepção de algumas áreas
03	“Somos um dos países mais seguros da Europa, <i>ratio</i> de crime por habitante extremamente baixa (...) Segundo o axioma de Shuterland, cada nível de desenvolvimento corresponde a um índice criminal e Portugal está abaixo do que seria a criminalidade conforme a actual situação económica e social (...) A criminalidade em Portugal vai crescer (...) Situação do país implica prudência na avaliação da segurança”	Um dos países mais seguros da Europa Portugal está abaixo da criminalidade esperada mas vai aumentar
04	“podemos dizer que, em comparação com a generalidade dos países europeus e do mundo ocidental, Portugal é, objectivamente, um dos países com melhores índices de segurança em todo o mundo. Nesse aspecto, o “estado da segurança” em Portugal só pode ser qualificado como bom.” (...) “Tendo em conta os factores objectivos da insegurança (criminalidade, violência e vitimação), Portugal é um dos países mais seguros do mundo, ainda que a insegurança percepcionada seja muito elevada;” (...) “As dificuldades orçamentais não aconselham nem facilitam, pelo menos nos tempos mais próximos, grandes alterações no SSI, pelo que cada um dos diferentes actores (FFSS) deve apostar seriamente em todas as mudanças internas que possam contribuir para a utilização mais racional dos recursos disponíveis e assegurar, sem reservas, uma cooperação efectiva com as demais instituições de segurança.”	Portugal um dos países com melhores índices de segurança Dificuldades orçamentais levam a aumentar a aposta em mudanças internas
05	“O actual estado da segurança em Portugal é claramente bom, e de qualidade. Contudo, não é menos verdade, que tal desiderato é conseguido à custa de uma desproporção de meios, decorrente do edifício legislativo que se reflecte no modelo operacional e na articulação das forças e serviços de segurança.”	Estado da segurança claramente bom
06	“O estado da segurança em Portugal, pelo que diz os relatórios não é de maneira nenhuma grave. A criminalidade violenta tem aumentado mas, através de estudos e documentos estatísticos e até da percepção de outras pessoas que vêm a Portugal, sentem que o estado da segurança é razoável.	Estado da segurança não é grave

Através da análise da questão n.º 1 verifica-se que o Estado da segurança em Portugal é bom, sendo assim um dos países mais seguros da Europa, com excepção para algumas áreas da criminalidade. Espera-se no entanto, um aumento da mesma nos próximos tempos.

2. Qual o tipo de criminalidade que mais se faz sentir em Portugal?

Quadro 6.3 – Análise dos resultados obtidos na questão 2

Entrevistado/a	Expressões Chaves	Ideias Centrais
01	“A criminalidade declarada refere números inferiores em cerca de 10% em relação a 2009; o descrédito no sistema judicial e o aumento das taxas de justiça conduz a que as vítimas não participem a criminalidade (...) a criminalidade mais participada é a dos crimes contra o património com mais de 50%, depois a criminalidade contra as pessoas e por fim contra a vida em sociedade (...) a criminalidade violenta aumentou em 2010 e no primeiro trimestre de 2011	Crimes contra o património Criminalidade violenta aumentou
02	“o tipo de criminalidade que mais se faz sentir e que mais vai crescendo são os crimes contra a propriedade, acções violentas contra proprietários e ocupantes (...) crimes tipo familiares, motivados por relações passionais (...) a importação de tecnologia sofisticada por grupos organizados é preocupante e estes operam principalmente em zonas de turismo, casais isolados e zonas próximas da praia onde existem casas de valor elevado (...) verifica-se assim casos de violação à propriedade e à integridade física”	Crimes contra a propriedade Violação à propriedade e à integridade física
03	“O pequeno furto, crimes contra as pessoas (...) Os assaltos a residências e estabelecimentos (...) Pequena criminalidade como os abusos de confiança, cheques sem provisão, burlas, furto de esticção.”	Crimes contra pessoas e contra a propriedade
04	“Os crimes contra o património são os mais comuns no nosso país, representando mais de metade de toda a criminalidade participada em 2010 (54%), valor semelhante ao de 2009 (54,5%) e inferior ao de 2008 (57%).” (...) “No âmbito dos crimes contra o património integra-se a pequena criminalidade (...)”	Crimes contra o património Impacto negativo nas comunidades locais
05	“A criminalidade que mais se faz sentir em Portugal, é o crime contra o património (...)”	Crimes contra o património
06	“Na qualidade de cidadão entendo que nos jornais há muita mediatização, existe uma projecção que incute uma ideia errada na mente do cidadão mas sendo óbvio que existem crimes.”	

Analisando os resultados desta questão, podemos verificar um aumento da criminalidade com incidência nos crimes contra pessoas e contra o património como o maior registo em Portugal. Este tipo de criminalidade gera um sentimento negativo na comunidade, muitas vezes traduzido, exageradamente, pelos *media*.

3. O termo NT (Novas tecnologias) tem vários significados. Qual o seu? O que são para si as Escutas telefónicas; a Videovigilância e as Bases de Dados, no âmbito da segurança interna?

Quadro 6.4 - Análise dos resultados obtidos na questão 3

Entrevistado/a	Expressões Chaves	Ideias Centrais
01	“ Considero as NT como o conjunto de sistemas que integram equipamentos e técnicas relacionadas com a comunicação e informação (...) Potenciam o acesso à comunicação e informação (...) Escutas telefónicas é uma técnica para recolha de prova criminal, através da interceptação das conversas telefónicas de determinado suspeito, autorizada pela Autoridade Judicial, carece de validação e exige respeito pelo princípio da legalidade (...) Videovigilância é o conjunto de equipamentos que permite a captação de imagem e som, com capacidade de gravação e exige cumprimento de quesitos legais (...) Bases de dados é uma aglomeração de informação com recurso a software e equipamento informático (...) Permite registo, tratamento, processamento e a difusão de informação (...) Estas carecem em regra de autorização legal para recolha de informação privada dos cidadãos.”	Potenciam o acesso à informação e comunicação
02	“As NT permitem principalmente, ter acesso à informação e cruzá-la entre várias entidades (...) É benéfico este cruzamento para conferir dados privilegiados às FFSS, quer identidade, quer localização (...) Permitem identificar os meios utilizados na consumação de actividades criminosas (...) Facultam rapidez e eficácia no tratamento da informação”	Permitem ter acesso à informação e cruzá-la Eficácia e rapidez
03	“As escutas e a videovigilância são instrumentos já antigos (...) As bases de dados renovam-se devido à revolução cibernética e hoje ganham importância na discussão ética e política sobre a sua utilização”	Bases de dados renovam-se e ganham importância
04	(...) “No caso da segurança interna, os produtos tecnológicos de ponta, no essencial, estão relacionados com sistemas de informação e de comunicação, devendo considerar-se NT todos os produtos ou serviços tecnológicos inovadores que facilitem ou criem vantagem operacional no cumprimento da missão.” As escutas telefónicas (intersecção/gravação de comunicações) são um instrumento tecnológico que, na fase de inquérito, mediante autorização expressa do juiz, pode ser utilizado pelos OPC, com a finalidade de obter/produzir prova. (...) “A videovigilância materializa-se na utilização de câmaras de vídeo fixas ou portáteis ou qualquer outro meio análogo que permita a realização de gravações, sendo usada com diferentes finalidades, desde o controlo de fluxos de trânsito até à monitorização e controlo das condições de segurança em meio laboral, passando pela detecção de infracções à legislação rodoviária, protecção do ambiente e do património cultural e protecção de pessoas e bens. (...) “Quanto às bases de dados pessoais, (...) devem entender-se como ficheiros, obedecendo a uma determinada lógica de organização e armazenamento, aos quais se pode aceder, por via informática ou outra, tendo em vista a obtenção de dados correlacionados, por exemplo, através da matrícula do carro, obter a morada do proprietário.”	Produtos ou serviços tecnológicos inovadores que facilitem ou criem vantagem operacional no cumprimento da missão
05	“As novas tecnologias deverão ser interpretadas, como as técnicas mais recentes que permitam realizar de uma forma automática, aquilo que só poderia ser feito com recurso ao meio humano. As escutas permitem às polícias controlar	Automatização e controlo permanente

	permanentemente a actividade, a vontade e a relação dos autores de actos ilícitos. Videovigilância permite observar à distância e armazenar imagens. As bases de dados, recolhem, guardam e processam informações.”	
06	“As novas tecnologias são um conjunto de sistemas de comunicação e informação. As bases de dados permitem uma maior rapidez e facilidade na reunião da informação, inter-relaciona-la para daí retirar alguma informação essencial às FFSS. Permite ter ferramentas de análise e tratamento da mesma (...) A videovigilância é já para o pequeno criminoso um meio relativamente fácil de contornar, indo com a cara tapada. É preciso pensar que as tecnologias podem ser um meio com utilidade, para obter um resultado porque, por si só elas são neutras. Tudo depende do objectivo e forma como são utilizadas. As novas tecnologias também têm essas armas à semelhança das FFSS e é necessário evoluir e utilizá-las com o intuito de promover a segurança dos cidadãos. As escutas telefónicas devem ser usadas como um meio auxiliar específico e exclusivo da investigação.”	Conjunto de sistemas de comunicação e informação Bases dados dão rapidez Videovigilância bom auxílio Escutas meio específico e exclusivo da investigação

Na maioria dos resultados apurados, as NT potenciam o acesso à informação e comunicação e permitem uma maior eficácia e rapidez. Mais especificamente, as bases de dados vão-se renovando e adquirindo importância significativa, têm enorme facilidade na reunião da informação.

4. Acha que as NT (sistemas de videovigilância, escutas telefónicas e bases dados) contribuem para a melhoria da prevenção criminal e posterior investigação? Porquê?

Quadro 6.5 - Análise dos resultados obtidos na questão 4

Entrevistado/a	Expressões Chaves	Ideias Centrais
01	“Os sistemas de videovigilância exigem ou não a vigia e controlo de um operador (...) O acórdão do tribunal da relação de Lisboa, de 18 Maio de 2005 diz que a licitude da videovigilância afere-se pela conformidade ao fim que a autorizou (...) Tem de existir autorização prévia da CNPD e os termos em que esta é emitida devem ser respeitados (...) Videovigilância e escutas telefónicas podem ser métodos de recolha de prova, de acordo com o CPP, com autorização judiciária (...) O procedimento deve ser adequado para não beliscar certos direitos, liberdades e garantias (...) Claro que os equipamentos de videovigilância são um meio de prevenção (...) Ter em atenção a devassa da vida privada (videovigilância e escutas telefónicas) e a dados individualmente identificáveis (bases de dados) de acordo com o art.192.º e 193.º CP (...) Desde que sejam legais, os meios de recolha de prova auxiliam a investigação.”	Videovigilância e escutas podem ser métodos de recolha de prova Bases de dados respeito pela vida privada Desde que legais auxiliam a investigação
02	“Podem contribuir se usadas com o equilíbrio pelos princípios e normas latentes num Estado Democrático de direito (...) Estas NT evidenciadas são violações da privacidade muito complicadas, do direito à reserva da vida privada mas, cada vez se justificam devido às ameaças globais que impendem sobre a humanidade (...) As NT usadas com a devida ponderação, devido equilíbrio, são	Contribuem desde que usadas com equilíbrio

	meios que cada ser humano precisa para se sentir individualmente e colectivamente seguro (...) As FFSS ao disporem de bancos de dados, permitem o cruzamento de informação que facilmente facultam a detecção de quem, pelo ADN, por imagens, informações anteriormente recolhidas de um indivíduo que possa estar ligado, ter estado num sítio, ter tocado em algo ou em algum lugar que dá um indício (...) Os bancos de dados permitem reagir globalmente à ameaça global.”	Bancos de dados permitem às FFSS cruzamento de informação e reagir à ameaça global
03	“O conjunto de avanços nestes vários domínios tem sido decisivo para a melhoria da prevenção e investigação criminal.”	Melhoria para prevenção e investigação
04	“Naturalmente, as NT, em particular as associadas aos instrumentos enunciados, facilitam o trabalho das FSS e podem constituir uma inequívoca mais valia para o produto operacional, na medida em que agilizam e reforçam a fiabilidade da decisão, em todas as áreas fundamentais da segurança interna: prevenção; informações; ordem pública e investigação.”	Mais valia para o produto operacional em todas as áreas
05	“As N.T. são claramente vantajosas, tendo em conta a necessidade da informação, a oportunidade e a melhor gestão de meios.”	Vantajosas na informação, oportunas e gestão meios
06	“É óbvio que as NT são uma boa ferramenta para melhorar a prevenção e investigação criminal (...) Deve ser usada como um meio e não como um fim em si, para auxílio da investigação criminal. As bases de dados são de facto úteis e indispensáveis.	Boa ferramenta que melhora a prevenção e investigação criminal

Estes meios contribuem em muito para a utilização de métodos de recolha de prova e um auxílio enorme para a investigação. Já as bases de dados são relevantes para o cruzamento de informação e potenciam a reacção à ameaça, o que as torna úteis e indispensáveis. Ainda assim, o seu uso de forma equilibrada e fundamentada é imprescindível.

5. Vê a utilização das NT como contributo para a Segurança Interna, sabendo que podem restringir certos direitos fundamentais?

Quadro 6.6 - Análise dos resultados obtidos na questão 5

Entrevistado/a	Expressões Chaves	Ideias Centrais
01	“Actualmente, a nossa «aldeia global» é denominada por sociedade da informação (...) Desde que existimos no mundo que se discute o equilíbrio entre segurança e liberdade (...) Para termos segurança temos de abdicar de alguma liberdade (...) As NT aumentam a velocidade na tomada de decisão (...) O tempo na actividade policial é factor crítico (...) As NT aumentam o comando e controlo, melhoram o planeamento, a fiabilidade e capacidade de resposta e consequentemente a proficiência do serviço como um todo.”	As NT aumentam comando e controlo e melhoram planeamento e capacidade de resposta
02	“O contributo é importante para a detecção e prevenção (...) A videovigilância tem uma função minimamente repressiva (...) Acredito na videovigilância para descobrir o indivíduo compelido a um acto criminoso (...) Deve haver um cuidado relativo à videovigilância em zonas socialmente desfavorecidas por que pode espicaçar quem lá vive (...) Nestas zonas a utilização da videovigilância é quase como colocar um selo de marginalidade (...) A política de	Importante contributo Política de segurança equilibrada e encontrar

	segurança tem de ser equilibrada e também tem que encontrar fundamentos na justificação dos meios que utiliza (...) Em relação às escutas telefónicas e bases de dados, estas também podem interferir na esfera jurídica dos direitos fundamentais, tem de ser utilizados com toda a parcimónia, toda a cautela, devidamente autorizadas e em Portugal tem havido várias situações de abuso desse meio. Nas FFSS é preciso cuidado num aspecto que tenho um pouco de receio, é em relação à proliferação dos sistemas de informação com as diferentes forças de segurança sem haver o devido enquadramento, tem de existir autonomia mas não pode deixar de existir coordenação que está prevista na lei de segurança interna.”	fundamento nos meios utilizados NT utilizadas com toda a parcimónia Cuidado em relação à proliferação dos sistemas de informação Coordenação e autonomia
03	“É um debate político (...) o conjunto de Direitos, Liberdades e Garantias consagrados constitucionalmente tem uma jurisdição processual e instrumental muito forte e a tradição portuguesa é muito conservadora neste domínio, olhando, até, com excessiva desconfiança os contributos que podem resultar de um melhor aproveitamento das NT.”	Os DF com jurisdição processual e instrumental muito forte
04	“As NT, no sentido que temos vindo a referir, fazem parte do balanço permanente e inevitável entre liberdade e segurança, o excesso de qualquer uma delas mata a outra. O objectivo que todos devemos prosseguir deve ser orientado pela ideia de construir a segurança com o mínimo prejuízo dos direitos fundamentais, ponderando sempre se as restrições valem a pena, se uma qualquer medida restritiva de direitos (esfera da liberdade) tem efectivo retorno no plano da segurança.”	Construir segurança com o mínimo de prejuízo dos DF
05	“As NT sujeitas a mecanismos de controlo sérios e objectivos das polícias serão garantia de salvaguarda dos direitos laborais e garantias. Potenciando inequivocamente os níveis de segurança dos cidadãos e de eficácia das autoridades.”	Potenciam níveis de segurança
06	“As NT não beliscam direitos, são neutras. A sua utilização é que pode restringir direitos. Temos segurança e direitos fundamentais. Estas têm muitas potencialidades e usadas de forma proibitiva têm um impacto enorme na sociedade. É necessário maior controlo para que não haja abusos nem utilização indevida.”	As NT são neutras, a sua utilização é que pode restringir direitos

Através da análise dos resultados apura-se que as NT aumentam o comando e controlo e melhoram na capacidade de resposta, no entanto, devem ser usadas com parcimónia, visto que os direitos fundamentais têm uma jurisdição processual e instrumental muito forte.

6. Considera que estes meios utilizados pelas FFSS (Forças e Serviços de Segurança) restringem os Direitos, Liberdades e Garantias dos cidadãos? Porquê?

Quadro 6.7 - Análise dos resultados obtidos na questão 6

Entrevistado/a	Expressões Chaves	Ideias Centrais
01	“A restrição dos direitos liberdades e garantias só pode acontecer nos casos previstos na lei, de acordo com o texto constitucional (...) Em certas circunstâncias a lei permite às Forças de Segurança e ao Ministério Público que se utilizem meios legais de recolha de prova para proteger determinados bens jurídicos (...) Desde que se cumpra o princípio da legalidade e a separação de poderes, julgo que os direitos	Autorização legal para proteger determinados bens jurídicos em relação a suspeitos

	são restringidos apenas para os suspeitos de determinados crimes, que permitem o recurso daqueles meios e não para o cidadão idóneo.”	criminosos
02	“Com certeza que existem limitações de direitos mas existem também valores mais altos que se levantam e tem que ser protegidos. Estes meios podem restringir direitos, liberdades e garantias mas, por razões justificáveis, no caso das escutas, se forem autorizadas pelo juiz, se seguirem a tramitação prevista na lei estão de acordo com o Estado de Direito e visam acautelar bens fundamentais como a segurança e a ordem pública, ou seja, restringem momentaneamente mas, acabam por defender os direitos, liberdades e garantias de uma forma duradoura (a média prazo são ferramentas úteis de protecção).	Valores mais altos que se levantam e tem que ser protegidos Restringem momentaneamente para defender de forma duradoura
03	“Do ponto de vista conceptual, não é possível exercer as liberdades constitucionais num território inseguro. Ou seja, não é possível pensar a Liberdade sem lhe colocar o apenso securitário. Não existe Liberdade fora do sentido de Segurança pelo que os dois valores dependem um do outro. Só é possível aprofundar os direitos individuais quando estão contextualizados por instrumentação securitária adequada.	Não existem liberdades constitucionais num território inseguro Instrumentação securitária adequada
04	“ (...) é evidente que tais meios restringem os direitos de cidadania, no entanto, também é preciso ter presente que, a sua correcta utilização protege os mesmos direitos: abdico, por exemplo, de uma parte do direito à imagem para proteger o direito à liberdade e à segurança.”	A correcta utilização protege os mesmos direitos que restringe
05	“Considero que não, pois as N.T. podem ser dotadas de meios de registo e auto controlo.”	Meios de registo e auto controle
06	“As escutas telefónicas restringem claramente uma vez que está a ouvir uma conversa privada, interfere na liberdade das pessoas, na intercepção de comunicações e violação de correspondência. Precisamente por restringir é que é muito regulamentado (...) As NT por si só não são boas nem mas, depende da sua utilização, prevenir abusos e diminuir os riscos de acesso indevido.”	As NT dependem da sua utilização para diminuir abusos

As NT podem restringir momentaneamente os DF mas, garantem os mesmos de forma duradoura. Não existem liberdades constitucionais num território inseguro e a sua correcta utilização protege os mesmos direitos que restringe. São meios de registo e auto controle.

7. A videovigilância como meio promulgado pela AR justifica-se de acordo com os índices de criminalidade, nomeadamente nos centros urbanos?

Quadro 6.8 - Análise dos resultados obtidos na questão 7

Entrevistado/a	Expressões Chaves	Ideias Centrais
01	“O seu recurso deve ser agilizado no respectivo regime legal. Uma das funções do Direito é acompanhar a evolução da comunidade. Assim, julgo que este sistema de recolha de imagem e por vezes de som, deve ver agilizados os quesitos legais, não pela criminalidade, mas sim pelo interesse da prevenção criminal e recolha de prova.	Este sistema deve ver agilizado os quesitos legais
02	“(…) Ao fazer uso deste meio, justificar que é usado a título experimental e quer em sítios economicamente favorecidos	Utilização nos grandes centros

	como desfavorecidos, isto porque, a nível da psicologia colectiva, tenho receio das consequências do uso de instrumentos tecnológicos que contribuem para a prevenção e investigação criminal.”	urbanos bem fundamentada
03	“Adequa-se e devia ser alargada aos espaços públicos, independentemente de serem ao ar livre ou não.”	Alargada aos espaços públicos
04	“Todos sabemos de áreas críticas, algumas em centros urbanos, em que a prevenção e a perseguição da criminalidade não podem continuar a ser feitas pelos processos tradicionais, pela incomportável exigência de meios humanos e materiais necessários para garantir os adequados níveis de segurança. Nessas áreas, quando se agravam os factores críticos de insegurança, a videovigilância é um meio que não pode deixar de ser equacionado, na medida em que, nessas circunstâncias, a sua utilização é perfeitamente justificável e altamente rentável no plano operacional.”	Em áreas críticas é necessária e rentável no plano operacional
05	“Claramente, tendo em conta os fundamentos já evocados; nomeadamente eficácia e rentabilização de meios.”	Claramente justificável
06	“Os índices de criminalidade que chegam à CNPD são muitos mas, temos de referir para que determinado tipo de crimes a videovigilância deve ser usada. Deve ponderar-se as circunstâncias concretas em que a videovigilância é rentável mas, o que se verifica é que os municípios querem agradar aos cidadãos e implementam sistemas de videovigilância, com um custo tremendo, pensando que ganham segurança. Esta utilização deve ser utilizada com parcimónia.”	Videovigilância utilizada para determinado tipo de crimes

Através da análise destes resultados é de salientar que a videovigilância é rentável ao nível operacional e a sua utilização nos grandes centros urbanos deve ser bem fundamentada e alargada aos espaços públicos.

8. Quais os tipos de criminalidade que mais previne estes meios? (crimes contra o património, contra as pessoas, contra a propriedade)

Quadro 6.9 - Análise dos resultados obtidos na questão 8

Entrevistado/a	Expressões Chaves	Ideias Centrais
01	“Este tipo de sistema previne todo o tipo de criminalidade”	Previne todo o tipo criminalidade
02	“Estes meios previnem certamente estes três tipos de criminalidade mas, principalmente contra as pessoas. A videovigilância previne mais os crimes contra as pessoas; as escutas telefónicas previnem mais os crimes contra a segurança do Estado, corrupção, actividades económicas delituosas, tráfico de droga, portanto, diria que cingem-se mais a actividades economicamente criminosas”	Previne todo o tipo de criminalidade
04	“Sem suporte fundamentado em nenhum estudo, penso que a videovigilância pode ser um valioso instrumento de prevenção de todos os tipos de crime referidos, sendo particularmente ajustada à prevenção dos crimes contra a propriedade, quando conjugada com sistemas de alarme e dispositivos de intervenção rápida.”	Previne todos os crimes referidos

05	“Crimes contra o património/propriedade.”	Crimes contra propriedade/ património
06	“Estes meios previnem todo o tipo de criminalidade.”	Previne todo o tipo de criminalidade

Resultante desta análise apura-se que estes meios são uma mais-valia para a actividade de Segurança Interna desenvolvida pelas FFSS uma vez que, previnem na generalidade, todo o tipo de criminalidade.

9. Até que ponto o ser humano é importante na manutenção e rentabilização destes meios? E como se relacionam?

Quadro 6.10 - Análise dos resultados obtidos na questão 9.

Entrevistado/a	Expressões Chaves	Ideias Centrais
01	“Julgo que nenhum sistema é completo ao ponto de dispensar a intervenção humana. Estes equipamentos exigem o empenhamento dos militares da Guarda, mais que não seja para alocação de meios.”	Nenhum sistema é completo para dispensar intervenção humana
02	“É fundamental, porque só o ser humano tem o bom senso que estes meios não têm, é a razão para que sejam usados com equilíbrio, portanto, o binómio racionalizar efectivos para aumentar e incrementar a tecnologia é um pouco insensato, porque tecnologia desse teor tem que ter uma razão com a natureza humana principalmente para, os critérios do equilíbrio, da ponderação, do bom senso, do respeito pelos direitos e só o contacto permanente com a natureza humana permite assegurar.”	Estes meios não têm o bom senso do ser humano Respeito pelos direitos só a natureza humana assegura
03	“Os técnicos de seguranças, os investigadores criminais, os polícias e os militares precisam de respostas simples que lhes são dadas por máquinas complexas, dominadas por especialistas. Ora, a tentação (para não apostar na especialização, que significa maiores salários) é de colocar as NT como um instrumento banal. Não é, a não ser em casos excepcionais. Daí que a rentabilização pressuponha especialização e interdisciplinaridade.”	Rentabilização pressupõe especialização e interdisciplinaridade
04	“Quanto mais relevante é o elemento tecnológico dos meios, maiores são as exigências profissionais, pessoais e comportamentais das pessoas que os operam. Por um lado, a sofisticação dos meios exige conhecimentos técnicos específicos para o seu manuseamento, manutenção e rentabilização operacional, por outro lado, o tipo de dados operados exige comportamentos deontológicos absolutamente irrepreensíveis. Afinal, estamos a lidar com ferramentas de uso excepcional, sempre na fronteira do território dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.”	Maior especialização e comportamentos deontológicos absolutamente irrepreensíveis
05	“Os meios N.T. não funcionam pior si só e as novas tecnologias carecem de operadores bem treinados. A rentabilização das novas tecnologias está claramente dependente da relação entre os efectivos no terreno e os sistemas de controlo.”	Especialização e relação efectivo/sistemas de controlo
06	“As máquinas só trabalham com os critérios que o ser humano lhe impõe. O ser humano é importante nos limites impostos por lei e definidos na utilização dos meios.”	As máquinas funcionam segundo critérios humanos

Estes meios são eficazes mas, o seu aproveitamento máximo deve-se ao facto de existir interdisciplinaridade e homens especializados que, permitam uma definição criteriosa de limites e bom senso que só a natureza humana consegue precaver.

10. As novas tecnologias (videovigilância, escutas telefónicas e bases de dados) são benéficas para a actividade de Segurança Interna desenvolvida pelas FFSS? Até que ponto?

Quadro 6.11 - Análise dos resultados obtidos na questão 10.

Entrevistado/a	Expressões Chaves	Ideias Centrais
01	“São benéficas desde que legais. Melhoram o planeamento do serviço, aumentam a proficiência, tratamento de dados e contribuem para a diminuição da criminalidade, porque são dissuasores, embora uns mais que outros.”	Aumentam proficiência e são dissuasoras
02	“Estas tecnologias são benéficas para a actividade de segurança interna, ao ponto de que devidamente utilizadas, não sendo utópico, permitem diminuir em muito a criminalidade se forem utilizadas com eficácia e equilíbrio contribuem para evitar a sensação que as pessoas por vezes têm, que estão sem controlo. Este, hoje em dia, nas sociedades de massas é muito importante, cada vez mais haverá reacções em cadeia, reacções das multidões com a alteração da natureza do Estado (...) Essas novas tecnologias ajudam a diminuir o índice de criminalidade mas, os próximos tempos serão de aumento da mesma e, se for possível que ela não aumente muito, com ajuda destas ferramentas já será uma proeza.”	Benéficas se devidamente utilizadas Ajudam a diminuir o índice de criminalidade
03	“ (...) hoje são decisivas. Não é possível dismantelar uma grande rede de branqueamento de capitais sem recurso às NT, por exemplo. Foi a <i>internet</i> que conseguiu explicar o complexo esquema de transferências bancárias e movimentos de capitais que levou à prisão do General Noriega, presidente do Panamá. Não havia força humana que o conseguisse fazer. Foi um GPS que permitiu que Jonas Savimbi fosse abatido. É o sistema de informação de satélites que permite a despistagem dos campos de coca na Colômbia ou de papoila do ópio no Sudeste Asiático.”	As novas tecnologias são decisivas
04	“Desde que usadas nos limites da lei e de acordo com as necessidades operacionais (sempre que possível, deve privilegiar-se a utilização de meios menos invasivos), são um valioso instrumento de acção que reforça as capacidades de intervenção e melhora a qualidade do serviço.”	Valioso instrumento usadas no limite da lei, de acordo a necessidade operacional
05	“São sempre benéficas tendo em conta os preceitos legais de auto controlo.”	Benéficas atendendo aos preceitos legais
06	“São sempre benéficas se fizermos delas uma boa utilização, poupam tempo e permitem dar um salto grande na análise da investigação criminal onde, antigamente, era praticamente impossível em alguns campos.”	Benéficas se bem utilizadas Importantes na análise e investigação

As NT são benéficas se forem devidamente utilizadas pois, aumenta a proficiência e aumenta a dissuasão. São um instrumento usado no limite da lei, de acordo com a necessidade operacional. São de extremo valor e importantes na análise da investigação criminal.

11. Em que medida é relevante o contributo obtido pelas FFSS para a correcta acção de comando?

Quadro 6.12 - Análise dos resultados obtidos na questão 11

Entrevistado/a	Expressões Chaves	Ideias Centrais
01	“Estes meios de certa forma agilizam o processo de decisão e melhoram o comando e controlo. Logo, são úteis.”	Contributo útil às FFSS
02	“As novas tecnologias permitem a quem comande e quem decide ter uma certeza na decisão que diminui o grau de natureza aleatória da decisão, permite ter mais fundamento e mais segurança a quem está no comando e num nível elevado duma cadeia de comando.”	Diminuir grau natureza aleatória
03	“Uma correcta e eficiente utilização das NT permite mais informação, mais pormenorizada e rigorosa. Ora uma boa cadeia de comando e de emissão de ordens é muito mais competente e rigorosa quanto maior for a quantidade de informação disponível para a decisão.”	Maior competência e rigor na decisão
04	“As NT permitem o acesso imediato a um conjunto de informações que podem ser muito úteis para o exercício da acção de comando, uma vez que garantem fiabilidade e oportunidade, em matéria de comunicações e controlo da actividade operacional.”	Acesso imediato à informação, útil na acção de comando
05	“As N.T. são fundamentais para exercitar a acção de comando e controlo, tendo em conta os reduzidos tempos disponíveis para a tomada de decisão.”	Fundamentais na acção de comando
06	“Suponho que deva ser bastante importante porque se a obtenção e relacionamento da informação é feita a um nível nunca antes visto, na qualidade de comando há mais integração e imagino que acção de comando é muito mais credível ao nível da decisão. Hoje em dia, ter mais informação dá azo a uma decisão mais sustentada.”	Mais integração e decisão mais credível

O contributo obtido pelas FFSS através da utilização das novas tecnologias, é bastante útil para a acção de comando e controlo. Estas são fundamentais na diminuição do grau de natureza aleatória da decisão e fomentam também, uma integração, rigor e rapidez na decisão.

12. Qual a sua opinião em relação às novas tecnologias no âmbito da prevenção? E da investigação criminal?

Quadro 6.13 - Análise dos resultados obtidos na questão 12

Entrevistado/a	Expressões Chaves	Ideias Centrais
01	“ (...) são úteis, desde que legais. Na prevenção são dissuasores e orientam o serviço e alocação de meios e na investigação criminal permitem a recolha de prova.”	Dissuasoras e permitem a recolha de prova
02	“Eu diria que, talvez no âmbito da prevenção estas novas tecnologias, bem utilizadas, terão mais sucesso logo, não precisam tanto de ser lucradas na investigação mas, são também muito úteis na investigação. Acho que são importantes tanto na prevenção, visto terem um forte poder dissuasor (...)”	Maior importância na prevenção
03	“São cada vez mais essenciais. Não só porque podem antecipar acontecimentos e criar acções proactivas que inibam o desenvolvimento de actos criminosos ou de perturbação da ordem pública como, no domínio da investigação criminal, ainda se torna mais eficiente pois permitem chegar onde era impensável há vinte anos.”	Essenciais pois criam acções proactivas
04	“ (...) as novas tecnologias são um instrumento imprescindível em todas as áreas da actividade de segurança interna e, se utilizadas segundo a letra e espírito consignado na Constituição e na lei, os eventuais constrangimentos no plano dos direitos básicos de cidadania são largamente compensados pelas melhorias geradas no combate à criminalidade e à insegurança.”	Instrumento imprescindível Compensatórias pelas melhorias no combate à criminalidade e insegurança
05	“Muito importantes, se analisarmos os resultados já obtidos noutras polícias.”	Muito importantes
06	“As NT são bastante importantes nestas áreas mas, fica em mente que, em Portugal é-se mais reactivo do que pró-activo, deve apostar-se mais na prevenção. Permitem analisar tendências e situações mais prováveis de acontecer.”	Bastante importantes Permitem analisar tendências

As novas tecnologias são bastante dissuasoras e essenciais para a recolha de prova. São meios fulcrais para a criação de uma linha de actuação proactiva e por conseguinte, compensatórias no combate à criminalidade e segurança.

13. Face ao crime transnacional, considera que no âmbito da cooperação internacional, o uso de novas tecnologias deve ser compatível, permitindo às FFSS a troca e partilha de informação?

Quadro 6.14 - Análise dos resultados obtidos na questão 13

Entrevistado/a	Expressões Chaves	Ideias Centrais
01	“Estes tipos de equipamentos suportam-se, em regra, em software compatível. Isso não é nem será uma limitação. O problema passa por exemplo, pela existência de uma lei penal e processual penal única. O regime jurídico é que na minha opinião devia de ser igual.”	Não é uma limitação Existência de uma lei penal e processual
02	“A compatibilização é essencial para a eficácia dessas medidas e políticas entre as FFSS. Também a nível internacional, nomeadamente, na EUROPOL, INTERPOL, em todas as organizações que actuam a nível internacional essa compatibilização deve ser uma preocupação constante, ou melhor, devia ser obrigatória.”	Compatibilização essencial Deveria ser obrigatória
03	“É decisiva a partilha de informação, sendo certo que a mesma não passa apenas pelas NT. A troca de informação implica confiança pessoal, reconhecimento mútuo, respeitabilidade na troca. É a razão porque no domínio dos Serviços Secretos a relação interpessoal é decisiva para uma boa cooperação internacional.”	Decisiva a partilha de informação
04	“Actualmente, as NT são parte decisiva em quase todos os processos de cooperação policial internacional, seja no plano bilateral, seja ao nível da Europol, Interpol ou Schengen. A compatibilidade entre sistemas é indispensável para a gestão partilhada das diferentes bases de dados e para a troca de informação policial e de segurança relevante.”	Compatibilidade indispensável
05	“A compatibilidade é essencial.”	Compatibilidade essencial
06	“estas novas tecnologias devem ser compatíveis, a sua utilização dentro dos trâmites legais permitem uma enorme recolha de informação privilegiada. O seu tratamento, análise e posterior disseminação permite a construção de bases de dados a polícias europeias como a INTERPOL assim, ajuda na identificação de criminosos e na detecção dos mesmos. Esta informação estando compatível entre todos permite uma maior rapidez e eficiência nas suas acções. Daí que, devidamente coordenada, orientada e acessível a quem de direito é uma mais-valia para o combate à criminalidade e até mesmo a possíveis acções terroristas.”	Bastante importantes Permite maior rapidez e eficiência

A compatibilização é essencial e deveria até ser obrigatória, a informação adquirida através das novas tecnologias deve ser partilhada denotando melhorias decisivas na actuação das FFSS.

14. Até que ponto a Lei de Protecção de Dados restringe a utilização das novas tecnologias e torna a sua aprovação extremamente burocrática?

Quadro 6.15 - Análise dos resultados obtidos na questão 14

Entrevistado/a	Expressões Chaves	Ideias Centrais
01	“Não é burocracia, são quesitos legais. É o princípio da legalidade. No entanto, considero que os quesitos legais, quanto à videovigilância são excessivos.”	Quesitos legais excessivos
03	“Está desactualizada, pesem as alterações que tem sofrido. A revolução técnico/científica é muito mais veloz do que a disposição dos homens para alterações jurídicas.”	Está desactualizada
04	“Restringe e, na minha opinião, muito bem. No estado de direito democrático a liberdade é o bem maior, o que merece melhor protecção. O verdadeiro sentido e objectivo da segurança é garantir as condições para que as pessoas usufruam da liberdade.”	Restringe no bom sentido
05	“A lei da protecção de dados é inadequada, e limita de forma grave e cega a aplicação das N.T.”	A lei de protecção de dados é inadequada
06	“A lei de protecção de dados não restringe a utilização das novas tecnologias, esta é que tem de ser devidamente fundamentada por quem faz uso delas e seguir um conjunto de autorizações pensadas e reflectidas para que todas as pessoas possam viver em segurança e liberdade (...) Assim podemos dizer que a Lei de Protecção de Dados não restringe direitos, apenas os reduz para que possamos viver em segurança e que respeitem os nossos direitos liberdades e garantias.”	A lei de protecção de dados apenas reduz direitos

A lei de protecção de dados tem quesitos legais excessivos e considera-se inadequada uma vez que, a revolução tecnológica técnico/científica é muito mais veloz do que a disposição dos homens para alterações jurídicas. A lei não restringe direitos apenas os reduz, no bom sentido.

15. Considera que o sistema em vigor para validação das bases de dados, designadamente, na concepção, utilização e respectivo acesso é o ideal e o possível face à legislação em vigor ou, pelo contrário, é demasiadamente burocrático?

Quadro 6.16 - Análise dos resultados obtidos na questão 15

Entrevistado/a	Expressões Chaves	Ideias Centrais
01	“Também apresenta um regime jurídico demasiado exigente, a meu ver.”	Regime jurídico demasiado exigente
03	“(…) É burocrático como limitado. (…) é um problema grave que as FFSS hoje defrontam. Uma protecção burocrática e preconceituosa de Dados invalida muito trabalho preventivo e de repressão criminal que poderia ser feito.”	Burocrático e limitado
04	“Provavelmente, num ou noutro caso, a segurança pode ser prejudicada pelos rígidos mecanismos legais impostos à utilização das NT na actividade de segurança interna, admitindo-se ajustamentos no sentido de agilização dos processos de autorização, todavia, em termos gerais, o sistema actual responde de forma suficiente e garante o necessário equilíbrio na defesa dos valores em causa (liberdade e segurança).”	Excesso de mecanismos em alguns casos Em geral responde de forma suficiente
05	“Demasiado burocrático, e analisado de uma forma parcial e particularmente restrita.”	Demasiado burocrático e parcialmente restrita
06	“Não é demasiadamente burocrático, são ideias pré-concebidas mal idealizadas, são requisitos necessários. O sistema é bastante simples, carece duma autorização, em que as pessoas preenchem um formulário com o fim a que se destina, nome, o local onde querem instalar a videovigilância e a forma como utilizá-la depois, vêm para aprovação, são revistas e a resposta é validada ou não consoante a compreensão e estudo realizado.”	Requisitos necessários

Após analisarmos a resposta dos entrevistados podemos afirmar que os requisitos podem ser necessários, face à lei vigente mas, tornam o processo burocrático o que, em alguns casos, pode invalidar a acção das FFSS.

16. Face às novas ameaças e riscos, como encara no âmbito dos direitos fundamentais, o binómio segurança vs liberdade?

Quadro 6.17 - Análise dos resultados obtidos na questão 16.

Entrevistado/a	Expressões Chaves	Ideias Centrais
01	“Assim, o respeito deste princípio pelas Forças de Segurança é patente no n.º 1 do art. 272 da CRP. Apresentar-se como função de garantir os direitos do cidadão e por se enquadrar na administração pública, de acordo com o n.º 1 do art. 266.º da CRP. A protecção dos direitos dos cidadãos, é obrigação do Estado, quer numa vertente positiva, defendendo-a e garantindo-os face à ameaça de outrem, quer numa vertente negativa, não actuando de modo que os ofenda e sacrifique arbitrária e excessivamente. Neste sentido, os direitos dos cidadão são por um lado, fundamento da actuação da Polícia, um fim em si mesmo, e por outro, um limite da actividade policial. A liberdade só é uma realidade se existir segurança. A incerteza e a imprevisibilidade do mundo global leva a que as pessoas abdicuem um pouco da sua liberdade em prol da segurança. Esta segurança é uma das funções do Estado.”	Direitos dos cidadãos um fim em si mesmo e um limite da actividade policial A liberdade é uma realidade se existir segurança
02	“é o bem mais importante depois da saúde e são dois bens que estão ligados mas, a liberdade tem que se perceber que é irmã gémea da segurança, uma não deve existir sem a outra, mas a liberdade não pode existir sozinha (...) as pessoas não têm que ter receio dos Estados que dão prioridade às políticas de segurança, não são políticas securitárias no mau sentido, são políticas que visam acautelar os direitos dos cidadãos. A segurança é amiga da liberdade e não inimiga (...)”	Liberdade é irmã gémea da segurança Políticas securitárias visam acautelar os direitos dos cidadãos
03	“Não existe Liberdade fora do sentido de Segurança pelo que os dois valores dependem um do outro.”	Dois valores dependentes
04	“ (...) se abdicar de um determinado aspecto da minha liberdade (que não é um direito absoluto) em favor de uma melhor segurança, por essa via também estou a reforçar o meu direito à liberdade, porque a segurança é uma travessa de madeira do edifício da liberdade. Vendo as coisas nesta perspectiva, considero que o combate aos novos riscos e ameaças pode e deve ser conduzido com recurso a todos os meios idóneos e que é possível fazê-lo sem pôr em causa o corpo essencial dos direitos fundamentais.	Abdicar de um direito para reforçar o direito à liberdade
05	“O binómio segurança liberdade complementa-se; quanto mais segurança, maior liberdade.”	Mais segurança/maior liberdade
06	“Tanto a segurança como a liberdade são direitos, liberdades e garantias e as políticas de segurança não são para prejudicar o cidadão antes pelo contrário, o uso das ferramentas é que tem de ser feito com equilíbrio para não restringir direitos. A segurança depende da liberdade.”	A segurança depende da liberdade

Num Estado de Direito democrático a liberdade (não sendo um direito absoluto) só é uma realidade se existir segurança, as políticas securitárias apenas visam acautelar os direitos dos cidadãos logo, estes abdicam, em parte, de um direito, o direito à liberdade, para reforçar outro direito, o direito à segurança.

17. Considera que a legislação em vigor, nomeadamente o CP e CPP se adapta às actividades criminosas registadas no nosso país?

Quadro 6.18 - Análise dos resultados obtidos na questão 17.

Entrevistado/a	Expressões Chaves	Ideias Centrais
01	“A Lei Penal e Processual Penal deveriam ser mais dissuasoras. Tendo em consideração o triângulo do crime, nem protege as vítimas, nem dissuade os autores dos crimes.”	Leis mais dissuasoras
02	“ (...) demasiado garantísticos em relação aos direitos das pessoas, eu acho que houve um tempo também em Portugal, em que se abusou das prisões preventivas, se abusou de determinadas medidas que sacrificava os direitos das pessoas (...)é preciso procurar um equilíbrio que, respeite também o papel das FFSS e como todos sabemos, não caíamos no caminho em que a polícia cumpre a sua missão e quem desenvolve actividades criminosas é posto de fora pelos tribunais logo no dia seguinte (...) são equilíbrios muito sensíveis mas, justificam um novo consenso alargado entre as principais forças políticas (...)acho que se justifica alguma revisão, no sentido de novos equilíbrios pois as sociedades hoje em dia mudam a ritmos vertiginosos e alucinantes e portanto, um CP com alterações de há cinco anos ou um CPP com alterações de há três anos ou quatro, rapidamente carece de adequações e adaptações, necessário (...) para traduzir melhor aquele que é o papel das novas tecnologias no enquadramento da prevenção e investigação criminal.	Demasiado garantísticos Fundamental a relação da lei com o papel das FFSS Sociedade em constante mutação justifica uma revisão constitucional
03	“O CP talvez, com uma ou outra conduta que deve ser mais penalizada (ex. no domínio da violência doméstica). No que respeita ao CPP precisamos de uma revisão urgente, que não seja economicista, que proteja e permita arriscar para além da situação que hoje vivemos. A tendência foi para proteger os direitos dos perseguidos com uma negligência profunda em relação aos direitos das vítimas.”	CP com uma conduta mais penalizada e CPP precisa revisão urgente
04	“Ainda que haja uma certa tendência para criticar as dificuldades impostas pelo nosso modelo garantístico, julgo que vale a pena o esforço de superação, em favor do estado de direito democrático. Todavia, sem pôr em causa esses valores, julgo que se impõem algumas alterações, tendo em vista, designadamente, uma maior celeridade processual. A justiça não se realiza cabalmente quando não se concretiza em tempo oportuno.”	Impõe-se algumas alterações para maior celeridade processual
05	“Não se adapta, e desvaloriza um elemento fundamental da norma, a vertente preventiva no que diz respeito às medidas cautelares e de coacção.”	Não se adapta
06	“Acho que a lei em vigor se adapta, no entanto, na minha opinião por vezes é demasiado garantística. A única ressalva a ter em conta é o acompanhamento do avanço tecnológico por parte da lei.	A lei deve acompanhar o avanço tecnológico

A sociedade em plena mudança e a um ritmo vertiginoso carece de um acompanhamento da lei de forma célere, o que implica leis mais dissuasoras e menos garantísticas. Deve emergir um equilíbrio da lei com o papel das FFSS.

18. Julga oportuno efectuar uma revisão da Constituição, que permita às polícias uma maior autonomia no uso das novas tecnologias, em prol da segurança nacional?

Quadro 6.19- Análise dos resultados obtidos na questão 18.

Entrevistado/a	Expressões Chaves	Ideias Centrais
01	“Revisão constitucional para restringir direitos. Não concordo. (...) Adaptar o regime infraconstitucional às novas necessidades das polícias, tendo por referências as novas ameaças, concordo. O grande esforço das Forças de Segurança é em prol da segurança interna, de acordo como o Artigo 272.º da CRP. É necessário diagnosticar os problemas para que as soluções encontradas sejam as mais adequadas. Daí a necessidade de diagnósticos de segurança, como pré-requisito para a decisão e para a implementação das políticas de segurança. A segurança faz apelo a um novo conhecimento técnico que exige investigação e avaliação; recusa a separação entre o público e o privado, porque recorre à dinâmica das parcerias; faz apelo à transversalidade e à coordenação; permite uma certa autonomização da administração e a redefinição das relações entre a administração e a política; coloca sobre a “mesa”, o desafio do território, isto porque, as políticas públicas de segurança são fundamentalmente sectoriais, sendo necessário territorializar a acção (política de proximidade) e a decisão, pressupondo assim a descentralização do processo decisório. Este só é possível com recurso às novas tecnologias, que potenciam também o comando e controlo.	Adaptar o regime infraconstitucional às necessidades policiais
02	“(…) Acho que é um problema magno da segurança interna, esse da autonomia e da coordenação das polícias e dos sistemas de informação, nomeadamente, em relação a cada FFSS. Penso que é uma matéria que tem que estar presente na próxima revisão constitucional, espero bem que esteja senão, é passar ao lado de uma questão fundamental para o Estado de Direito democrático.”	Problema magno da segurança interna, matéria que deverá estar presente na próxima revisão
03	“Não sei se será necessário ir tão longe. A Constituição não coloca grandes óbices neste domínio.”	Não sei se será necessário
04	“De um modo geral, o enquadramento legal do uso das NT pelas polícias é ajustado, por isso, não considero que seja oportuno ou necessário alterar a Lei Fundamental, os eventuais ajustamentos, a ocorrerem, devem ser feitos através da lei ordinária.”	Ajustamentos através da lei ordinária
05	“Julgo que a actual constituição não é o problema.”	Não é o problema
06	“Não tenho uma opinião muito fundamentada mas, penso que a alteração a fazer seria mais no âmbito interno das polícias do que uma revisão constitucional.”	Revisão mais ao nível interno das polícias

É importante adoptar o regime infraconstitucional às necessidades policiais mas, considera um dos entrevistados que este é um problema magno da segurança e com certeza, é matéria a estar presente na próxima revisão.

CAPITULO 7

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

7.1 VERIFICAÇÃO DAS HIPÓTESES PRÁTICAS

Relativamente a **H1**, podemos verificar que a inclusão das novas tecnologias é benéfica para a segurança, o seu efeito permite diminuir os índices de criminalidade. Hipótese validada.

Relativamente a **H2**, verificamos que as novas tecnologias são um contributo essencial no que respeita à prevenção, efeito dissuasor e posterior análise da informação para investigação criminal. Hipótese validada.

Relativamente a **H3**, verifica-se que a actividade de segurança interna usufrui em muito destas ferramentas ao dispor das FFSS, no que respeita à protecção das pessoas e dos direitos liberdades e garantias. Hipótese validada.

Relativamente a **H4**, A utilização destas ferramentas pode interferir na esfera jurídica dos direitos fundamentais, no entanto, com os quesitos legais inerentes a esta utilização cumpridos e uma fundamentação sustentada, promove um uso eficaz e eficiente. Hipótese parcialmente validada.

Relativamente a **H5**, podemos aceitar a restrição de certos direitos uma vez que, não existem direitos absolutos e num Estado de Direito democrática a liberdade e segurança completam-se.

Relativamente a **H6**, os limites impostos são os constantes na lei, por vezes interferem na tomada de decisão, carecem duma fundamentação credível pelas FFSS, para a correcta utilização das ferramentas das novas tecnologias. Hipótese parcialmente validada.

Relativamente a **H7**, talvez seja necessária uma revisão infraconstitucional às necessidades policiais ou até mesmo no que respeita à autonomia e coordenação do uso dos sistemas de informação. No entanto, a lei terá de acompanhar o avanço tecnológico e isso talvez careça de uma revisão constitucional. Hipótese parcialmente validada.

7.2 REFLEXÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Este Trabalho de Investigação Aplicada foi lavrado com o intuito principal de dar um humilde contributo à valorização do futuro Oficial da GNR. Os resultados esperados, consoante as hipóteses formuladas, foram conseguidos de forma a validar as mesmas. Foi sempre tido em conta a estrutura e organização exigida sem nunca esquecer o ponto de partida que,

tinha como principal rumo, verificar até que ponto as ferramentas das Novas Tecnologias utilizadas pelas FFSS, podiam interferir na esfera jurídica dos Direitos Fundamentais.

A sociedade é difícil, embebida de uma diversidade enorme de raças, etnias, tecnologias, meios, etc. A conjuntura social em que vivemos obriga a um esforço de actualização enorme por parte das FFSS, o emprego de meios é cada vez mais ponderado e cuidado, a incerteza é cada vez maior e a solução passa pela recolha de informação captada pelas ferramentas utilizadas pelas novas tecnologias.

A informação é um bem valioso e imprescindível, deve ser tratada de forma cautelosa, analisada ao pormenor e conservada como uma riqueza intransmissível a indivíduos com pensamentos maldosos. Quem tem a informação tem o poder necessário à acção de comando, o discernimento é preciso para decidir e numa instituição como a GNR, que vive de decisões e tem como missão principal a segurança, esta é indispensável e considerada como um bem primário.

As novas tecnologias são importantes para a sociedade e ainda mais para quem a preserva mas, pelo contrário, quando indivíduos com intenções prejudiciais conseguem aceder a elas é um problema que se pode tornar irreversível pois podem obter informações privilegiadas que utilizadas contra a instituição ou mesmo contra a segurança de um Estado são lesivas.

A dificuldade não é utilizar as NT mas sim, uniformizar uma forma de as utilizar correcta e prudentemente, de acordo com o princípio da legalidade e também fazer com que a legislação alcance o ritmo de evolução das mesmas. Fica assim difícil resguardar, totalmente e sem qualquer tipo de interferência, a esfera jurídica dos Direitos Fundamentais no entanto, a divulgação de informação e a utilização das NT compreende um processo de autorização consciente e idóneo⁵⁷ evitando que, a sociedade se torne um mundo sem regras nem rumo.

Em suma a condição inseparável duma vida social pacífica, de uma forma democrática e com liberdade, não é mais do que um ideal político, social e legal, fundamentada na citação constante no Programa do XVII Governo que afirma: *“A segurança é configurada constitucionalmente como um direito fundamental conexionado com o direito à liberdade. Entre ambos existe uma relação de interdependência. Não há liberdade sem segurança nem, verdadeiramente, segurança sem liberdade.*

Portanto podemos verificar que as ferramentas das novas tecnologias são um contributo essencial à missão das FFSS. A sua utilização, de acordo com os quesitos legais e respectiva autorização pelas entidades competentes, duma forma equilibrada e fundamentada são um utensílio deveras substancial na actuação das polícias. Assim é também de referir que, uma nova reforma legislativa poderá ser implementada para garantir uma maior autonomia e coordenação no uso das novas tecnologias com vista a garantir a segurança, liberdade e bem-estar dos cidadãos.

⁵⁷ Art. 18.º CRP

Portanto, em consonância com a utilização destas ferramentas, emergem os direitos fundamentais que a todos assistem mas, não é a utilização das NT que fomentam uma restrição aos direitos, liberdades e garantias, o seu uso, esse sim tem de estar precavido e bem fundamentado na actividade desenvolvida pelas FFSS, de forma a garantir um aumento da segurança significativo na sociedade e concomitantemente no próprio Estado.

Em relação às recomendações espera-se uma continuação nesta linha de pensamento, de acordo com uma pertinência nas NT não abordadas como os PDA's específicos nas patrulhas e a importância destes na acção de comando e controlo; um estudo mais exaustivo no que respeita aos Sistemas de Apoio Operacional e recomenda-se também uma abordagem relativa à cooperação com as polícias de outros países.

7.3 LIMITAÇÕES DA INVESTIGAÇÃO

Tendo por base a elaboração de um trabalho científico desta natureza, existe um rol de limitações cuja pertinência justifica a sua menção.

Iniciamos estas com o facto de não possuímos conhecimentos específicos adequados à exigência esperada de um trabalho deste tipo, no domínio do desenvolvimento da investigação científica.

A forma de seleccionar a informação não foi apreendida, o conhecimento científico e metodológico é insuficiente para a realização de trabalhos de investigação. A metodologia de investigação foi, adquirida em simultâneo com a elaboração do trabalho, estes conhecimentos deveriam ser previamente ministrados para criar uma base bem estruturada.

Além destas limitações inerentes à realização do trabalho de investigação, surge outra relacionada com a limitação do número de páginas, tornando a capacidade de síntese um obstáculo difícil de ultrapassar.

Embora as limitações estivessem presentes, o autor ultrapassou-as à medida que ia construindo um trabalho alicerçado e desenvolvendo um humilde contributo no que respeita à essencial forma de utilização das NT, pelas FFSS, com respeito pelos Direitos Fundamentais na sociedade actual.

.

BIBLIOGRAFIA

LIVROS E PUBLICAÇÕES:

ACADEMIA MILITAR (2008). *Orientações para redacção de trabalhos*, Lisboa, Academia Militar.

BASTOS, Fernando Loureiro (1999). *Ciência Política – guia de Estudo*, Lisboa, Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa Editora.

CASTRO, Catarina Sarmento e (2005). *Direito da Informática, Privacidade e Dados Pessoais*, Coimbra, Almedina Editora.

FREITAS DO AMARAL (1998). *Direito Administrativo – Vol. I*, Lisboa, Almedina Editora.

GOMES CANOTILHO e VITAL MOREIRA (1993). *Constituição da República Portuguesa Anotada*, 3.^a edição revista, Coimbra, Coimbra Editora.

GUERRA, Isabel Carvalho (2010). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdos. Sentido e formas de uso*, Cascais, Principia Editora.

HENRIQUE EIRAS E GUILHERMINA FORTES (2010). *Dicionário de Direito Penal e Processual Penal*, 3.^a edição (revista, actualizada e aumentada), Lisboa, Quid Juris Sociedade Editora.

HOBBSAWN, Eric (2008). *Globalização, Democracia e Terrorismo*, Lisboa, Editorial Presença.

JORGE DE FIGUEIREDO DIAS e MANUEL DA COSTA ANDRADE (1997) *Criminologia, o Homem Delinquente e a Sociedade Criminógena*”, 2.^a Reimpressão. Coimbra. Coimbra Editora.

LYON, David (1992). *A sociedade da informação*, Oeiras, CELTA EDITORA.

PAULO PINTO ALBUQUERQUE (2009). *Comentário do Código Processo Penal*, Lisboa. Universidade Católica Editora.

RASCÃO, José (2004). *Sistemas de Informação para as Organizações*, Lisboa, Edições Sílabo, LDA.

SARMENTO, Manuela (2008). *Guia Prático sobre a Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertação de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada*, Lisboa, Universidade Lusíada Editora.

TABORDA J. & FERREIRA M. (2002). *Competitive intelligence. Conceitos, práticas e benefícios* Cascais, Editora Pergaminho.

VALENTE, Manuel Guedes (2004). *Os Caminhos tortuosos da Investigação criminal*, Direito e Justiça, Vol. XVIII, Tomo I, Faculdade Direito da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa.

VALENTE, Manuel Guedes (2000). *Videovigilância – Um meio técnico – jurídico na prevenção e repressão da criminalidade nos locais de domínio público de utilização comum*, in Revista Política Portuguesa, Ano LXIII, n.º 123, Março/Abril.

VALENTE, Manuel Guedes (2006). Videovigilância: Instrumento de «Segurança Interna»? in Valente, Manuel Guedes (2006) *II Colóquio de Segurança Interna*, Coimbra, Edições Sílabo, SA.

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS, TRABALHOS DE INVESTIGAÇÃO, RELATÓRIOS E JORNAIS:

BALEIZÃO, Rui (2011). *“A segurança nacional e os sistemas de informação”*, Tese de Mestrado em Guerra da Informação. Universidade Lusófona de Lisboa.

CORREIA, João Conde (1999). *Qual o significado da abusiva intromissão na vida privada, no domicílio, na correspondência e nas telecomunicações?* Revista do MP n.º 79, Ano 20, Jul/Set 1999.

DAVENPORT, T., & Prusak, L. (1998), *Working Knowledge*, Cambridge, MA:Harvard University Press.

GUERRA, Amadeu. “A Utilização de Sistemas de Vídeo pelas FFSS em Locais Públicos”, in Revista Ministério Público, Ano 26 Jul-Set 2005, n.º103.

MAES, Rik (2004), “Information Management Reconstructed”, Prima Vera Working Paper 2004-19, University of Amsterdam.

LEGISLAÇÃO

Constituição da Republica Portuguesa, de 02 de Abril de 1976, alterada pela Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de Agosto.

Convenção Europeia dos Direitos do Homem, de 04 de Novembro 1950, ratificada em Portugal pela Lei n.º 1.º 65/78 de 13 de Outubro.

Código Civil, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47344/66, de 25 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 116/2008, de 04 de Julho.

Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 59/2007, de 04 de Setembro.

Código de Processo penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 78/87, de 17 de Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 34/2008 de 26 de Fevereiro.

Declaração Universal dos Direitos do Homem (DUDH), aprovada pela Assembleia Geral da ONU em 10 de Dezembro de 1948.

Lei n.º 1/2005 de 10 de Janeiro, Diário da República n.º 6, Série I-A de 2005-01-10 - Regula a utilização de câmaras de vídeo pelas forças e serviços de segurança em locais públicos de utilização comum.

Lei n.º 67/98 de 26 de Outubro, Diário da República n.º 247, Série I-A de 1998-10-26 - Lei da Protecção de Dados Pessoais

SÍTIOS DA INTERNET

<http://www.cnpd.pt/bin/legis/nacional/DL35-2004-VVG-SEGURANCAPRIVADA.pdf>

<http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=91>, (Ten Cor GERVÁSIO BRANCO)

[http://www.mai.gov.pt/data/actualidades%20destaques/destaques/2010/RASI%202009%20-%20PCM%2025MAR.%20\(Versao%20defintiva\).pdf](http://www.mai.gov.pt/data/actualidades%20destaques/destaques/2010/RASI%202009%20-%20PCM%2025MAR.%20(Versao%20defintiva).pdf),

http://www.gnr.pt/portal/internet/gabinete_imprensa/revista_gnr/edicoes/2010/n4/TemaCapa/temacapasiiop.pdf, (Ten Cor Inf JORGE GUEDES)

<http://jar.planetaclix.pt/n33.htm>

<http://student.dei.uc.pt/~pvicente/Downloads/CP%20%20Escutas%20Telef%F3nicas%20%5BApresenta%E7%E3o%5D.pdf>, (PEDRO VICENTE)

http://www.cej.mj.pt/cej/forma-continua/fichpdf/formacao200708/jornadas_penal_textos/escutascoimbralisboa2007fmm.pdf, (MARIA MATA-MOUROS)

http://www.tsf.pt/PaginalInicial/Portugal/Interior.aspx?content_id=1749032&tag=protec%E7%E3o%20de%20dados&page=-1

http://www.estig.ipbeja.pt/~ac_direito/068apa.pdf, (URÍA MENÉNDEZ)

http://www.fatecindaiatuba.edu.br/reverte_online/8aedicao/Artigo3.pdf, (BÁRBARA (SLAVOV e RICARDO SLAVOV)

<http://www.buscalegis.ufsc.br/arquivos/12-50-c1-50.pdf>, (MARCELO PEREIRA)

http://www.cnpd.pt/bin/legis/nacional/lei_6798.htm

<http://pt.scribd.com/doc/55807046/17/AUTORIDADE-JUDICIAL-COMPETENTE>, (ROSA MARIA FERNANDES)

<http://penal2trabalhos.blogspot.com/2009/02/escutas-telefonicas-e-reconhecimento-de.html>, (NATÁLIA LIMA)

<http://student.dei.uc.pt/~pvicente/Downloads/CP%20%20Escutas%20Telef%F3nicas.pdf>, (PEDRO VICENTE)

http://www.estig.ipbeja.pt/~ac_direito/BGRL.pdf, (JOÃO BACELAR GOUVEIA)

<http://facnpar.com.br/revista/2010/ColisaodeDireitosFundamentais.pdf>, (MÁRIO BARANDA)

<http://congreso.us.es/cidc/Ponencias/fundamentales/Vieira%20ANDRADE.pdf>, (VIEIRA ANDRADE)

<http://wiki.di.uminho.pt/twiki/pub/Education/Archive/InformaticaJuridicaT3/AvideovigilnciaeosoutrostratamentosdeimagemDadosPessoais.pdf>, (EUNICE COELHO)

<http://www.cdca.com.pt/specific/cdca/documents/0000000044.protecodedadospessoais.pdf>

http://www.echr.coe.int/NR/rdonlyres/7510566B-AE54-44B9-A163-912EF12B8BA4/0/POR_CONV.pdf

APÊNDICES

APÊNDICE A

ESQUEMA DOS PILARES BASILARES DO TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

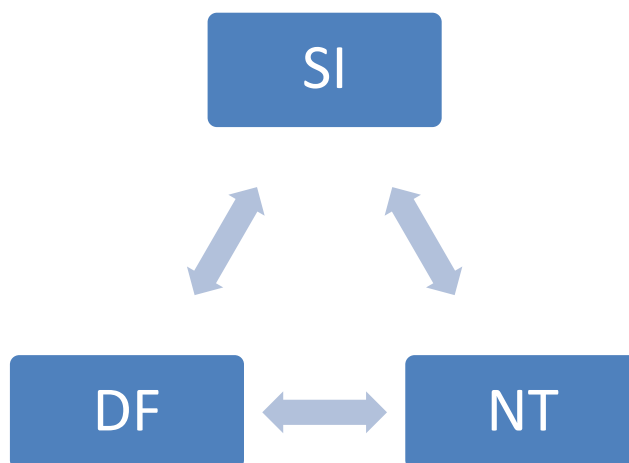


Figura A.1 – Esquema dos pilares basilares do TIA

Legenda: SI (Segurança Interna); DF (Direitos Fundamentais); NT (Novas Tecnologias)

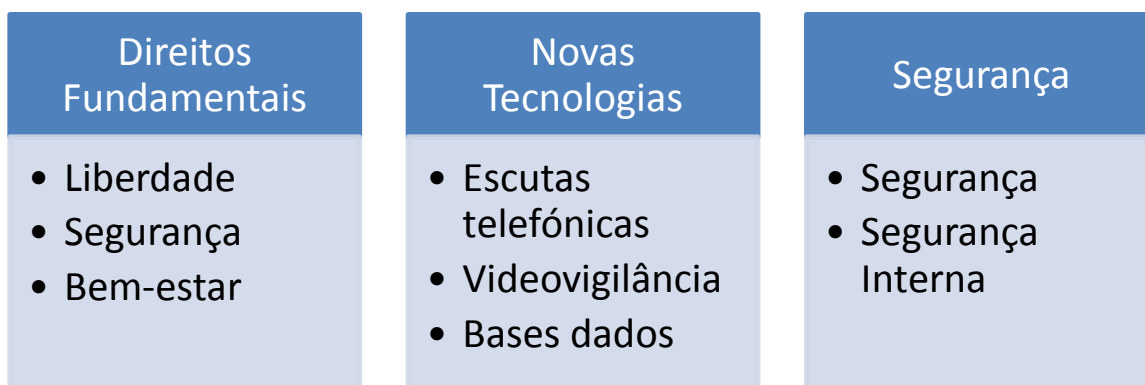


Figura A.2 – Direitos fundamentais, novas tecnologias e segurança.

APÊNDICE B

SISTEMA DE GESTÃO OPERACIONAL



Figura B.3 – Sistema de apoio à gestão operacional.

APÊNDICE C

GUIÃO DA ENTREVISTA



ACADEMIA MILITAR

DIRECÇÃO DE ENSINO

Mestrado em Ciências Militares – Especialidade Segurança

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

ENTREVISTA NO ÂMBITO DO TRABALHO

“Segurança Interna, Novas Tecnologias e Direitos Fundamentais”

ALUNO: Aspirante Aluno: Ricardo Alexandre Pereira Carvalho

ORIENTADOR: Cor Art Rui Baleizão

Lisboa, Junho de 2011

CARTA DE APRESENTAÇÃO

A entrevista que se segue insere-se na parte prática de um Trabalho de Investigação Aplicada, cujo tema é “Segurança Interna, Novas Tecnologias e Direitos Fundamentais”. Este trabalho visa à obtenção do grau de mestre no curso de ciências militares na especialidade de segurança.

Esta entrevista servirá de base de estudo da parte prática do referido trabalho. Esse trabalho tem como problema de investigação perceber até que ponto a utilização de ferramentas das novas tecnologias interferem na esfera jurídica dos direitos fundamentais. É indispensável perceber a forma de utilizar estas ferramentas e de que forma estas são aproveitadas como um instrumento de apoio à missão das FFSS, na actividade de segurança interna. Verificando as várias interpretações e pontos de vista importa perceber o contributo das mesmas para as FFSS e forma como devem ser utilizadas.

Assim sendo, solicito a V. Ex.^a permissão para o entrevistar, de forma a contribuir significativamente para o enriquecimento deste trabalho. Caso V. Ex.^a assim o entenda, ser-lhe-á colocada à disposição a transcrição da entrevista bem como os dados resultantes da sua análise, antes da exposição pública do trabalho.

Obrigado pela sua colaboração

Atenciosamente

Ricardo Alexandre Pereira Carvalho

Asp Inf

ENTREVISTA

TEMA: “Segurança Interna, Novas tecnologias e Direitos Fundamentais ”

- 1 – Como caracteriza o actual estado da segurança em Portugal?
- 2 - Qual o tipo de criminalidade que mais se faz sentir em Portugal?
- 3 – O termo NT (Novas Tecnologias) tem vários significados. Qual o seu? O que são para si as Escutas telefónicas; a Videovigilância e as Bases de Dados?
- 4 – Acha que as NT (novas tecnologias) (sistemas de videovigilância, escutas telefónicas e bases de dados) contribuem para a melhoria da prevenção criminal e posterior investigação? Porquê?
- 5 – Vê a utilização das NT como contributo para a Segurança Interna, sabendo que podem restringir certos direitos fundamentais?
- 6 – Considera que estes meios utilizados pelas FFSS (Forças e Serviços de Segurança) restringem os Direitos, Liberdades e Garantias dos cidadãos? Porquê?
- 7 – A videovigilância como meio promulgado pela AR justifica-se de acordo com os índices de criminalidade, nomeadamente nos centros urbanos?
- 8 – Quais os tipos de criminalidade que mais previne estes meios? (crimes contra o património, contra as pessoas, contra a propriedade)
- 9 – Até que ponto o ser humano é importante na manutenção e rentabilização destes meios? E como se relacionam?
- 10 – As novas tecnologias (videovigilância, escutas telefónicas e bases de dados) são benéficas para a actividade de Segurança Interna desenvolvida pelas FFSS? Até que ponto?
- 11 – Em que medida é relevante o contributo obtido pelas FFSS para a correcta acção de comando?

12 – Qual a sua opinião em relação às novas tecnologias no âmbito da prevenção? E da investigação criminal?

13 – Face ao crime transnacional, considera que no âmbito da cooperação internacional, o uso de novas tecnologias devem ser compatíveis, permitindo às FFSS a troca e partilha de informação?

14 – Até que ponto a Lei de Protecção de Dados restringe a utilização das novas tecnologias e torna a sua aprovação extremamente burocrática?

15 – Considera que o sistema em vigor para validação das bases de dados, designadamente, na concepção, utilização e respectivo acesso é o ideal e o possível face à legislação em vigor ou, pelo contrário, é demasiadamente burocrático?

16 – Face às novas ameaças e riscos, como encara no âmbito dos direitos fundamentais, o binómio segurança vs liberdade?

17 – Considera que a legislação em vigor, nomeadamente o CP e CPP se adapta às actividades criminosas registadas no nosso país?

18 – Julga oportuno efectuar uma revisão da Constituição, que permita às polícias uma maior autonomia no uso das novas tecnologias, em prol da segurança nacional?

APÊNDICE D

ENTREVISTA AO SENHOR MAJOR SILVÉRIO DA GNR

ENTREVISTA

TEMA: “Segurança Interna, Novas tecnologias e Direitos Fundamentais ”

1 – Como caracteriza o actual estado da segurança em Portugal?

Considero a situação do estado de segurança em Portugal preocupante. Não existem documentos científicos que nos indiquem qual a realidade. Por um lado temos, o Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) para cumprir o que consta na Lei de Segurança Interna e para o Governo apresentar “contas” à Assembleia da República, de acordo com o texto constitucional.

Acontece que já na década de 60 a dita “Nova Escola da Criminologia” referia que o estudo da criminalidade não se pode restringir à análise das estatísticas. O RASI é precisamente a apresentação de dados estatísticos.

O Secretário-Geral de Segurança Interna tem no âmbito das suas competências a de realizar inquéritos de vitimização. Sem estes, não conhecemos a realidade da criminalidade. Advoga-se por competências, mas não se assumem responsabilidades de incumprimento.

Aliado ao exposto, as Forças de Segurança, em concreto a Guarda vê ano, após ano, a redução dos seus efectivos. Abandonam mais militares a Instituição, com passagem à reforma, que aqueles que entram. Como é que a Instituição que tem cerca de 80% do Território Nacional à sua responsabilidade vê ingressar o mesmo número de militares que a outra Força de Segurança, ou seja a PSP? É impossível e não existe qualquer tipo de responsabilidade política.

Não havendo militares nos postos da Guarda, não existe prevenção e falhando esta, tornar-nos-emos uma mera força reactiva. No âmbito policial e da protecção do cidadão, não existe nada pior.

Por fim, considero que a Lei Penal deveria ser mais dissuasora.

Estes são os argumentos que servem para dizer que o estado de segurança em Portugal não é o melhor.

2 - Qual o tipo de criminalidade que mais se faz sentir em Portugal?

Segundo a Direcção-Geral da Política da Justiça, do Ministério da Justiça e de acordo com a criminalidade declarada pelos órgãos de polícia criminal (OPC) de competência genérica os números foram inferiores em cerca de 10% em relação a 2009,, se bem me recordo. É a

realidade? Claro que não! No RASI não é incluída a criminalidade participada aos restantes OPC, nem a criminalidade participada aos Tribunais.

Por outro lado, o descrédito no sistema judicial e o aumento considerável das taxas de justiça conduz a que as vítimas nem participem a criminalidade.

Como sabe a criminalidade mais participada é a dos crimes contra o património, com mais de 50%,depois segue-se a criminalidade contra as pessoas e por fim contra a vida em sociedade.

Julgo que a criminalidade violenta aumentou em 2010 e primeiro trimestre de 2011. É esta a minha percepção. Para saber a definição deste tipo de criminalidade, deve ler atentamente o CPP. Este tipo de criminalidade, pela violência praticada pelos seus agentes é preocupante.

3 – O termo NT (Novas Tecnologias) tem vários significados. Qual o seu? O que são para si as Escutas telefónicas; a Videovigilância e as Bases de Dados?

Na minha opinião considero as novas tecnologias como o conjunto de sistemas que integram equipamentos e técnicas relacionadas com a comunicação e informação. Estas potenciam o acesso à comunicação e informação.

As novas tecnologias exigem formação para os utilizadores e segundo alguns autores pertencem à sociedade da informação.

Escutas telefónicas – é uma técnica para recolha de prova criminal, através da interceptação das conversas telefónicas de determinado suspeito. É autorizada pela Autoridade Judicial, carece de validação e exige o respeito pelo princípio da legalidade.

Videovigilância – equipamentos que permitem a captação de imagem e por vezes de som. Na generalidade têm capacidade de gravação. Exigem o cumprimento de determinados quesitos legais.

Base de dados – aglomeração de informação com recurso a software e equipamento informático. Na sociedade de informação é assim que as concebo. Permite o registo, o tratamento, o processamento e a difusão de informação. As bases de dados carecem, em regra, de autorização legal sempre que permitam a recolha de informação privada dos cidadãos.

4 – Acha que as NT (novas tecnologias) (sistemas de videovigilância, escutas telefónicas e bases de dados) contribuem para a melhoria da prevenção criminal e posterior investigação? Porquê?

Vou-me expressar tendo em consideração o seguinte conceito de videovigilância: sistema que consiste na colocação de câmaras de gravação de vídeo, com ou sem gravação de som, que transmitem para um local específico, num conjunto limitado de monitores. Este sistema é designado por CCTV _ closed circuit television_ e exige a vigia e controlo ou não de um operador.

De acordo com a jurisprudência, em concreto de acordo com o Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 18 de Maio de 2005, a licitude da videovigilância afere-se pela sua conformidade ao fim que a autorizou. Tem de existir uma autorização prévia da CNPD e os termos em que essa autorização é emitida devem ser respeitados de acordo com o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 8 de Fevereiro de 2006.

Como sabe o sistema de videovigilância (recolha de imagem) e as escutas telefónicas podem ser métodos de recolha de prova, de acordo com o CPP. Estes têm de ser autorizados pela Autoridade judiciária. É o procedimento correcto, porque em caso algum os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos podem ser beliscados.

O nosso regime jurídico estabelece como princípios informadores da Lei Penal a legalidade, para que seja preservado os bens jurídicos. O Prof. Dr. Figueiredo Dias estabeleceu como bem jurídico a expressão de um interesse de uma comunidade ou pessoa na manutenção ou integridade de um certo estado, objecto ou bem em si mesmo socialmente relevante e juridicamente protegido. Nesta situação inclui-se a nossa vida privada.

Claro que os equipamentos de videovigilância são um meio de prevenção.

No entanto, qualquer que seja o equipamento de recolha de prova deve respeitar o princípio da legalidade. A recolha de prova com estes equipamentos deve ser autorizada pelas Autoridades Judiciárias e a prova deve ainda ser validade.

Deve ter em atenção que a devassa da vida privada das pessoas, realizada através da interceptação, gravação, registo, utilização de conversa, comunicação telefónica, mensagens de correio electrónico ou facturação detalhada, bem como a captação, fotografia, filmagem, registo ou divulgação da imagem das pessoas é punida com pena de prisão até um ano ou com pena de multa até 240 dias, de acordo com o Art. 192.º do Código Penal.

Do mesmo modo, quem criar, mantiver ou utilizar ficheiro automatizado de dados individualmente identificáveis e referentes a convicções políticas, religiosas ou filosóficas, à filiação partidária ou sindical, à vida privada, ou a origem étnica, é punido com pena de prisão até dois anos ou com pena de multa até 240 dias, de acordo julgo eu com o Art. 193.º do Código Penal. Esta situação sobre as bases de dados.

A Guarda vela pelo cumprimento da lei e respeita o princípio da legalidade, em todas as circunstâncias!

Quanto à lei da protecção de dados é a lei n.º 67/98, de 26 de Outubro (LPDP) que transpõe para a ordem jurídica portuguesa a Directiva 95/46/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de Outubro de 1995, relativa à protecção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento dos dados pessoais e à livre circulação desses dados.

Por si esclareço que uma das finalidades da investigação criminal é identificar os agentes dos crimes, recolher as provas e apurar responsabilidades. Logo, desde que sejam legais os meios de recolha de prova, naturalmente que estes equipamentos auxiliam a investigação.

5 – Vê a utilização das NT como contributo para a Segurança Interna, sabendo que podem restringir certos direitos fundamentais?

Actualmente, a nossa “aldeia global” é denominada por sociedade da informação. Genericamente, desde que existimos no mundo que se discute o equilíbrio entre segurança e liberdade.

Para termos segurança temos que abdicar de alguma liberdade. Esta relação faz parte do contrato social. Abdico da minha liberdade para que o Estado me assegure a segurança, em prol do bem-estar social.

AS NT aumentam a velocidade na tomada de decisão. Note o seguinte: na guerra civil (1816-1865) a decisão era tomada pelo decisor num período de um mês; na 2ª Guerra Mundial (1939-1945) a decisão era exigida ao comandante militar numa semana; na Guerra do Iraque (1991) a decisão era exigida num dia; na intervenção militar no Iraque (2003) a decisão era exigida ao mesmo comandante em menos de uma hora; actualmente, julgo que a decisão tem de ser tomada em menos de 5 minutos. Isto explica a importância das NT no comando e controlo da actividade policial.

O tempo na actividade policial é factor crítico. As NT aumentam o comando e controlo, melhoram o planeamento, a fiabilidade e capacidade de resposta e consequentemente a proficiência do serviço como um todo.

6 – Considera que estes meios utilizados pelas FFSS (Forças e Serviços de Segurança) restringem os Direitos, Liberdades e Garantias dos cidadãos? Porquê?

A restrição dos direitos liberdades e garantias só pode acontecer nos casos previstos na lei, de acordo com o texto constitucional.

Em certas circunstâncias a lei permite às Forças de Segurança e ao Ministério Público que se utilizem meios legais de recolha de prova para proteger determinados bens jurídicos. Desde que se cumpra o princípio da legalidade e a separação de poderes, julgo que os direitos são restringidos apenas para os suspeitos de determinados crimes, que permitem o recurso daqueles meios e não para o cidadão idóneo.

7 – A videovigilância como meio promulgado pela AR justifica-se de acordo com os índices de criminalidade, nomeadamente nos centros urbanos?

O seu recurso deve ser agilizado no respectivo regime legal. Uma das funções do Direito é acompanhar a evolução da comunidade.

Assim, julgo que este sistema de recolha de imagem e por vezes de som, deve ver agilizados os quesitos legais, não pela criminalidade, mas sim pelo interesse da prevenção criminal e recolha de prova.

8 – Quais os tipos de criminalidade que mais previne estes meios? (crimes contra o património, contra as pessoas, contra a propriedade)

Este tipo de sistema previne todo o tipo de criminalidade.

9 – Até que ponto o ser humano é importante na manutenção e rentabilização destes meios? E como se relacionam?

Julgo que nenhum sistema é completo ao ponto de dispensar a intervenção humana. Estes equipamentos exigem o empenhamento dos militares da Guarda, mais que não seja para alocação de meios.

10 – As novas tecnologias (videovigilância, escutas telefónicas e bases de dados) são benéficas para a actividade de Segurança Interna desenvolvida pelas FFSS? Até que ponto?

São benéficas desde que legais. Melhoram o planeamento do serviço, aumentam a proficiência, tratamento de dados e contribuem para a diminuição da criminalidade, porque são dissuasores, embora uns mais que outros.

11 – Em que medida é relevante o contributo obtido pelas FFSS para a correcta acção de comando?

Estes meios de certa forma agilizam o processo de decisão e melhoram o comando e controlo. Logo, são úteis.

12 – Qual a sua opinião em relação às novas tecnologias no âmbito da prevenção? E da investigação criminal?

Volto a referir que são úteis, desde que legais. Na prevenção são dissuasores e orientam o serviço e alocação de meios e na investigação criminal permitem a recolha de prova.

13 – Face ao crime transnacional, considera que no âmbito da cooperação internacional, o uso de novas tecnologias devem ser compatíveis, permitindo às FFSS a troca e partilha de informação?

Estes tipos de equipamentos suportam-se, em regra, em software compatível. Isso não é nem será uma limitação. O problema passa por exemplo, pela existência de uma lei penal e processual penal única. O regime jurídico é que na minha opinião devia de ser igual.

14 – Até que ponto a Lei de Protecção de Dados restringe a utilização das novas tecnologias e torna a sua aprovação extremamente burocrática?

Não é burocracia, são quesitos legais. É o princípio da legalidade.

No entanto, considero que os quesitos legais, quanto à videovigilância são excessivos.

15 – Considera que o sistema em vigor para validação das bases de dados, designadamente, na concepção, utilização e respectivo acesso é o ideal e o possível face à legislação em vigor ou, pelo contrário, é demasiadamente burocrático?

Também apresenta um regime jurídico demasiado exigente, a meu ver.

16 – Face às novas ameaças e riscos, como encara no âmbito dos direitos fundamentais, o binómio segurança vs liberdade?

Julgo que esta pergunta nos remete para o PRINCÍPIO DA GARANTIA E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.

Assim, o respeito deste princípio pelas Forças de Segurança é patente no n.º 1 do art. 272 da CRP. Apresentar-se como função de garantir os direitos do cidadão e por se enquadrar na administração pública, de acordo com o n.º 1 do art. 266.º da CRP.

A protecção dos direitos dos cidadãos, é obrigação do Estado, quer numa vertente positiva, defendendo-a e garantindo-os face à ameaça de outrem, quer numa vertente negativa, não actuando de modo que os ofenda e sacrifique arbitrária e excessivamente. Neste sentido, os direitos dos cidadãos são por um lado, fundamento da actuação da Polícia, um fim em si mesmo, e por outro, um limite da actividade policial.

A liberdade só é uma realidade se existir segurança. A incerteza e a imprevisibilidade do mundo global leva a que as pessoas abdicuem um pouco da sua liberdade em prol da segurança. Esta segurança é uma das funções do Estado.

Alerto para o facto deste binómio, desta relação ser patente nos seguintes documentos:

- Magna Carta, datada de 1215;
- A Petition of Right, de 1628;
- O Bill of Rights, de 1689;
- Declaração dos Direitos de Virgínia.

Posteriormente com a Revolução Francesa, em 1789, pretendeu-se pôr termo ao absolutismo real e o tema foi novamente discutido.

O tema está ligado também à organização do poder político dos Estados, ao tipo de Estados e à separação dos poderes e aos direitos dos cidadãos.

17 – Considera que a legislação em vigor, nomeadamente o CP e CPP se adapta às actividades criminosas registadas no nosso país?

A Lei Penal e Processual Penal deveriam ser mais dissuasoras. Tendo em consideração o triângulo do crime, nem protege as vítimas, nem dissuade os autores dos crimes

18 – Julga oportuno efectuar uma revisão da Constituição, que permita às polícias uma maior autonomia no uso das novas tecnologias, em prol da segurança nacional?

Nesta pergunta, volta a incluir temas muito diversos. Revisão constitucional para restringir direitos. Não concordo. Felizmente, vivemos num Estado de Direito democrático.

Adaptar o regime infraconstitucional às novas necessidades das polícias, tendo por referências as novas ameaças, concordo.

Julgo que sabe a diferença entre segurança interna e segurança nacional? O grande esforço das Forças de Segurança é em prol da segurança interna, de acordo como o Artigo 272.º da CRP.

É necessário diagnosticar os problemas para que as soluções encontradas sejam as mais adequadas. Daí a necessidade de diagnósticos de segurança, como pré-requisito para a decisão e para a implementação das políticas de segurança.

A segurança faz apelo a um novo conhecimento técnico que exige investigação e avaliação; recusa a separação entre o público e o privado, porque recorre à dinâmica das parcerias;

faz apelo à transversalidade e à coordenação; permite uma certa autonomização da administração e a redefinição das relações entre a administração e a política; coloca sobre a “mesa”, o desafio do território, isto porque, as políticas públicas de segurança são fundamentalmente sectoriais, sendo necessário territorializar a acção (política de proximidade) e a decisão, pressupondo assim a descentralização do processo decisório. Este só é possível com recurso às novas tecnologias, que potenciam também o comando e controlo.

APÊNDICE E

ENTREVISTA AO SR. DOUTOR PEDRO SANTANA LOPES

TEMA: “Segurança Interna, Novas tecnologias e Direitos Fundamentais”

1 – Como caracteriza o actual estado da segurança em Portugal?

Tendo em conta a situação económica, o agravamento das condições sociais, o desenvolvimento da crise internacional e as dificuldades para investimento e apetrechamento de meios, considero apesar de tudo que a situação da segurança interna é ainda privilegiada em relação ao que se passa noutros países, com focus de preocupação em algumas áreas da criminalidade mas, no geral, considero que apesar de tudo, no contexto em que vivemos, que é uma situação positiva.

2 - Qual o tipo de criminalidade que mais se faz sentir em Portugal?

Eu acho que neste momento, o tipo de criminalidade que mais se faz sentir e que mais vai crescendo, pelos indicadores que tenho são, crimes contra a propriedade, acções violentas contra proprietários e ocupantes, crimes tipo familiar, motivados por relações passionais mas, o mais preocupante são a utilização de meios mais pesados utilizados em furtos e burlas, quer em propriedades, quer a carrinhas de valores e portanto, a importação de tecnologia mais sofisticada por grupos organizados que, depois de se terem deslocado de países onde o crime organizado atinge dimensões mais preocupantes. Estes operam nalgumas zonas de Portugal, nomeadamente, zonas de turismo, zonas onde vivem casais isolados de idade mais avançada, zonas próximas da praia com casas de valor elevado que suscitam o aparecimento de casos onde se verifica violação à propriedade e à integridade física.

3 – O termo NT (Novas Tecnologias) tem vários significados. Qual o seu? O que são para si as Escutas telefónicas; a Videovigilância e as Bases de Dados?

No âmbito da segurança interna, as NT permitem principalmente, o ter acesso à informação e cruzá-la entre várias entidades, pois podemos dispor dos benefícios desse cruzamento para conferir dados privilegiados às FFSS, quer identidade, quer localização depois, os meios utilizados tecnológicos, no âmbito das NT permitem também identificar os meios utilizados na consumação de actividades criminosas, portanto, as NT e a interacção entre elas, o que faculta principalmente é rapidez e eficácia no tratamento da informação.

4 – Acha que as NT (novas tecnologias) (sistemas de videovigilância, escutas telefónicas e bases de dados) contribuem para a melhoria da prevenção criminal e posterior investigação? Porquê?

Podem contribuir se usadas com o equilíbrio pelos princípios e normas latentes num Estado Democrático de direito, quer a videovigilância, quer as escutas telefónicas, até mais que as bases de dados, são violações da privacidade muito complicadas, do direito à reserva da vida privada mas, cada vez se justificam devido às ameaças globais que impendem sobre a humanidade. Vivemos num mundo novo e em constante mutação e com certeza que, as ameaças do mundo antigo ganham uma configuração diferente face às ameaças que existem, portanto, todas usadas com a devida ponderação, devido equilíbrio, são meios que cada ser humano precisa para se sentir individualmente e colectivamente seguro. As bases de dados suscitam algumas questões que, assistindo à cultura cinematográfica de séries policiais e sabendo da existência de mentes mais ou menos criminosas vimos quais são as vantagens das FFSS disporem de bancos de dados, permitem o cruzamento de informação que rapidamente facultam a detecção de quem, pelo ADN, por imagens, por vozes gravadas ou por informações anteriormente recolhidas, pode ter estado ligado, ter estado num sítio, ter passado ou até mesmo ter tocado em algo ou em algum lugar, que dá um indício. Assim os bancos de dados hoje em dia, que permitam reagir globalmente à ameaça global, que paira sobre todos e cada um tem a sua existência justificada.

5 – Como vê a utilização das NT como contributo para a Segurança Interna, sabendo que podem restringir certos direitos fundamentais?

O contributo é importante e imprescindível para a detecção e prevenção, obviamente a videovigilância, tem uma função minimamente repressiva, diria que é útil na repressão, para tentar descobrir o que se passou e o que aconteceu. Muitas vezes um indivíduo compelido a um acto criminoso, não se interessa muito, nem se lembra se existe videovigilância assim, eu acredito mais no efeito da videovigilância para descobrir quem foi o actor desse acto. Em relação à videovigilância é preciso haver outro cuidado, por exemplo, aqui em Lisboa já votámos se, colocada em sítios como o Intendente, não pode contribuir para dar às pessoas que aí vivem, a sensação de que vivem em guetos marcados por estigmas de marginalidade ou criminalidade, por isso, deve haver uma cautela na utilização da videovigilância em zonas socialmente desfavorecidas. Na utilização desta, o argumento equilíbrio social em diferentes zonas deve ser preservado, porque utilizá-la só por ser uma zona socialmente desfavorecida, vai espicaçar e revoltar ainda mais as pessoas que lá vivem. Em bairros sociais, onde se utiliza a videovigilância só por este motivo, esta não é relevante porque, como exemplo da zona J, em Lisboa, enquanto Presidente da Câmara de Lisboa, havia aí uns prédios pintados com umas faixas e mandei pintá-los de branco, porque, ao utilizar a videovigilância, em sítios ditos diferentes, onde por exemplo existe droga, é quase como

colocar um selo de marginalidade. A política de segurança tem de ser equilibrada e tem também que encontrar fundamentos na justificação dos meios que utiliza.

Em relação às escutas telefónicas e bases de dados, estas também podem interferir na esfera jurídica dos direitos fundamentais, tem de ser utilizados com toda a parcimónia, toda a cautela, devidamente autorizadas e em Portugal tem havido várias situações de abuso desse meio. Nas FFSS é preciso cuidado num aspecto que tenho um pouco de receio, é em relação à proliferação dos sistemas de informação com as diferentes forças de segurança sem haver o devido enquadramento, tem de existir autonomia mas não pode deixar de existir coordenação que está prevista na lei de segurança interna.

6 – Considera que estes meios utilizados pelas FFSS (Forças e Serviços de Segurança) restringem os Direitos, Liberdades e Garantias dos cidadãos? Porquê?

Com certeza que existem limitações de direitos mas existem também valores mais altos que se levantam e tem que ser protegidos. Estes meios podem restringir direitos, liberdades e garantias mas, por razões justificáveis, no caso das escutas, se forem autorizadas pelo juiz, se seguirem a tramitação prevista na lei estão de acordo com o Estado de Direito e visam acautelar bens fundamentais como a segurança e a ordem pública, ou seja, restringem momentaneamente mas, acabam por defender os direitos, liberdades e garantias de uma forma duradoura (a média prazo são ferramentas úteis de protecção).

7 – A videovigilância como meio promulgado pela AR justifica-se de acordo com os índices de criminalidade, nomeadamente nos centros urbanos?

Devo dizer que em relação a isso tenho muitas reservas, por enquanto, nos grandes centros urbanos, só com as cautelas que referi, não usá-las só nos sítios mais desfavorecidos socialmente. Ao fazer uso deste meio justificar que é usado a título experimental e quer em sítios economicamente favorecidos como desfavorecidos, isto porque, a nível da psicologia colectiva, tenho receio das consequências do uso de instrumentos tecnológicos que contribuem para a prevenção e investigação criminal.

8 – Quais os tipos de criminalidade que mais previne estes meios? (crimes contra o património, contra as pessoas, contra a propriedade)

Estes meios previnem certamente estes três tipos de criminalidade mas, principalmente contra as pessoas. A videovigilância acha que previne mais os crimes contra as pessoas; as escutas telefónicas previnem mais os crimes contra a segurança do estado, previnem a corrupção, actividades económicas delituosas, o tráfico de droga, portanto diria que cingem-se mais a actividades economicamente criminosas.

9 – Até que ponto o ser humano é importante na manutenção e rentabilização destes meios? E como se relacionam?

É fundamental, porque só o ser humano tem o bom senso que estes meios não têm, é a razão para que sejam usados com equilíbrio, portanto, o binómio racionalizar efectivos para aumentar e incrementar a tecnologia é um pouco insensato, porque tecnologia desse teor tem que ter uma razão com a natureza humana principalmente para, os critérios do equilíbrio, da ponderação, do bom senso, do respeito pelos direitos e só o contacto permanente com a natureza humana permite assegurar.

10 – As novas tecnologias (videovigilância, escutas telefónicas e bases de dados) são benéficas para a actividade de Segurança Interna desenvolvida pelas FFSS? Até que ponto?

Estas tecnologias são benéficas para a actividade de segurança interna, ao ponto de que devidamente utilizadas, não sendo utópico, permitem diminuir em muito a criminalidade se forem utilizadas com eficácia e equilíbrio contribuem para evitar a sensação que as pessoas por vezes têm que estão sem controlo. Este hoje em dia nas sociedades de massas é muito importante, cada vez mais haverá reacções em cadeia, reacções das multidões com a alteração da natureza do Estado, o desaparecimento do Estado social com essa transformação de regras, de hábitos e de mentalidades, cada vez mais os empregados têm menos subsídio, haver menos certezas de reforma, tudo isto cederá grandes reacções que justificam não, a diminuição, mas o aumento do número de efectivo nas FFSS.

Essas novas tecnologias ajudam a diminuir o índice de criminalidade mas, os próximos tempos serão de aumento da mesma e, se for possível que ela não aumente muito, com ajuda destas ferramentas já será uma proeza.

11 – Em que medida é relevante o contributo obtido pelas FFSS para a correcta acção de comando?

As novas tecnologias permitem quem comande e quem decide ter uma certeza na decisão que diminui o grau de natureza aleatória da decisão, permite ter mais fundamento e mais segurança a quem está no comando e num nível elevado numa cadeia de comando.

12 – Qual a sua opinião em relação às novas tecnologias no âmbito da prevenção? E da investigação criminal?

Eu diria que, talvez no âmbito da prevenção estas novas tecnologias, bem utilizadas, terão mais sucesso logo, não precisam tanto de ser lucradas na investigação mas, são também muito úteis na investigação. Acho que são importantes tanto na prevenção, visto terem um forte poder dissuasor como na investigação, em cada âmbito têm um certo nível de importância consoante o fim a que se destinam, dando eu mais importância para a prevenção.

13 – Face ao crime transnacional, considera que no âmbito da cooperação internacional, o uso de novas tecnologias devem ser compatíveis, permitindo às FFSS a troca e partilha de informação?

A grande questão que se põe a todas essas ferramentas é a sua compatibilidade, muitas vezes a nível interno, quanto mais a nível internacional. A compatibilização é essencial para a eficácia dessas medidas e políticas entre as FFSS. Também a nível internacional, nomeadamente, na EUROPOL, INTERPOL, em todas as organizações que actuam a nível internacional essa compatibilização deve ser uma preocupação constante, ou melhor, devia ser obrigatória.

16 – Face às novas ameaças e riscos, como encara no âmbito dos direitos fundamentais, o binómio segurança vs liberdade?

Adoro a liberdade, todos adoramos a liberdade, esta é o bem mais importante depois da saúde e são dois bens que estão ligados mas, a liberdade tem que se perceber que é irmã gémea da segurança, uma não deve existir sem a outra, mas a liberdade não pode existir sozinha, por isso, eu acho que as pessoas não têm que ter receio dos Estados que dão prioridade às políticas de segurança, não são políticas securitárias no mau sentido, são políticas que visam acautelar os direitos dos cidadãos. A segurança é amiga da liberdade e não inimiga mas estamos cá para que o século XXI nos possa mostrar esta conjugação.

17 – Considera que a legislação em vigor, nomeadamente o CP e CPP se adapta às actividades criminosas registadas no nosso país?

Enfim, há quem diga hoje que são demasiado garantísticos em relação aos direitos das pessoas, eu acho que houve um tempo também em Portugal, em que se abusou das prisões preventivas, se abusou de determinadas medidas que sacrificava os direitos das pessoas. Houve uma reacção a isso e acho que é preciso procurar um equilíbrio que, respeite também o papel das FFSS e como todos sabemos, não caíamos no caminho em que a polícia cumpre a sua missão e quem desenvolve actividades criminosas é posto de fora pelos tribunais logo no dia seguinte. Por isso são equilíbrios muito difíceis, muito sensíveis mas, justificam um novo consenso alargado entre as principais forças políticas porque, está em causa a vida de cada um, a integridade de cada um e normalmente, as pessoas só se lembram disso quando é algum dos seus, por isso, acho que se justifica alguma revisão, no sentido de novos equilíbrios pois as sociedades hoje em dia mudam a ritmos vertiginosos e alucinantes e portanto, um CP com alterações de há cinco anos ou um CPP com alterações de há três anos ou quatro, rapidamente carece de adequações e adaptações, acho que é necessário, até também para traduzir melhor aquele que é o papel das novas tecnologias no enquadramento da prevenção e investigação criminal.

18 – Julga oportuno efectuar uma revisão da Constituição, que permita às polícias uma maior autonomia no uso das novas tecnologias, em prol da segurança nacional?

Vai haver uma revisão constitucional seguramente, nos próximos tempos, esta Assembleia tem poderes constituintes, tem poderes para fazer uma revisão, que é de 5 em 5 anos que a Assembleia tem esse poder e portanto, a Assembleia pode tratar sobre isso e decidir sobre isso. Acho que é um problema magno da segurança interna, esse da autonomia e da coordenação das polícias e dos sistemas de informação, nomeadamente, em relação a cada FFSS. Penso que é uma matéria que tem que estar presente na próxima revisão constitucional, espero bem que esteja senão, é passar ao lado de uma questão fundamental para o Estado de Direito democrático.

APÊNDICE F

ENTREVISTA AO SR. DOUTOR FRANCISCO MOITA FLORES

ENTREVISTA

TEMA: “Segurança Interna, Novas tecnologias e Direitos Fundamentais ”

1 – Somos um dos países mais seguros da Europa. Temos um *ratio* de crime por habitantes extremamente baixa, existem mesmo crimes que não passam de apontamentos estatísticos, tais como os crimes de terrorismo, desvio de aeronaves, tomada de reféns, entre outros. Deve mesmo dizer-se, pensando no axioma de Shuterland, que a cada nível de desenvolvimento corresponde um índice criminal e que sobe conforme sobe o estágio de desenvolvimento sendo equivalente em todos os países, que Portugal está abaixo daquilo que seria a sua criminalidade conforme a actual situação económica e social. Por outras palavras, a criminalidade em Portugal vai crescer.

Porém, a questão que coloca é mais abrangente. A segurança não é um conjunto coincidente com o conjunto da actividade criminosa. A presumível instabilidade social decorrente da crise económica e financeira obriga a ser prudente no que respeita á avaliação da segurança, tida como conceito da esfera policial e militar.

2- O pequeno furto, crimes contra as pessoas. Os assaltos a residências e estabelecimentos. A pequena criminalidade que integra crimes como os abusos de confiança, os cheques sem provisão, as burlas, o furto de esticão.

3 – As NT integram os instrumentos que refere mas ainda outros e bem mais importantes que se relacionam com a evolução no mundo da cibernética, da microbiologia e da bioquímica. As escutas e a videovigilância são instrumentos já antigos. As Bases de Dados renovam-se devido a revolução cibernética e hoje ganham importância na discussão ética e política sobre a sua utilização.

4- O conjunto de avanços nestes vários domínios do saber têm sido decisivos para a melhoria da prevenção e investigação criminal, realçando os trabalhos e as descobertas no

domínio dos ADN's e no genoma. Também se deve reconhecer a profunda alteração dos processos de prevenção e investigação graças ao uso massivo da internet.

5- Esse é um debate político. Julgo que é maior o ruído do que a verdade sobre a essência do problema. Na verdade, o conjunto de Direitos, Liberdades e Garantias consagrado constitucionalmente tem uma jurisdição processual e instrumental muito forte e a tradição portuguesa é muito conservadora neste domínio, olhando, até, com excessiva desconfiança os contributos que podem resultar de um melhor aproveitamento das NT.

6 – Do ponto de vista conceptual, não é possível exercer as liberdades constitucionais num território inseguro. Ou seja, não é possível pensar a Liberdade sem lhe colocar o apenso securitário. Não existe Liberdade fora do sentido de Segurança pelo que os dois valores dependem um do outro. Só é possível aprofundar os direitos individuais quando estão contextualizados por instrumentação securitária adequada.

7 – Adequa-se e devia ser alargada aos espaços públicos, independentemente de serem ao ar livre ou não.

8 – Em todos os domínios. Desde os crimes referidos, passando por motins, sublevações e desordem pública.

9 – Esse é o bico de obra nacional. Quanto mais se multiplicam os meios tecnológicos mais aumentam os meios humanos. Nunca percebi este paradoxo. Por cada máquina que faz o trabalho de cinco, dez pessoas, crescem empregos a dobrar. Num país organizado talvez não seja assim, mas em Portugal racionalizar meios humanos em função das NT é coisa que funcionará no sector privado mas no sector público é uma dor de cabeça.

10 – Pela resposta anterior, já percebeu que não lhe sei responder. Sei que hoje o trabalho no domínio da cibernética, da bio-química e outros domínios exige cada vez maior especialização. Os técnicos de seguranças, os investigadores criminais, os polícia e os militares precisam de respostas simples que lhes são dadas por máquinas complexas dominadas por especialistas. Ora, a tentação (para não apostar na especialização, que significa maiores salários) é de colocar as NT como um instrumento banal. Não é, a não ser em casos excepcionais. Daí que a rentabilização pressuponha especialização e interdisciplinaridade.

11- Não vejo a Segurança dividida entre Interna e Externa. É um paradigma ultrapassado. A transnacionalidade da actividade criminosa, sobretudo as condutas mais perigosas para o Estado e para a sociedade (terrorismo, tráfico de estupefacientes, escravatura, infracções económicas e financeiras de grande escala), fez com que o conceito de Segurança Interna deixasse de fazer sentido. As grandes ameaças não reconhecem fronteiras. Respondendo á sua pergunta, hoje são decisivas. Não é possível dismantelar uma grande rede de branqueamento de capitais sem recurso ás NT, por exemplo. Foi a *internet* que conseguiu explicar o complexo esquema de transferências bancárias e movimentos de capitais que levou á prisão do General Noriega, presidente do Panamá. Não havia força humana que o conseguisse fazer. Foi um GPS que permitiu que Jonas Savimbi fosse abatido. É o sistema de informação de satélites que permite a despistagem dos campo de coca na Colômbia ou de papoila do ópio no Sudeste Asiático.

12 – Uma correcta e eficiente utilização das NT permite mais informação, mais pormenorizada e rigorosa. Ora uma boa cadeia de comando e de emissão de ordens é muito mais competente e rigorosa quanto maior for a quantidade de informação disponível para a decisão.

13- São cada vez mais essenciais. Não só porque podem antecipar acontecimentos e criar acções proactivas que inibam o desenvolvimento de actos criminosos ou de perturbação da ordem pública como, no domínio da investigação criminal, ainda se torna mais eficiente pois permitem chegar onde era impensável há vinte anos. Só para ter ideia do que falo, um dos maiores problemas da história da humanidade foi a segurança quanto á paternidade, mais por direitos hereditários do que por razões de fidelidade. Desde a identificação do sangue até há duas décadas esse problema era um mero enunciado. Hoje, com o trabalho sobre ADN's , esse problema de identificação está completamente resolvido.

14- São obrigatoriamente um instrumento das FFSS devido a tudo aquilo que já expliquei.

15 – É decisiva a partilha de informação, sendo certo que a mesma não passa apenas pelas NT. A troca de informação implica confiança pessoal, reconhecimento mútuo, respeitabilidade na troca. É a razão porque no domínio dos Serviços Secretos a relação interpessoal é decisiva para uma boa cooperação internacional.

16 – Está desactualizada, pesem embora, as alterações que tem sofrido. A revolução técnico/científica é muito mais veloz do que a disposição dos homens para alterações jurídicas.

17 – Não só é burocrático como limitado. Esse é um problema grave que as FFSS hoje defrontam. Uma protecção burocrática e preconceituosa de Dados que invalida muito trabalho preventivo e de repressão criminal que poderia ser feito.

18 – Já está respondido.

19 – O CP talvez, com uma ou outra conduta que deve ser mais penalizada (ex. no domínio da violência doméstica) . No que respeita ao CPP precisamos de uma revisão urgente, que não seja economicista, que proteja e permita arriscar para além da situação que hoje vivemos. A tendência foi para proteger os direitos dos perseguidos com uma negligência profunda em relação aos direitos das vítimas.

20 – Não sei se será necessário ir tão longe. A Constituição não coloca grandes óbices neste domínio.

APÊNDICE G

ENTREVISTA AO SENHOR CORONEL PEDROSO

TEMA: “Segurança Interna, Novas tecnologias e Direitos Fundamentais”

1 – Como caracteriza o actual estado da segurança em Portugal?

Se nos cingirmos à dimensão estatística da criminalidade participada e mesmo ao seu nível de gravidade e violência associada, podemos dizer que, em comparação com a generalidade dos países europeus e do mundo ocidental, Portugal é, objectivamente, um dos países com melhores índices de segurança em todo o mundo. Nesse aspecto, o “estado da segurança” em Portugal só pode ser qualificado como bom.

No entanto, se aprofundarmos a análise e considerarmos outras variáveis, designadamente, o nível das ameaças, o conceito e objectivos da segurança interna, o modelo organizacional e o sistema operativo, chegaremos a conclusões bem mais negativas e reveladoras de alguns desajustamentos, enviesamentos e incongruências do sistema de segurança interna, que condicionam a qualidade do produto operacional.

O conceito, objectivos e princípios estabelecidos na LSI incorporam de forma adequada a abrangência e características polimorfos dos riscos e ameaças do nosso tempo, traduzindo uma concepção moderna e democrática da segurança interna, conjugando legitimidade e controlo político, com garantia jurídica e envolvimento da sociedade e dos cidadãos, colocando o assento tónico na garantia dos direitos liberdades e garantias e na protecção das pessoas e bens.

A correcta abordagem conceptual da segurança interna não tem, contudo, a necessária continuidade na configuração do modelo e na estrutura do sistema operativo, nos quais se revelam as mais críticas disfuncionalidades do sistema de segurança interna do nosso país e que poderemos sintetizar da seguinte forma:

- Multiplicidade de actores e de tutelas;
- Ausência de uma efectiva instância de coordenação operacional,
- Duplicação de competências funcionais e territoriais;
- Separação entre diferentes níveis de investigação criminal;
- Dispersão da cooperação policial internacional;
- Deficiente articulação entre o Sistema de Segurança Interna e o Sistema de Informações da República;
- Duplicação de órgãos de apoio.

Esta caracterização, enunciada e fundamentada no *Estudo para a Reforma do Modelo de Organização do SSI*⁵⁸, permite-nos afirmar que o SSI português, apesar de, até hoje, ter encontrado respostas satisfatórias face às ameaças com que o país é confrontado, não parece preparado para enfrentar um eventual agravamento do nível ou da morfologia das ameaças. Para além disso, o modelo actual padece de graves problemas de sustentabilidade, tanto no plano económico como ao nível do produto operacional.

Tais fragilidades também tendem a influenciar negativamente o sentimento de segurança das pessoas, que é muito superior ao que seria expectável, tendo em conta os dados de criminalidade, violência e vitimação que se observam na sociedade portuguesa.

Essa discrepância entre sentimento de segurança e criminalidade é um dos elementos característicos do estado actual da segurança, no qual também devemos considerar uma tendência objectiva para a generalização da violência gratuita na prática de actos criminosos.

Em suma, tendo em conta os factores objectivos da insegurança (criminalidade, violência e vitimação), Portugal é um dos países mais seguros do mundo, ainda que a insegurança percepcionada seja muito elevada;

As disfuncionalidades orgânicas estão na raiz das muitas ineficiências e ineficácias que proliferam no SSI;

A viabilidade económica e a melhoria do produto operacional só poderão ser alcançadas por via da racionalização dos meios e da reformulação do modelo actual, contrariando a lógica da multiplicidade de tutelas e da atomização orgânica e funcional e privilegiando os objectivos de unidade de tutela política e unidade de comando operacional, de modo a garantir a integralidade do sistema e a indispensável articulação estratégica e operacional entre os actores e processos da actividade de segurança interna;

As dificuldades orçamentais não aconselham nem facilitam, pelo menos nos tempos mais próximos, grandes alterações no SSI, pelo que cada um dos diferentes actores (FSS) deve apostar seriamente em todas as mudanças internas que possam contribuir para a utilização mais racional dos recursos disponíveis e assegurar, sem reservas, uma cooperação efectiva com as demais instituições de segurança.

2 - Qual o tipo de criminalidade que mais se faz sentir em Portugal?

Os crimes contra o património são os mais comuns no nosso país, representando mais de metade de toda a criminalidade participada em 2010 (54%), valor semelhante ao de 2009 (54,5%) e inferior ao de 2008 (57%).

Este tipo de crime, pela sua frequência e pela crescente violência com que é praticado (por exemplo, utilização de máquinas de grande porte ou explosivos em assaltos a “caixas

⁵⁸ *Estudo para a Reforma do Modelo de Organização do Sistema de Segurança Interna, Relatório Final*, elaborado pelo Instituto Português de Relações Internacionais, da Universidade Nova de Lisboa, sob coordenação científica de Nelsón Lourenço, Lisboa, Dezembro de 2006, disponível em http://www.portugal.gov.pt/NR/rdonlyres/03016900-8149-4CFE-9F92-65DF570864A2/0/Rel_Modelo_Organizacao_Seguranca_Interna_Final.pdf

multibanco”), gera um forte sentimento de insegurança, seja pela repercussão mediática dos factos, seja pela dita “benevolência” com que os tribunais lidam com os criminosos, mesmo quando há detenções em flagrante delito.

No âmbito dos crimes contra o património integra-se a pequena criminalidade, nem sempre participada e relegada para um plano secundário na investigação, com um impacto muito negativo nas comunidades locais, que lamentam e criticam o clima de impunidade em torno deste tipo de crimes.

3 – O termo NT (Novas Tecnologias) tem vários significados. Qual o seu? O são para si as Escutas telefónicas; a Videovigilância e as Bases de Dados?

Os diferentes sectores de actividade tendem a identificar NT com os produtos e sistemas tecnológicos mais desenvolvidos, cuja utilização gera vantagens competitivas, face aos concorrentes. Alguns produtos tecnológicos são específicos de uma determinada actividade e outros são transversais e de utilização comum. No caso da segurança interna, os produtos tecnológicos de ponta, no essencial, estão relacionados com sistemas de informação e de comunicação, devendo considerar-se NT todos os produtos ou serviços tecnológicos inovadores que facilitem ou criem vantagem operacional no cumprimento da missão.

As escutas telefónicas (intersecção/gravação de comunicações) são um instrumento tecnológico que, na fase de inquérito, mediante autorização expressa do juiz, pode ser utilizado pelos OPC, com a finalidade de obter/produzir prova. Têm um carácter de excepção e o seu uso é feito sob rigoroso controlo do juiz.

A videovigilância materializa-se na utilização de câmaras de vídeo fixas ou portáteis ou qualquer outro meio análogo que permita a realização de gravações, sendo usada com diferentes finalidades, desde o controlo de fluxos de trânsito até à monitorização e controlo das condições de segurança em meio laboral, passando pela detecção de infracções à legislação rodoviária, protecção do ambiente e do património cultural e protecção de pessoas e bens. A Lei 1/2005, de 10 de Janeiro, regula a utilização, por parte das FSS, de sistemas de vigilância por câmaras de vídeo em locais públicos de utilização comum, para captação e gravação de imagem e som e seu posterior tratamento, com a finalidade de proteger determinados edifícios e instalações bem como a segurança de pessoas e bens e prevenir a prática de crimes em locais onde o risco da sua ocorrência seja mais elevado.

A utilização de sistemas de videovigilância carece de autorização da CNPD, na medida em que as imagens captadas se integram no conceito de dados pessoais.

Na perspectiva da actividade das FSS é um meio essencialmente preventivo.

Quanto às bases de dados pessoais, tendo presente o conceito de dado pessoal, definido na lei 67/98 como «*qualquer informação, de qualquer natureza e independentemente do respectivo suporte, incluindo som e imagem, relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável*», devem entender-se como ficheiros, obedecendo a uma determinada lógica de organização e armazenamento, aos quais se pode aceder, por via informática ou outra,

tendo em vista a obtenção de dados correlacionados, por exemplo, através da matrícula do carro, obter a morada do proprietário.

Como facilmente se compreende, a utilização de qualquer um dos instrumentos referidos interfere e é susceptível de poder violar alguns dos mais relevantes direitos de cidadania, como o direito à intimidade da vida privada, o direito ao respeito e bom nome ou o direito à imagem, daí o apertado regime legal, inclusive de ordem constitucional, que regula e restringe o seu uso.

4 – Acha que as NT (novas tecnologias) (sistemas de videovigilância, escutas telefónicas e bases de dados) contribuem para a melhoria da prevenção criminal e posterior investigação? Porquê?

Naturalmente, as NT, em particular as associadas aos instrumentos enunciados, facilitam o trabalho das FSS e podem constituir uma inequívoca mais valia para o produto operacional, na medida em que agilizam e reforçam a fiabilidade da decisão, em todas as áreas fundamentais da segurança interna: prevenção; informações; ordem pública e investigação. No caso concreto da GNR, o sistema de videovigilância instalado no Santuário de Fátima revelou-se um poderoso instrumento de prevenção do crime, de informação segura sobre pessoas com comportamentos suspeitos e de facilitação da perseguição aos criminosos que actuam nesse local. As bases de dados de viaturas, tal como as do SIS Schengen, são um instrumento fundamental do quotidiano operacional.

5 – Como vê a utilização das NT como contributo para a Segurança Interna, sabendo que podem restringir certos direitos fundamentais?

As NT, no sentido que temos vindo a referir, fazem parte do balanço permanente e inevitável entre liberdade e segurança, o excesso de qualquer uma delas mata a outra. O objectivo que todos devemos prosseguir deve ser orientado pela ideia de construir a segurança com o mínimo prejuízo dos direitos fundamentais, ponderando sempre se as restrições valem a pena, se uma qualquer medida restritiva de direitos (esfera da liberdade) tem efectivo retorno no plano da segurança.

As NT, cuja utilização seja susceptível de interferir com os direitos básicos de cidadania, podem e devem ser utilizadas com grande parcimónia e apenas nos casos em que os resultados pretendidos não possam ser alcançados de forma menos invasiva e representem um contributo significativo e inquestionável para o sucesso operacional.

6 – Considera que estes meios utilizados pelas FFSS (Forças e Serviços de Segurança) restringem os Direitos, Liberdades e Garantias dos cidadãos? Porquê?

Por tudo o que já foi dito, é evidente que tais meios restringem os direitos de cidadania, no entanto, também é preciso ter presente que, a sua correcta utilização protege os mesmos direitos: abdicar, por exemplo, de uma parte do direito à imagem para proteger o direito à liberdade e à segurança.

Quando estou numa área sujeita a videovigilância a minha presença e alguns aspectos da minha intimidade podem ser registados, designadamente, em matéria de orientação religiosa, ideológica ou sexual.

Benjamin Franklin, um dos fundadores dos EUA e pai da sua Constituição, afirmava: *«Um homem que estiver disposto a ceder um pouco da sua liberdade em troca de segurança, digo-vos eu, não merece nem uma coisa nem outra»*, provavelmente, nos tempos actuais, reformularia essa sua convicção, compreendendo as razões porque, como disse Steven Spielberg, numa entrevista a propósito do seu filme, *Minority Report*, *«agora, muita gente está disposta a ceder muitas das suas liberdades para se sentirem, de alguma forma, mais seguras»*.

7 – A videovigilância como meio promulgado pela AR justifica-se de acordo com os índices de criminalidade, nomeadamente nos centros urbanos?

Todos sabemos de áreas críticas, algumas em centros urbanos, em que a prevenção e a perseguição da criminalidade não podem continuar a ser feitas pelos processos tradicionais, pela incombustível exigência de meios humanos e materiais necessários para garantir os adequados níveis de segurança. Nessas áreas, quando se agravam os factores críticos de insegurança, a videovigilância é um meio que não pode deixar de ser equacionado, na medida em que, nessas circunstâncias, a sua utilização é perfeitamente justificável e altamente rentável no plano operacional.

8 – Quais os tipos de criminalidade que mais previnem estes meios? (crimes contra o património, contra as pessoas, contra a propriedade)

Sem suporte fundamentado em nenhum estudo, penso que a videovigilância pode ser um valioso instrumento de prevenção de todos os tipos de crime referidos, sendo particularmente ajustada à prevenção dos crimes contra a propriedade, quando conjugada com sistemas de alarme e dispositivos de intervenção rápida.

9 – Até que ponto o ser humano é importante na manutenção e rentabilização destes meios? E como se relacionam?

Quanto mais relevante é o elemento tecnológico dos meios, maiores são as exigências profissionais, pessoais e comportamentais das pessoas que os operam. Por um lado, a sofisticação dos meios exige conhecimentos técnicos específicos para o seu manuseamento, manutenção e rentabilização operacional, por outro lado, o tipo de dados operados exige comportamentos deontológicos absolutamente irrepreensíveis. Afinal, estamos a lidar com ferramentas de uso excepcional, sempre na fronteira do território dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

A utilização criteriosa destes meios é decisiva para a sua rentabilização, que se expressa na produção de um melhor serviço público de segurança e no reforço das condições que garantem a liberdade, a legalidade e a paz pública.

10 – As novas tecnologias (videovigilância, escutas telefónicas e bases de dados) são benéficas para a actividade de Segurança Interna desenvolvida pelas FFSS? Até que ponto?

Desde que usadas nos limites da lei e de acordo com as necessidades operacionais (sempre que possível, deve privilegiar-se a utilização de meios menos invasivos), são um valioso instrumento de acção que reforça as capacidades de intervenção e melhora a qualidade do serviço. O limite é a banalização da sua utilização, a desconsideração dos princípios e valores que integram o património dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

11 – Em que medida é relevante o contributo obtido pelas FFSS para a correcta acção de comando?

As NT permitem o acesso imediato a um conjunto de informações que podem ser muito úteis para o exercício da acção de comando, uma vez que garantem fiabilidade e oportunidade, em matéria de comunicações e controlo da actividade operacional. Para além dos instrumentos que temos vindo a referir, a georreferenciação é outro meio particularmente útil para a acção de comando, porque facilita a utilização mais eficiente e eficaz dos recursos disponíveis.

12 – Qual a sua opinião em relação às novas tecnologias no âmbito da prevenção? E da investigação criminal?

Como pretendi evidenciar em todas as respostas anteriores, as novas tecnologias são um instrumento imprescindível em todas as áreas da actividade de segurança interna e, se utilizadas segundo a letra e espírito consignado na Constituição e na lei, os eventuais constrangimentos no plano dos direitos básicos de cidadania são largamente compensados pelas melhorias geradas no combate à criminalidade e à insegurança.

13 – Face ao crime transnacional, considera que no âmbito da cooperação internacional, o uso de novas tecnologias devem ser compatíveis, permitindo às FFSS a troca e partilha de informação?

Actualmente, as NT são parte decisiva em quase todos os processos de cooperação policial internacional, seja no plano bilateral, seja ao nível da Europol, Interpol ou Schengen. A compatibilidade entre sistemas é indispensável para a gestão partilhada das diferentes bases de dados e para a troca de informação policial e de segurança relevante.

14 – Até que ponto a Lei de Protecção de Dados restringe a utilização das novas tecnologias e torna a sua aprovação extremamente burocrática?

Restringe e, na minha opinião, muito bem. No estado de direito democrático a liberdade é o bem maior, o que merece melhor protecção. O verdadeiro sentido e objectivo da segurança é garantir as condições para que as pessoas usufruam da liberdade.

Os meios excepcionais devem ser utilizados com todas as cautelas e controlos adequados. O escândalo das escutas no Reino Unido, revelando promiscuidades inadmissíveis entre

jornalistas, investigadores privados, polícias e políticos é um exemplo paradigmático da sensibilidade e dos perigos para a liberdade decorrentes da incorrecta utilização das NT.

15 – Considera que o sistema em vigor para validação das bases de dados, designadamente, na concepção, utilização e respectivo acesso é o ideal e o possível face à legislação em vigor ou, pelo contrário, é demasiadamente burocrático?

Não há sistemas ideais, especialmente, quando se destinam a operar na fronteira entre dois direitos tão fundamentais como a liberdade e a segurança.

Sendo certo que alguns países europeus têm sistemas menos garantísticos que o português, entendo que os “entraves” legais à utilização de NT, de uma ou outra forma, reflectem um forte compromisso com os valores mais profundos da democracia e do estado de direito.

Provavelmente, num ou noutro caso, a segurança pode ser prejudicada pelos rígidos mecanismos legais impostos à utilização das NT na actividade de segurança interna, admitindo-se ajustamentos no sentido de agilização dos processos de autorização, todavia, em termos gerais, o sistema actual responde de forma suficiente e garante o necessário equilíbrio na defesa dos valores em causa (liberdade e segurança).

16 – Face às novas ameaças e riscos, como encara no âmbito dos direitos fundamentais, o binómio segurança vs liberdade?

Como já referi, em resposta a uma questão anterior, a equação prescrita por Benjamin Franklin, apresentando a liberdade e a segurança numa relação dicotómica, deve ser matizada com as circunstâncias dos tempos actuais; se abdicar de um determinado aspecto da minha liberdade (que não é um direito absoluto) em favor de uma melhor segurança, por essa via também estou a reforçar o meu direito à liberdade, porque a segurança é uma trave-mestra do edifício da liberdade.

Vendo as coisas nesta perspectiva, considero que o combate aos novos riscos e ameaças pode e deve ser conduzido com recurso a todos os meios idóneos e que é possível fazê-lo sem pôr em causa o corpo essencial dos direitos fundamentais.

17 – Considera que a legislação em vigor, nomeadamente o CP e CPP se adapta às actividades criminosas registadas no nosso país?

Ainda que haja uma certa tendência para criticar as dificuldades impostas pelo nosso modelo garantístico, julgo que vale a pena o esforço de superação, em favor do estado de direito democrático. Todavia, sem pôr em causa esses valores, julgo que se impõem algumas alterações, tendo em vista, designadamente, uma maior celeridade processual. A justiça não se realiza cabalmente quando não se concretiza em tempo oportuno.

18 – Julga oportuno efectuar uma revisão da Constituição, que permita às polícias uma maior autonomia no uso das novas tecnologias, em prol da segurança nacional?

De um modo geral, o enquadramento legal do uso das NT pelas polícias é ajustado, por isso, não considero que seja oportuno ou necessário alterar a Lei Fundamental, os eventuais ajustamentos, a ocorrerem, devem ser feitos através da lei ordinária.

APÊNDICE H

ENTREVISTA AO SENHOR TENENTE-CORONEL LOURENÇO LOPES

TEMA: “Segurança Interna, Novas tecnologias e Direitos Fundamentais”

1. O actual estado de segurança em Portugal é claramente bom, e de qualidade. Contudo, não é menos verdade, que tal desiderato é conseguido à custa de uma desproporção de meios, decorrente do edifício legislativo que se reflecte no modelo operacional e na articulação das forças e serviços de segurança.
2. A criminalidade que mais se faz sentir em Portugal, é o crime contra o património, no tipo de crime cuja competência genérica está atribuída à Guarda, verifica-se um aumento do grau de violência, bem como o nível de organização e planeamento.
3. As novas tecnologias deverão ser interpretadas, como as técnicas mais recentes que permitam realizar de uma forma automática, aquilo que só poderia ser feito com recurso ao meio humano.
As escutas permitem às polícias controlar permanentemente a actividade, a vontade e a relação dos autores de actos ilícitos.
Videovigilância permite observar à distância e armazenar imagens. As bases de dados, recolhem, guardam e processam informações.
4. As N.T. são claramente vantajosas, tendo em conta a necessidade da informação, a oportunidade e a melhor gestão de meios.
5. As NT sujeitas a mecanismos de controlo sérios e objectivos das polícias serão garantia de salvaguarda dos direitos laborais e garantias. Potenciando inequivocamente os níveis de segurança dos cidadãos e de eficácia das autoridades.
6. Considero que não, pois as N.T. podem ser dotadas de meios de registo e auto controlo.
7. Claramente tendo em conta os fundamentos já evocados; nomeadamente eficácia e rentabilização de meios.

8. Crimes contra o património/propriedade.
9. Os meios N.T. não funcionam pior si só e as novas tecnologias carecem de operadores bem treinados.
A rentabilização das novas tecnologias está claramente dependente da relação entre os efectivos no terreno e os sistemas de controlo.
10. São sempre benéficas tendo em conta os preceitos legais de auto controlo.
11. As N.T. são fundamentais para exercitar a acção de comando e controlo, tendo em conta os reduzidos tempos disponíveis para a tomada de decisão.
12. Muito importantes, se analisarmos os resultados já obtidos noutras polícias.
13. A compatibilidade é essencial.
14. A lei da protecção de dados é inadequada, e limita de forma grave e cega a aplicação das N.T.
15. Demasiado burocrático, e analisado de uma forma parcial e particularmente restrita.
16. O binómio segurança liberdade complementa-se; quanto mais segurança, maior liberdade.
17. Não se adapta, e desvaloriza um elemento fundamental da norma, a vertente preventiva no que diz respeito às medidas cautelares e de coacção.
18. Julgo que a actual constituição não é o problema.

APÊNDICE I

ENTREVISTA À SR. DOUTOURA CLARA GUERRA DA COMISSÃO NACIONAL DE PROTECÇÃO DE DADOS

TEMA: “Segurança Interna, Novas tecnologias e Direitos Fundamentais”

1 – Como caracteriza o actual estado da segurança em Portugal?

O estado da segurança em Portugal, pelo que diz os relatórios não é de maneira nenhuma grave. A criminalidade violenta tem aumentado mas, através de estudos e documentos estatísticos e até da percepção de outras pessoas que vêm a Portugal, sentem que o estado da segurança é razoável.

2 - Qual o tipo de criminalidade que mais se faz sentir em Portugal?

Na qualidade de cidadão entendo que nos jornais há muita mediatização, existe uma projecção que incute uma ideia errada na mente do cidadão mas sendo óbvio que existem crimes. A criminalidade através da projecção dos *media* leva as pessoas a pensar que o fenómeno esta num panorama desagradável o que não acontece. A realidade dos *media* não é a realidade. As FFSS conhecem melhor os locais, tendências...

3 – O termo NT (Novas Tecnologias) tem vários significados. Qual o seu? O que são para si as Escutas telefónicas; a Videovigilância e as Bases de Dados, no âmbito da segurança interna?

As novas tecnologias são um conjunto de sistemas de comunicação e informação. As bases de dados permitem uma maior rapidez e facilidade na reunião da informação, inter-relaciona-la para daí retirar alguma informação essencial às FFSS. Permite ter ferramentas de análise e tratamento da mesma. Interessa assim falar na capacidade que a informatização veio trazer, o sistema de aplicação de determinado software que permite “*datamining*” ou encontrar pontos tacto, regionalizações e locais de determinados tipo de crimes que só a informática veio trazer. Por exemplo em relação às entradas de cada tipo de droga, cada uma tem os seus circuitos próprios e hoje em dia, isso já foi estudado e com o auxílio das novas tecnologias. As bases de dados chamar-lhe-ia sistemas de informação policiais que têm a vantagem de conseguir de uma forma muito rápida fazer pesquisas e relacionar a informação entre OPC's.

A videovigilância é já para o pequeno criminoso um meio relativamente fácil de contornar, indo com a cara tapada. É preciso pensar que as tecnologias podem ser um meio com utilidade, para obter um resultado porque, por si só elas são neutras. Tudo depende do objectivo e forma como são utilizadas. As novas tecnologias também têm essas armas à

semelhança das FFSS e é necessário evoluir e utilizá-las com o intuito de promover a segurança dos cidadãos.

As escutas telefónicas devem ser usadas como um meio auxiliar específico e exclusivo da investigação. As forças policiais não podem demitir-se da sua investigação no terreno, seguir as pistas, investigar e recolher a prova necessária sob pena de chegarem ao tribunal e não servirem como meio de prova. Parece-me em geral, na minha perspectiva pessoal, que há um uso e abuso deste meio auxiliar de investigação pois, deve ser visto como mais um meio de investigação e não como o único.

4 – Acha que as NT (novas tecnologias) (sistemas de videovigilância, escutas telefónicas e bases de dados) contribuem para a melhoria da prevenção criminal e posterior investigação? Porquê?

É óbvio que as NT são uma boa ferramenta para melhorar a prevenção e investigação criminal. Não existem estudos sobre a eficácia da videovigilância, em Portugal esta funcionou do interior de zonas comerciais para a via pública onde se verificam os primeiros passos. Noutros países a eficácia é quantificável em 3% de sucesso na detenção de indivíduos através deste meio. A videovigilância tem dois objectivos essenciais: a dissuasão e a ajuda na identificação dos criminosos para procedimento criminal. As câmaras não substituem o ser humano. Esta utilização de forma irracional por particulares, leva a que todos se vigem uns aos outros, o que leva ao exagero e desproporção. A lei 1/2005 foi feita para a utilização das polícias e ser usada como auxílio, na sua intervenção e acção como foi o caso da cimeira da NATO e do Euro 2004. Deve ser usada como um meio e não como um fim em si, para auxílio da investigação criminal. As bases de dados são de facto úteis e indispensáveis.

5 – Como vê a utilização das NT como contributo para a Segurança Interna, sabendo que podem restringir certos direitos fundamentais?

As NT não beliscam direitos, são neutras. A sua utilização é que pode restringir direitos. Temos segurança e direitos fundamentais. Estas têm muitas potencialidades e usadas de forma proibitiva têm um impacto enorme na sociedade. É necessário maior controlo para que não haja abusos nem utilização indevida.

6 – Considera que estes meios utilizados pelas FFSS (Forças e Serviços de Segurança) restringem os Direitos, Liberdades e Garantias dos cidadãos? Porquê?

As escutas telefónicas restringem claramente uma vez que está a ouvir uma conversa privada, interfere na liberdade das pessoas, na interceptação de comunicações e violação de correspondência. Precisamente por restringir é que é muito regulamentado. Está regulamentado para ser apenas utilizadas em situações excepcionais. A videovigilância capta muita informação e ao juntar vários sistemas é possível saber o percurso de uma pessoa, refazendo o percurso, restringindo o direito à livre circulação. As bases de dados por si só não restringem direitos mas, tudo depende da utilização que se faz. As NT por si só

não são boas nem mas, depende da sua utilização, prevenir abusos e diminuir os riscos de acesso indevido. O acesso a estas bases de dados deve ser controlado mediante níveis de acesso, consoante o seu nível hierárquico e natureza da sua função.

7 – A videovigilância como meio promulgado pela AR justifica-se de acordo com os índices de criminalidade, nomeadamente nos centros urbanos?

Os índices de criminalidade que chegam à CNPD são muitos mas, temos de referir para que determinado tipo de crimes a videovigilância deve ser usada. Deve ponderar-se as circunstâncias concretas em que a videovigilância é rentável mas, o que se verifica é que os municípios querem agradar aos cidadãos e implementam sistemas de videovigilância, com um custo tremendo, pensando que ganham segurança. Esta utilização deve ser utilizada com parcimónia. Por exemplo em Lisboa, na baixa, a CNPD não autorizou porque, os índices quantificáveis em dados estatísticos não aumentaram e não é uma câmara que adianta algo à segurança, existem inúmeros factores que têm que ser balanceados.

8 – Quais os tipos de criminalidade que mais previne estes meios? (crimes contra o património, contra as pessoas, contra a propriedade)

Estes meios previnem todo o tipo de criminalidade.

9 – Até que ponto o ser humano é importante na manutenção e rentabilização destes meios? E como se relacionam?

As máquinas só trabalham com os critérios que o ser humano lhe impõe. O ser humano é importante nos limites impostos por lei e definidos na utilização dos meios.

10 – As novas tecnologias (videovigilância, escutas telefónicas e bases de dados) são benéficas para a actividade de Segurança Interna desenvolvida pelas FFSS? Até que ponto?

São sempre benéficas se fizermos delas uma boa utilização, poupam tempo e permitem dar um salto grande na análise da investigação criminal onde, antigamente, era praticamente impossível em alguns campos.

11 – Em que medida é relevante o contributo obtido pelas FFSS para a correcta acção de comando?

Suponho que deva ser bastante importante porque se a obtenção e relacionamento da informação é feita a um nível nunca antes visto, na qualidade de comando há mais integração e imagino que acção de comando é muito mais credível ao nível da decisão. Hoje em dia, ter mais informação dá azo a uma decisão mais sustentada.

12 – Qual a sua opinião em relação às novas tecnologias no âmbito da prevenção? E da investigação criminal?

As NT são bastante importantes nestas áreas mas, fica em mente que, em Portugal é-se mais reactivo do que pró-activo, deve apostar-se mais na prevenção. Permitem analisar tendências e situações mais prováveis de acontecer.

13 – Face ao crime transnacional, considera que no âmbito da cooperação internacional, o uso de novas tecnologias devem ser compatíveis, permitindo às FFSS a troca e partilha de informação?

Obviamente que estas novas tecnologias devem ser compatíveis, a sua utilização dentro dos trâmites legais permitem uma enorme recolha de informação privilegiada. O seu tratamento, análise e posterior disseminação permite a construção de bases de dados a polícias europeias como a INTERPOL assim, ajuda na identificação de criminosos e na detecção dos mesmos. Esta informação estando compatível entre todos permite uma maior rapidez e eficiência nas suas acções. Daí que, devidamente coordenada, orientada e acessível a quem de direito é uma mais-valia para o combate à criminalidade e até mesmo a possíveis acções terroristas.

14 – Até que ponto a Lei de Protecção de Dados restringe a utilização das novas tecnologias e torna a sua aprovação extremamente burocrática?

A lei de protecção de dados não restringe a utilização das novas tecnologias, esta é que tem de ser devidamente fundamentada por quem faz uso delas e seguir um conjunto de autorizações pensadas e reflectidas para que todas as pessoas possam viver em segurança e liberdade. Não vamos banalizar a utilização destas e vivermos num mundo onde todos se vigiam uns aos outros, até porque vivemos num Estado de direito onde as pessoas são livres e têm direitos, liberdades e garantias. O seu uso é garantido às FFSS para fins de segurança dos cidadãos, desta forma era fácil e ilegal saber onde todos andam e por onde passam. A segurança não implica restringir a liberdade mas sim usufruir destas ferramentas como auxílio à actuação das polícias.

Assim podemos dizer que a Lei de Protecção de Dados não restringe direitos, apenas os reduz para que possamos viver em segurança e que respeitem os nossos direitos liberdades e garantias.

15 – Considera que o sistema em vigor para validação das bases de dados, designadamente, na concepção, utilização e respectivo acesso é o ideal e o possível face à legislação em vigor ou, pelo contrário, é demasiadamente burocrático?

Não é demasiadamente burocrático, são ideias pré-concebidas mal idealizadas. O sistema é bastante simples, carece duma autorização, em que as pessoas preenchem um formulário com o fim a que se destina, nome, o local onde querem instalar a videovigilância e a forma como utilizá-la depois, vêm para aprovação, são revistas e a resposta é validada ou não consoante a compreensão e estudo realizado. As respostas tendem a ser dadas num espaço máximo de uma semana e à concordância por parte da CNPD quando o seu fim se destina à segurança e não ao controle dos cidadãos.

16 – Face às novas ameaças e riscos, como encara no âmbito dos direitos fundamentais, o binómio segurança vs liberdade?

Este binómio carece de compreensão e reflexão por parte de quem directamente está relacionado, na sua actuação. Tanto a segurança como a liberdade são direitos, liberdades e garantias e as políticas de segurança não são para prejudicar o cidadão antes pelo contrário, o uso das ferramentas das NT é que tem de ser feito com equilíbrio para não restringir direitos. A segurança depende da liberdade.

17 – Considera que a legislação em vigor, nomeadamente o CP e CPP se adapta às actividades criminosas registadas no nosso país?

As pessoas quando algo está mal têm tendência a mudar mas, não é aceitável tantas mudanças num período tão pequeno como aconteceu com o CPP, a lei está feita e é mais fácil adaptar-se a ela do que interpretar formas diversas de a pôr em prática. Acho que a lei em vigor se adapta, no entanto, na minha opinião por vezes é demasiado garantística. A única ressalva a ter em conta é o acompanhamento do avanço tecnológico por parte da lei.

18 – Julga oportuno efectuar uma revisão da Constituição, que permita às polícias uma maior autonomia no uso das novas tecnologias, em prol da segurança nacional?

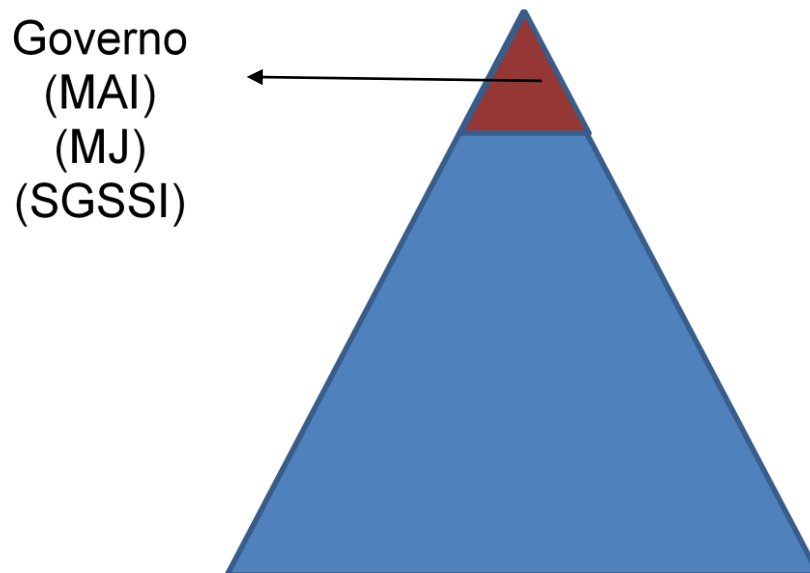
Não tenho uma opinião muito fundamentada mas penso que a alteração a fazer seria mais no âmbito interno das polícias do que uma revisão constitucional.

ANEXOS

ANEXO A

SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNA

Figura 1: Sistema de Segurança Interna



Fonte: Slide n.º9 da Sessão n.º2 do Curso de actualização em Investigação Criminal

ANEXO B

CICLO OBSERVAR, ORIENTAR, DECIDIR E AGIR

Figura 2 – Ciclo OODA



Fonte: adaptado de,

http://www.google.pt/imgres?imgurl=http://www.airpower.au.af.mil/apjinternational/apj-p/2000/2tri00/2tri00_images/MIngrFig5.gif&imgrefurl=http://www.airpower.au.af.mil/apjinternational/apj-p/2000/2tri00/meilinger.htm&usg=__1utcCeSnZhOm0m1aXTWAWWbe1Qg=&h=198&w=198&sz=3&hl=pt-PT&start=0&zoom=1&tbnid=6fUo6LBLIK_k-M:&tbnh=127&tbnw=127&ei=_nYTTpbzJ82p8QPKwoEr&prev=/search%3Fq%3Dciclo%2Booda%26hl%3Dpt-PT%26biw%3D1280%26bih%3D552%26gbv%3D2%26tbnid%3Dsch&itbs=1&iact=rc&dur=146&page=1&ndsp=18&ved=1t:429,r:0,s:0&tx=66&ty=49

ANEXO C

CONVENÇÃO EUROPEIA DOS DIREITOS DO HOMEM (CEDH)



Convenção para a protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais

com as modificações introduzidas pelos
Protocolos nºs 11 e 14

acompanhada do Protocolo adicional e dos
Protocolos nºs 4, 6, 7 e 13

Portuguese version/Version portugaise
Tradução

O texto da Convenção inclui as modificações introduzidas pelo Protocolo nº 14 (STCE nº 194), entrado em vigor em 1 de Junho de 2010.

O texto da Convenção foi anteriormente modificado nos termos das disposições do Protocolo nº 3 (STE nº 45), entrado em vigor em 21 de Setembro de 1970, do Protocolo nº 5 (STE nº 55), entrado em vigor em 20 de Dezembro de 1971 e do Protocolo nº 8 (STE nº 118), entrado em vigor em 1 de Janeiro de 1990, incluindo ainda o texto do Protocolo nº 2 (STE nº 44) que, nos termos do seu artigo 5º, parágrafo 3º, fazia parte integrante da Convenção desde a sua entrada em vigor em 21 de Setembro de 1970. Todas as disposições modificadas ou acrescentadas por estes Protocolos foram substituídas pelo Protocolo nº 11 (STE nº 155), a partir da data da entrada em vigor deste, em 1 de Novembro de 1998. A partir desta data, o Protocolo nº 9 (STE nº 140), entrado em vigor em 1 de Outubro de 1994, foi revogado e o Protocolo nº 10 (STE nº 146) ficou sem objecto.

O estado das assinaturas e ratificações da Convenção e seus Protocolos, bem como a lista completa das declarações e reservas, podem ser consultados em <http://conventions.coe.int>.

Secretaria do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem
Junho 2010



Convenção Europeia dos Direitos do Homem Convenção para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais

Roma, 4.4.1950

Os Governos signatários, Membros do Conselho da Europa,

Considerando a Declaração Universal dos Direitos do Homem proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de Dezembro de 1948, Considerando que esta Declaração se destina a assegurar o reconhecimento e aplicação universais e efectivos dos direitos nela enunciados, Considerando que a finalidade do Conselho da Europa é realizar uma união mais estreita entre os seus Membros e que um dos meios de alcançar esta finalidade é a protecção e o desenvolvimento dos direitos do homem e das liberdades fundamentais, Reafirmando o seu profundo apego a estas liberdades fundamentais, que constituem as verdadeiras bases da justiça e da paz no mundo e cuja preservação repousa essencialmente, por um lado, num regime político verdadeiramente democrático e, por outro, numa concepção comum e no

comum respeito dos direitos do homem, Decididos, enquanto Governos de Estados Europeus animados no mesmo espírito, possuindo um património comum de ideais e tradições políticas, de respeito pela liberdade e pelo primado do direito, a tomar as primeiras providências apropriadas para assegurar a garantia colectiva de certo número de direitos enunciados na Declaração Universal, Convencionaram o seguinte:

Artigo 1º

Obrigações de respeitar os direitos do homem

As Altas Partes Contratantes reconhecem a qualquer pessoa dependente da sua jurisdição os direitos e liberdades definidos no título I da presente Convenção.

Título I

Direitos e liberdades

Artigo 2º

Direito à vida

1. O direito de qualquer pessoa à vida é protegido pela lei. Ninguém poderá ser intencionalmente privado da vida, salvo em execução de uma sentença capital pronunciada por um tribunal, no caso de o crime ser punido com esta pena pela lei.

2. Não haverá violação do presente artigo quando a morte resulte de recurso à força, tornado absolutamente necessário:

a) Para assegurar a defesa de qualquer

pessoa contra uma violência ilegal;

b) Para efectuar uma detenção legal ou para impedir a evasão de uma pessoa detida legalmente;

c) Para reprimir, em conformidade com a lei, uma revolta ou uma insurreição.

Artigo 3º

Proibição da tortura

Ninguém pode ser submetido a torturas, nem a penas ou tratamentos desumanos ou degradantes.

Artigo 4º

Proibição da escravatura e do trabalho forçado

1. Ninguém pode ser mantido em escravidão ou servidão.
2. Ninguém pode ser constrangido a realizar um trabalho forçado ou obrigatório.
3. Não será considerado "trabalho forçado ou obrigatório" no sentido do presente artigo:
 - a) Qualquer trabalho exigido normalmente a uma pessoa submetida a detenção nas condições previstas pelo artigo 5º da presente Convenção, ou enquanto estiver em liberdade condicional;
 - b) Qualquer serviço de carácter militar ou, no caso de objectores de consciência, nos países em que a objecção de consciência for reconhecida como legítima, qualquer outro serviço que substitua o serviço militar obrigatório;
 - c) Qualquer serviço exigido no caso de crise ou de calamidade que ameacem a vida ou o bem-estar da comunidade;
 - d) Qualquer trabalho ou serviço que fizer parte das obrigações cívicas normais.

Artigo 5º

Direito à liberdade e à segurança

1. Toda a pessoa tem direito à liberdade e segurança. Ninguém pode ser privado da sua liberdade, salvo nos casos seguintes e de acordo com o procedimento legal:
 - a) Se for preso em consequência de condenação por tribunal competente;
 - b) Se for preso ou detido legalmente, por desobediência a uma decisão tomada, em conformidade com a lei, por um tribunal, ou para garantir o cumprimento de uma obrigação prescrita pela lei;
 - c) Se for preso e detido a fim de comparecer perante a autoridade judicial competente, quando houver suspeita razoável de ter cometido uma infracção, ou quando houver motivos razoáveis para crer que é necessário impedi-lo de cometer uma infracção ou de se pôr em fuga depois de a ter cometido;
 - d) Se se tratar da detenção legal de

um menor, feita com o propósito de o educar sob vigilância, ou da sua detenção legal com o fim de o fazer comparecer perante a autoridade competente;

e) Se se tratar da detenção legal de uma pessoa susceptível de propagar uma doença contagiosa, de um alienado mental, de um alcoólico, de um toxicómano ou de um vagabundo;

f) Se se tratar de prisão ou detenção legal de uma pessoa para lhe impedir a entrada ilegal no território ou contra a qual está em curso um processo de expulsão ou de extradição.

2. Qualquer pessoa presa deve ser informada, no mais breve prazo e em língua que compreenda, das razões da sua prisão e de qualquer acusação formulada contra ela.

3. Qualquer pessoa presa ou detida nas condições previstas no parágrafo 1, alínea c), do presente artigo deve ser apresentada imediatamente a um juiz ou outro magistrado habilitado pela lei para exercer funções judiciais e tem direito a ser julgada num prazo razoável, ou posta em liberdade durante o processo. A colocação em liberdade pode estar condicionada a uma garantia que assegure a comparência do interessado em juízo.

4. Qualquer pessoa privada da sua liberdade por prisão ou detenção tem direito a recorrer a um tribunal, a fim de que este se pronuncie, em curto prazo de tempo, sobre a legalidade da sua detenção e ordene a sua libertação, se a detenção for ilegal.

5. Qualquer pessoa vítima de prisão ou detenção em condições contrárias às disposições deste artigo tem direito a indemnização.

Artigo 6º

Direito a um processo equitativo

1. Qualquer pessoa tem direito a que a sua causa seja examinada, equitativa e publicamente, num prazo razoável por um tribunal independente e imparcial, estabelecido pela lei, o qual decidirá, quer sobre a determinação dos seus direitos e obrigações de carácter civil, quer sobre o fundamento de qualquer acusação em matéria penal dirigida contra ela. O julgamento deve ser

público, mas o acesso à sala de audiências pode ser proibido à imprensa ou ao público durante a totalidade ou parte do processo, quando a bem da moralidade, da ordem pública ou da segurança nacional numa sociedade democrática, quando os interesses de menores ou a protecção da vida privada das partes no processo o exigirem, ou, na medida julgada estritamente necessária pelo tribunal, quando, em circunstâncias especiais, a publicidade pudesse ser prejudicial para os interesses da justiça.

2. Qualquer pessoa acusada de uma infracção presume-se inocente enquanto a sua culpabilidade não tiver sido legalmente provada.

3. O acusado tem, como mínimo, os seguintes direitos:

- a) Ser informado no mais curto prazo, em língua que entenda e de forma minuciosa, da natureza e da causa da acusação contra ele formulada;
- b) Dispor do tempo e dos meios necessários para a preparação da sua defesa;
- c) Defender-se a si próprio ou ter a assistência de um defensor da sua escolha e, se não tiver meios para remunerar um defensor, poder ser assistido gratuitamente por um defensor oficioso, quando os interesses da justiça o exigirem;
- d) Interrogar ou fazer interrogar as testemunhas de acusação e obter a convocação e o interrogatório das testemunhas de defesa nas mesmas condições que as testemunhas de acusação;
- e) Fazer-se assistir gratuitamente por intérprete, se não compreender ou não falar a língua usada no processo.

Artigo 7º

Princípio da legalidade

1. Ninguém pode ser condenado por uma acção ou uma omissão que, no momento em que foi cometida, não constituía infracção, segundo o direito nacional ou internacional. Igualmente não pode ser imposta uma pena mais grave do que a aplicável no momento em que a infracção foi cometida.

2. O presente artigo não invalidará a sentença ou a pena de uma pessoa

culpada de uma acção ou de uma omissão que, no momento em que foi cometida, constituía crime segundo os princípios gerais de direito reconhecidos pelas nações civilizadas.

Artigo 8º

Direito ao respeito pela vida privada e familiar

1. Qualquer pessoa tem direito ao respeito da sua vida privada e familiar, do seu domicílio e da sua correspondência.

2. Não pode haver ingerência da autoridade pública no exercício deste direito senão quando esta ingerência estiver prevista na lei e constituir uma providência que, numa sociedade democrática, seja necessária para a segurança nacional, para a segurança pública, para o bem-estar económico do país, a defesa da ordem e a prevenção das infracções penais, a protecção da saúde ou da moral, ou a protecção dos direitos e das liberdades de terceiros.

Artigo 9º

Liberdade de pensamento, de consciência e de religião

1. Qualquer pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião; este direito implica a liberdade de mudar de religião ou de crença, assim como a liberdade de manifestar a sua religião ou a sua crença, individual ou colectivamente, em público e em privado, por meio do culto, do ensino, de práticas e da celebração de ritos.

2. A liberdade de manifestar a sua religião ou convicções, individual ou colectivamente, não pode ser objecto de outras restrições senão as que, previstas na lei, constituírem disposições necessárias, numa sociedade democrática, à segurança pública, à protecção da ordem, da saúde e moral públicas, ou à protecção dos direitos e liberdades de outrem.

Artigo 10º

Liberdade de expressão

1. Qualquer pessoa tem direito à liberdade de expressão. Este direito

compreende a liberdade de opinião e a liberdade de receber ou de transmitir informações ou ideias sem que possa haver ingerência de quaisquer autoridades públicas e sem considerações de fronteiras. O presente artigo não impede que os Estados submetam as empresas de radiodifusão, de cinematografia ou de televisão a um regime de autorização prévia.

2. O exercício desta liberdades, porquanto implica deveres e responsabilidades, pode ser submetido a certas formalidades, condições, restrições ou sanções, previstas pela lei, que constituam providências necessárias, numa sociedade democrática, para a segurança nacional, a integridade territorial ou a segurança pública, a defesa da ordem e a prevenção do crime, a protecção da saúde ou da moral, a protecção da honra ou dos direitos de outrem, para impedir a divulgação de informações confidenciais, ou para garantir a autoridade e a imparcialidade do poder judicial.

Artigo 11º

Liberdade de reunião e de associação

1. Qualquer pessoa tem direito à liberdade de reunião pacífica e à liberdade de associação, incluindo o direito de, com outrem, fundar e filiar-se em sindicatos para a defesa dos seus interesses.

2. O exercício deste direito só pode ser objecto de restrições que, sendo previstas na lei, constituírem disposições necessárias, numa sociedade democrática, para a segurança nacional, a segurança pública, a defesa da ordem e a prevenção do crime, a protecção da saúde ou da moral, ou a protecção dos direitos e das liberdades de terceiros. O presente artigo não proíbe que sejam impostas restrições legítimas ao exercício destes direitos aos membros das forças armadas, da polícia ou da administração do Estado.

Artigo 12º

Direito ao casamento

A partir da idade núbil, o homem e a

mulher têm o direito de se casar e de constituir família, segundo as leis nacionais que regem o exercício deste direito.

Artigo 13º

Direito a um recurso efectivo

Qualquer pessoa cujos direitos e liberdades reconhecidos na presente Convenção tiverem sido violados tem direito a recurso perante uma instância nacional, mesmo quando a violação tiver sido cometida por pessoas que actuem no exercício das suas funções oficiais.

Artigo 14º

Proibição de discriminação

O gozo dos direitos e liberdades reconhecidos na presente Convenção deve ser assegurado sem quaisquer distinções, tais como as fundadas no sexo, raça, cor, língua, religião, opiniões políticas ou outras, a origem nacional ou social, a pertença a uma minoria nacional, a riqueza, o nascimento ou qualquer outra situação.

Artigo 15º

Derrogação em caso de estado de necessidade

1. Em caso de guerra ou de outro perigo público que ameace a vida da nação, qualquer Alta Parte Contratante pode tomar providências que derroguem as obrigações previstas na presente Convenção, na estrita medida em que o exigir a situação, e em que tais providências não estejam em contradição com as outras obrigações decorrentes do direito internacional.

2. A disposição precedente não autoriza nenhuma derrogação ao artigo 2º, salvo quanto ao caso de morte resultante de actos lícitos de guerra, nem aos artigos 3º, 4º (parágrafo 1) e 7º.

3. Qualquer Alta Parte Contratante que exercer este direito de derrogação manterá completamente informado o Secretário-Geral do Conselho da Europa das providências tomadas e dos motivos que as provocaram. Deverá igualmente informar o Secretário - Geral do Conselho da Europa da data em que essas disposições tiverem deixado de

estar em vigor e da data em que as da Convenção voltarem a ter plena aplicação.

Artigo 16º

Restrições à actividade política dos estrangeiros

Nenhuma das disposições dos artigos 10º, 11º e 14º pode ser considerada como proibição às Altas Partes Contratantes de imporem restrições à actividade política dos estrangeiros.

Artigo 17º

Proibição do abuso de direito

Nenhuma das disposições da presente Convenção se pode interpretar no

sentido de implicar para um Estado, grupo ou indivíduo qualquer direito de se dedicar a actividade ou praticar actos em ordem à destruição dos direitos ou liberdades reconhecidos na presente Convenção ou a maiores limitações de tais direitos e liberdades do que as previstas na Convenção.

Artigo 18º

Limitação da aplicação de restrições aos direitos

As restrições feitas nos termos da presente Convenção aos referidos direitos e liberdades só podem ser aplicadas para os fins que foram previstas.

Fonte: http://www.echr.coe.int/NR/rdonlyres/7510566B-AE54-44B9-A163-912EF12B8BA4/0/POR_CONV.pdf.

ANEXO D

LEI 1/2005, 10 JANEIRO REGULA A UTILIZAÇÃO DAS CÂMARAS DE VÍDEO PELAS FORÇAS E SERVIÇOS DE SEGURANÇA

REGULA A UTILIZAÇÃO DE CÂMARAS DE VÍDEO PELAS FORÇAS E SERVIÇOS DE SEGURANÇA EM LOCAIS PÚBLICOS DE UTILIZAÇÃO COMUM

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º Objecto e âmbito de aplicação

1 - A presente lei regula a utilização de sistemas de vigilância por câmaras de vídeo pelas forças e serviços de segurança em locais públicos de utilização comum, para captação e gravação de imagem e som e seu posterior tratamento.

2 - Quaisquer referências feitas na presente lei a câmaras de vídeo fixas ou portáteis entendem-se extensíveis a qualquer outro meio técnico análogo, bem como a qualquer sistema que permita a realização das gravações nela previstas.

3 - São aplicáveis, para os fins da presente lei, as definições constantes do artigo 3.º da Lei n.º 67/98, de 26 de Outubro, com as necessárias adaptações.

Artigo 2.º Fins dos sistemas

1 - Só poderá ser autorizada a utilização de videovigilância, no âmbito da presente lei, que vise um dos seguintes fins:

- a) Protecção de edifícios e instalações públicos e respectivos acessos;
- b) Protecção de instalações com interesse para a defesa nacional;
- c) Protecção da segurança das pessoas e bens, públicos ou privados, e prevenção da prática de crimes em locais em que exista razoável risco da sua ocorrência.
- d) Prevenção e repressão de infracções estradais.

2 - O responsável pelo tratamento de imagens e sons é a força de segurança com jurisdição na área de captação ou o serviço de segurança requerente, regendo-se esse tratamento pelo disposto na Lei n.º 67/98, de 26 de Outubro, em tudo o que não seja especificamente previsto na presente lei.

3 - Para efeitos de fiscalização de infracções estradais, ficam as Forças de Segurança autorizadas a aceder a imagens captadas pelas entidades que controlam o tráfego rodoviário, devendo a respectiva captação, para esse efeito, ser objecto da autorização devida.

CAPÍTULO II Câmaras fixas

Artigo 3.º Autorização de instalação

1 - A instalação de câmaras fixas, nos termos da presente lei, está sujeita a autorização do membro do Governo que tutela a força ou serviço de segurança requerente, precedendo parecer da Comissão Nacional de Protecção de Dados (CNPd).

2 - No caso de parecer negativo da CNPD, a autorização não pode ser concedida.

3 - A competência prevista no n.º 1 é delegável, nos termos legais.

Artigo 4.º Condições de instalação

Nos locais objecto de vigilância com recurso a câmaras fixas é obrigatória a afixação, em local bem visível, de informação sobre as seguintes matérias:

- a) A existência e a localização das câmaras de vídeo;
- b) A finalidade da captação de imagens e sons;
- c) Informação sobre o responsável pelo tratamento dos dados recolhidos, perante quem os direitos de acesso e rectificação podem ser exercidos.

Artigo 5.º Pedido de autorização

1 - O pedido de autorização de instalação de câmaras fixas é requerido pelo dirigente máximo da força ou serviço de segurança respectivo e deve ser instruído com os seguintes elementos:

- a) Os locais públicos objecto de observação pelas câmaras fixas;
- b) Características técnicas do equipamento utilizado;
- c) Identificação dos responsáveis pela conservação e tratamento dos dados, quando não sejam os responsáveis pelo sistema;
- d) Os fundamentos justificativos da necessidade e conveniência da instalação do sistema de vigilância por câmaras de vídeo;
- e) Os procedimentos de informação ao público sobre a existência do sistema;
- f) Os mecanismos tendentes a assegurar o correcto uso dos dados registados;
- g) Os critérios que regem a conservação dos dados registados;
- h) O período de conservação dos dados, com respeito pelos princípios da adequação e da proporcionalidade, face ao fim a que os mesmos se destinam.

2 - A autorização de instalação pode também ser requerida pelo presidente da câmara, cabendo nesse caso a instrução dos elementos referidos nas alíneas b) a h) do número anterior à força de segurança com jurisdição na respectiva área de observação, aplicando-se, quanto ao procedimento de decisão, o disposto no artigo 3.º.

3 - Da decisão de autorização constarão:

- a) Os locais públicos objecto de observação pelas câmaras de vídeo;
- b) As limitações e condições de uso do sistema;
- c) A proibição de captação de sons, excepto quando ocorra perigo concreto para a segurança de pessoas e bens;
- d) O espaço físico susceptível de ser gravado, o tipo de câmara e suas especificações técnicas;
- e) A duração da autorização.

4 - A duração da autorização será a mais adequada aos fundamentos invocados no pedido.

5 - A duração máxima da autorização será de um ano, sujeita a renovação, mediante comprovação da manutenção dos fundamentos invocados para a sua concessão.

6 - A autorização pode ser suspensa ou revogada, a todo o tempo, mediante decisão fundamentada.

CAPÍTULO III Câmaras portáteis

Artigo 6.º Utilização de câmaras portáteis

1 - A autorização para a instalação de câmaras fixas inclui a utilização de câmaras portáteis.

2 - Excepcionalmente, quando não seja possível obter em tempo útil a autorização prevista no artigo anterior, o dirigente máximo da força ou serviço de segurança pode autorizar a utilização de câmaras portáteis, informando no prazo de quarenta e oito horas a entidade prevista no artigo 3.º para os efeitos aí previstos.

3 - Se a autorização não for concedida ou o parecer da CNPD for negativo, o responsável pelo sistema procede à destruição imediata do material gravado.

4 - Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, à utilização de câmaras portáteis é aplicável a legislação própria relativa às forças e serviços de segurança e a Lei n.º 5/2002, de 11 de Janeiro.

CAPÍTULO IV Utilização, conservação e registo

Artigo 7.º Princípios de utilização das câmaras de vídeo

1 - A utilização de câmaras de vídeo rege-se pelo princípio da proporcionalidade.

2 - Só é autorizada a utilização de câmaras de vídeo quando tal meio se mostre concretamente o mais adequado para a manutenção da segurança e ordem públicas e para

a prevenção da prática de crimes, tendo em conta as circunstâncias concretas do local a vigiar.

3 - Na ponderação, caso a caso, da finalidade concreta a que o sistema se destina são igualmente tidos em conta a possibilidade e o grau de afectação de direitos pessoais através da utilização de câmaras de vídeo.

4 - É expressamente proibida a instalação de câmaras fixas em áreas que, apesar de situadas em locais públicos, sejam, pela sua natureza, destinadas a ser utilizadas em resguardo.

5 - A autorização de utilização de câmaras de vídeo pressupõe sempre a existência de riscos objectivos para a segurança e a ordem públicas.

6 - É vedada a utilização de câmaras de vídeo quando a captação de imagens e de sons abranja interior de casa ou edifício habitado ou sua dependência, salvo consentimento dos proprietários e de quem o habite legitimamente ou autorização judicial.

7 - É igualmente vedada a captação de imagens e sons nos locais previstos no n.º 1 do artigo 2.º, quando essa captação afecte, de forma directa e imediata, a intimidade das pessoas, ou resulte na gravação de conversas de natureza privada.

8 - As imagens e sons acidentalmente obtidos, em violação do disposto nos n.ºs 6 e 7, devem ser destruídos de imediato pelo responsável pelo sistema.

9 - A verificação do disposto nos n.ºs 1, 2 e 5 compete ao membro do Governo que tutela a força ou o serviço de segurança requerente.

Artigo 8.º Aspectos procedimentais

1 - Quando uma gravação, realizada de acordo com a presente lei, registe a prática de factos com relevância criminal, a força ou serviço de segurança que utilize o sistema elaborará auto de notícia, que remeterá ao Ministério Público juntamente com a fita ou suporte original das imagens e sons, no mais curto prazo possível ou, no máximo, até setenta e duas horas após o conhecimento da prática dos factos.

2 - Caso não seja possível a remessa do auto de notícia no prazo previsto no número anterior, a participação dos factos será feita verbalmente.

Artigo 9.º Conservação das gravações

1 - As gravações obtidas de acordo com a presente lei serão conservadas pelo prazo máximo de um mês contado desde a respectiva captação, sem prejuízo do disposto no artigo anterior.

2 - Todas as pessoas que tenham acesso às gravações realizadas nos termos da presente lei, em razão das suas funções, deverão sobre as mesmas guardar sigilo, sob pena de procedimento criminal.

3 - Com excepção dos casos previstos no n.º 1, é proibida a cessão ou cópia das gravações obtidas de acordo com a presente lei.

Artigo 10.º Direitos dos interessados

1 - São assegurados, a todas as pessoas que figurem em gravações obtidas de acordo com a presente lei, os direitos de acesso e eliminação, salvo o disposto no número seguinte.

2 - O exercício dos direitos previstos no número anterior poderá ser fundamentadamente negado quando seja susceptível de constituir perigo para a defesa do Estado ou para a segurança pública, ou quando seja susceptível de constituir uma ameaça ao exercício dos direitos e liberdades de terceiros ou, ainda, quando esse exercício prejudique investigação criminal em curso.

3 - Os direitos previstos no n.º 1 serão exercidos perante o responsável pelo tratamento dos dados recolhidos, directamente ou através da CNPD.

Artigo 11.º Infracções

Salvo responsabilidade criminal, a violação das disposições da presente lei será sancionada de acordo com o estatuto disciplinar a que o agente se encontre sujeito, sem prejuízo do regime sancionatório constante da Lei n.º 67/98, de 26 de Outubro.

Artigo 12.º Registo dos sistemas

A autoridade competente para autorizar a instalação de câmaras de vídeo fixas manterá registo público de todas as instalações autorizadas, onde conste a data e o local exactos da instalação, o seu requerente e o fim a que se destina e o parecer da CNPD, bem como o período da autorização e suas eventuais renovações.

CAPÍTULO V Regime especial

Artigo 13.º Utilização de sistemas de vigilância rodoviária

1 - Com vista à salvaguarda da segurança das pessoas e bens na circulação rodoviária e à melhoria das condições de prevenção e repressão das infracções estradais é autorizada a instalação e a utilização pelas Forças de Segurança de sistemas de vigilância electrónica, mediante câmaras digitais, de vídeo ou fotográficas, para captação de dados em tempo real e respectiva gravação e tratamento, bem como sistemas de localização, instalados ou a instalar pela entidade competente para a gestão das estradas nacionais e pelas concessionárias rodoviárias, nas respectivas vias concessionadas.

2 - Os sistemas de registo, gravação e tratamento de dados referidos no número anterior são autorizados tendo em vista o reforço da eficácia da intervenção legal das Forças de Segurança e das autoridades judiciais e a racionalização de meios, sendo apenas

utilizáveis em conformidade com os princípios gerais de tratamento de dados pessoais previstos na Lei n.º 67/98, de 26 de Outubro, em especial os princípios da adequação e da proporcionalidade e de acordo com as regras previstas no artigo 8.º, nos n.ºs 1 e 2 do artigo 9.º e no artigo 11.º, por forma a assegurar:

- a) A detecção, em tempo real ou através de registo, de infracções rodoviárias e a aplicação das correspondentes normas sancionatórias;
- b) A realização de acções de controlo de tráfego e o accionamento de mecanismos de prevenção e de socorro em matéria de acidentes de trânsito;
- c) A localização de viaturas para efeitos de cumprimento de normas legais, designadamente de carácter penal, tais como as referentes a veículos furtados ou à detecção de matrículas falsificadas em circulação;
- d) A utilização dos registos vídeo para efeitos de prova em processo penal ou contra-ordenacional, respectivamente nas fases de levantamento de auto, inquérito, instrução e julgamento ou nas fases administrativa e de recurso judicial.

Artigo 14.º Utilização de sistemas municipais

Com vista à salvaguarda da segurança de pessoas e bens na circulação rodoviária e à melhoria das condições de prevenção e repressão de infracções de trânsito é igualmente autorizada, nos termos decorrentes do artigo anterior e do Decreto-Lei n.º 207/2005, de 29 de Novembro, a utilização pelas Forças de Segurança dos sistemas de vigilância electrónica criados, nos termos legais, pelos municípios.

ANEXO E

EXTRACTO DA LEI DA PROTECÇÃO DE DADOS PESSOAIS, LEI 67/98, 26 OUTUBRO

Artigo 3.º (Definições)

Para efeitos da presente lei, entende-se por:

- a) «Dados pessoais»: qualquer informação, de qualquer natureza e independentemente do respectivo suporte, incluindo som e imagem, relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável («titular dos dados»); é considerada identificável a pessoa que possa ser identificada directa ou indirectamente, designadamente por referência a um número de identificação ou a um ou mais elementos específicos da sua identidade física, fisiológica, psíquica, económica, cultural ou social;
- b) «Tratamento de dados pessoais» («tratamento»): qualquer operação ou conjunto de operações sobre dados pessoais, efectuadas com ou sem meios automatizados, tais como a recolha, o registo, a organização, a conservação, a adaptação ou alteração, a recuperação, a consulta, a utilização, a comunicação por transmissão, por difusão ou por qualquer outra forma de colocação à disposição, com comparação ou interconexão, bem como o bloqueio, apagamento ou destruição;
- c) «Ficheiro de dados pessoais» («ficheiro»): qualquer conjunto estruturado de dados pessoais, acessível segundo critérios determinados, quer seja centralizado, descentralizado ou repartido de modo funcional ou geográfico;
- d) «Responsável pelo tratamento»: a pessoa singular ou colectiva, a autoridade pública, o serviço ou qualquer outro organismo que, individualmente ou em conjunto com outrem, determine as finalidades e os meios de tratamento dos dados pessoais; sempre que as finalidades e os meios do tratamento sejam determinados por disposições legislativas ou regulamentares, o responsável pelo tratamento deve ser indicado na lei de organização e funcionamento ou no estatuto da entidade legal ou estatutariamente competente para tratar os dados pessoais em causa;
- e) «Subcontratante»: a pessoa singular ou colectiva, a autoridade pública, o serviço ou qualquer outro organismo que trate os dados pessoais por conta do responsável pelo tratamento;
- f) «Terceiro»: a pessoa singular ou colectiva, a autoridade pública, o serviço ou qualquer outro organismo que, não sendo o titular dos dados, o responsável pelo tratamento, o subcontratante ou outra pessoa sob autoridade directa do responsável pelo tratamento ou do subcontratante, esteja habilitado a tratar os dados;

- g) «Destinatário»: a pessoa singular ou colectiva, a autoridade pública, o serviço ou qualquer outro organismo a quem sejam comunicados dados pessoais, independentemente de se tratar ou não de um terceiro, sem prejuízo de não serem consideradas destinatários as autoridades a quem sejam comunicados dados no âmbito de uma disposição legal;
- h) «Consentimento do titular dos dados»: qualquer manifestação de vontade, livre, específica e informada, nos termos da qual o titular aceita que os seus dados pessoais sejam objecto de tratamento;
- i) «Interconexão de dados»: forma de tratamento que consiste na possibilidade de relacionamento dos dados de um ficheiro com os dados de um ficheiro ou ficheiros mantidos por outro ou outros responsáveis, ou mantidos pelo mesmo responsável com outra finalidade.

Artigo 5.º (Qualidade dos dados)

1 - Os dados pessoais devem ser:

- a) Tratados de forma lícita e com respeito pelo princípio da boa fé;
- b) Recolhidos para finalidades determinadas, explícitas e legítimas, não podendo ser posteriormente tratados de forma incompatível com essas finalidades;
- c) Adequados, pertinentes e não excessivos relativamente às finalidades para que são recolhidos e posteriormente tratados;
- d) Exactos e, se necessário, actualizados, devendo ser tomadas as medidas adequadas para assegurar que sejam apagados ou rectificados os dados inexactos ou incompletos, tendo em conta as finalidades para que foram recolhidos ou para que são tratados posteriormente;
- e) Conservados de forma a permitir a identificação dos seus titulares apenas durante o período necessário para a prossecução das finalidades da recolha ou do tratamento posterior.

2 - Mediante requerimento do responsável pelo tratamento, e caso haja interesse legítimo, a CNPD pode autorizar a conservação de dados para fins históricos, estatísticos ou científicos por período superior ao referido na alínea e) do número anterior.

3 - Cabe ao responsável pelo tratamento assegurar a observância do disposto nos números anteriores.

Artigo 8.º (Suspeitas de actividades ilícitas, infracções penais e contra-ordenações)

2. O tratamento de dados pessoais relativos a suspeitas de actividades ilícitas, infracções penais, contra-ordenações e decisões que apliquem penas, medidas de segurança, coimas e sanções acessórias pode ser autorizado pela CNPD, observadas as normas de protecção de dados e de segurança da informação, quando tal tratamento for necessário à execução

de finalidades legítimas do seu responsável, desde que não prevaleçam os direitos, liberdades e garantias do titular dos dados.

3. O tratamento de dados pessoais para fins de investigação policial deve limitar-se ao necessário para a prevenção de um perigo concreto ou repressão de uma infracção determinada, para o exercício de competências previstas no respectivo estatuto orgânico ou noutra disposição legal e ainda nos termos de acordo ou convenção internacional de que Portugal seja parte.

Artigo 11.º (Direito de acesso)

1. O titular dos dados tem o direito de obter do responsável pelo tratamento, livremente e sem restrições, com periodicidade razoável e sem demoras ou custos excessivos:

a) A confirmação de serem ou não tratados dados que lhe digam respeito, bem como informação sobre as finalidades desse tratamento, as categorias de dados sobre que incide e os destinatários ou categorias de destinatários a quem são comunicados os dados;

b) A comunicação, sob forma inteligível, dos seus dados sujeitos a tratamento e de quaisquer informações disponíveis sobre a origem desses dados;

c) O conhecimento da lógica subjacente ao tratamento automatizado dos dados que lhe digam respeito;

d) A rectificação, o apagamento ou o bloqueio dos dados cujo tratamento não cumpra o disposto na presente lei, nomeadamente devido ao carácter incompleto ou inexacto desses dados;

e) A notificação aos terceiros a quem os dados tenham sido comunicados de qualquer rectificação, apagamento ou bloqueio efectuado nos termos da alínea d), salvo se isso for comprovadamente impossível.

2. No caso de tratamento de dados pessoais relativos à segurança do Estado e à prevenção ou investigação criminal, o direito de acesso é exercido através da CNPD ou de outra autoridade independente a quem a lei atribua a verificação do cumprimento da legislação de protecção de dados pessoais.

ANEXO F

EXTRACTO DOS ARTIGOS UTILIZADOS DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA, 2 DE ABRIL 1976

4642

DIÁRIO DA REPÚBLICA — I SÉRIE-A

N.º 155 — 12 de Agosto de 2005

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Lei Constitucional n.º 1/2005

de 12 de Agosto

Sétima revisão constitucional

A Assembleia da República, no uso dos poderes de revisão constitucional previstos na alínea a) do artigo 161.º da Constituição, decreta a lei constitucional seguinte:

Artigo 1.º

A Constituição da República Portuguesa de 2 de Abril de 1976, na redacção que lhe foi dada pelas Leis Constitucionais n.ºs 1/82, de 30 de Setembro, 1/89, de 8 de Julho, 1/92, de 25 de Novembro, 1/97, de 20 de Setembro, 1/2001, de 12 de Dezembro, e 1/2004, de 24 de Julho, é alterada nos termos dos artigos seguintes.

Artigo 2.º

É aditado um novo artigo 295.º, com a seguinte redacção:

«Artigo 295.º

(Referendo sobre tratado europeu)

O disposto no n.º 3 do artigo 115.º não prejudica a possibilidade de convocação e de efectivação de referendo sobre a aprovação de tratado que vise a construção e aprofundamento da união europeia.»

Artigo 3.º

O artigo 295.º da Constituição passa a artigo 296.º

Aprovada em 22 de Junho de 2005.

O Presidente da Assembleia da República, *Jaime Gama*.

Promulgada em 2 de Agosto de 2005.

Publique-se.

O Presidente da República, *JORGE SAMPAIO*.

Referendada em 4 de Agosto de 2005.

Pelo Primeiro-Ministro, *António Luís Santos Costa*,
Ministro de Estado e da Administração Interna.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA

Preâmbulo

A 25 de Abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas, coroando a longa resistência do povo português e interpretando os seus sentimentos profundos, derrubou o regime fascista.

Libertar Portugal da ditadura, da opressão e do colonialismo representou uma transformação revolucionária e o início de uma viragem histórica da sociedade portuguesa.

A Revolução restituiu aos Portugueses os direitos e liberdades fundamentais. No exercício destes direitos e liberdades, os legítimos representantes do povo reúnem-se para

elaborar uma Constituição que corresponde às aspirações do país.

A Assembleia Constituinte afirma a decisão do povo português de defender a independência nacional, de garantir os direitos fundamentais dos cidadãos, de estabelecer os princípios basilares da democracia, de assegurar o primado do Estado de Direito democrático e de abrir caminho para uma sociedade socialista, no respeito da vontade do povo português, tendo em vista a construção de um país mais livre, mais justo e mais fraterno.

A Assembleia Constituinte, reunida na sessão plenária de 2 de Abril de 1976, aprova e decreta a seguinte Constituição da República Portuguesa:

Princípios fundamentais

Artigo 1.º

(República Portuguesa)

Portugal é uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular e empenhada na construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

Artigo 2.º

(Estado de direito democrático)

A República Portuguesa é um Estado de direito democrático, baseado na soberania popular, no pluralismo de expressão e organização política democráticas, no respeito e na garantia de efectivação dos direitos e liberdades fundamentais e na separação e interdependência de poderes, visando a realização da democracia económica, social e cultural e o aprofundamento da democracia participativa.

Artigo 3.º

(Soberania e legalidade)

1. A soberania, una e indivisível, reside no povo, que a exerce segundo as formas previstas na Constituição.

2. O Estado subordina-se à Constituição e funda-se na legalidade democrática.

3. A validade das leis e dos demais actos do Estado, das regiões autónomas, do poder local e de quaisquer outras entidades públicas depende da sua conformidade com a Constituição.

Artigo 4.º

(Cidadania portuguesa)

São cidadãos portugueses todos aqueles que como tal sejam considerados pela lei ou por convenção internacional.

Artigo 5.º

(Território)

1. Portugal abrange o território historicamente definido no continente europeu e os arquipélagos dos Açores e da Madeira.

2. A lei define a extensão e o limite das águas territoriais, a zona económica exclusiva e os direitos de Portugal aos fundos marinhos contíguos.

3. O Estado não aliena qualquer parte do território português ou dos direitos de soberania que sobre ele exerce, sem prejuízo da rectificação de fronteiras.

Artigo 6.º

(Estado unitário)

1. O Estado é unitário e respeita na sua organização e funcionamento o regime autónomo insular e os princípios da subsidiariedade, da autonomia das autarquias locais e da descentralização democrática da administração pública.

2. Os arquipélagos dos Açores e da Madeira constituem regiões autónomas dotadas de estatutos político-administrativos e de órgãos de governo próprio.

Artigo 7.º

(Relações internacionais)

1. Portugal rege-se nas relações internacionais pelos princípios da independência nacional, do respeito dos direitos do homem, dos direitos dos povos, da igualdade entre os Estados, da solução pacífica dos conflitos internacionais, da não ingerência nos assuntos internos dos outros Estados e da cooperação com todos os outros povos para a emancipação e o progresso da humanidade.

2. Portugal preconiza a abolição do imperialismo, do colonialismo e de quaisquer outras formas de agressão, domínio e exploração nas relações entre os povos, bem como o desarmamento geral, simultâneo e controlado, a dissolução dos blocos político-militares e o estabelecimento de um sistema de segurança colectiva, com vista à criação de uma ordem internacional capaz de assegurar a paz e a justiça nas relações entre os povos.

3. Portugal reconhece o direito dos povos à autodeterminação e independência e ao desenvolvimento, bem como o direito à insurreição contra todas as formas de opressão.

4. Portugal mantém laços privilegiados de amizade e cooperação com os países de língua portuguesa.

5. Portugal empenha-se no reforço da identidade europeia e no fortalecimento da acção dos Estados europeus a favor da democracia, da paz, do progresso económico e da justiça nas relações entre os povos.

6. Portugal pode, em condições de reciprocidade, com respeito pelos princípios fundamentais do Estado de direito democrático e pelo princípio da subsidiariedade e tendo em vista a realização da coesão económica, social e territorial, de um espaço de liberdade, segurança e justiça e a definição e execução de uma política externa, de segurança e de defesa comuns, convencionar o exercício, em comum, em cooperação ou pelas instituições da União, dos poderes necessários à construção e aprofundamento da união europeia.

7. Portugal pode, tendo em vista a realização de uma justiça internacional que promova o respeito pelos direitos da pessoa humana e dos povos, aceitar a jurisdição do Tribunal Penal Internacional, nas condições de complementaridade e demais termos estabelecidos no Estatuto de Roma.

Artigo 8.º

(Direito internacional)

1. As normas e os princípios de direito internacional geral ou comum fazem parte integrante do direito português.

2. As normas constantes de convenções internacionais regularmente ratificadas ou aprovadas vigoram na ordem interna após a sua publicação oficial e enquanto vincularem internacionalmente o Estado Português.

3. As normas emanadas dos órgãos competentes das organizações internacionais de que Portugal seja parte vigoram directamente na ordem interna, desde que tal se encontre estabelecido nos respectivos tratados constitutivos.

4. As disposições dos tratados que regem a União Europeia e as normas emanadas das suas instituições, no exercício das respectivas competências, são aplicáveis na ordem interna, nos termos definidos pelo direito da União, com respeito pelos princípios fundamentais do Estado de direito democrático.

Artigo 9.º

(Tarefas fundamentais do Estado)

São tarefas fundamentais do Estado:

- a) Garantir a independência nacional e criar as condições políticas, económicas, sociais e culturais que a promovam;
- b) Garantir os direitos e liberdades fundamentais e o respeito pelos princípios do Estado de direito democrático;
- c) Defender a democracia política, assegurar e incentivar a participação democrática dos cidadãos na resolução dos problemas nacionais;
- d) Promover o bem-estar e a qualidade de vida do povo e a igualdade real entre os portugueses, bem como a efectivação dos direitos económicos, sociais, culturais e ambientais, mediante a transformação e modernização das estruturas económicas e sociais;
- e) Proteger e valorizar o património cultural do povo português, defender a natureza e o ambiente, preservar os recursos naturais e assegurar um correcto ordenamento do território;
- f) Assegurar o ensino e a valorização permanente, defender o uso e promover a difusão internacional da língua portuguesa;
- g) Promover o desenvolvimento harmonioso de todo o território nacional, tendo em conta, designadamente, o carácter ultraperiférico dos arquipélagos dos Açores e da Madeira;
- h) Promover a igualdade entre homens e mulheres.

Artigo 10.º

(Sufrágio universal e partidos políticos)

1. O povo exerce o poder político através do sufrágio universal, igual, directo, secreto e periódico, do referendo e das demais formas previstas na Constituição.

2. Os partidos políticos concorrem para a organização e para a expressão da vontade popular, no respeito pelos princípios da independência nacional, da unidade do Estado e da democracia política.

Artigo 11.º

(Símbolos nacionais e língua oficial)

1. A Bandeira Nacional, símbolo da soberania da República, da independência, unidade e integridade de Portugal, é a adoptada pela República instaurada pela Revolução de 5 de Outubro de 1910.

2. O Hino Nacional é *A Portuguesa*.

3. A língua oficial é o Português.

PARTE I

Direitos e deveres fundamentais

TÍTULO I

Princípios gerais

Artigo 12.º

(Princípio da universalidade)

1. Todos os cidadãos gozam dos direitos e estão sujeitos aos deveres consignados na Constituição.
2. As pessoas colectivas gozam dos direitos e estão sujeitas aos deveres compatíveis com a sua natureza.

Artigo 13.º

(Princípio da igualdade)

1. Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei.
2. Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.

Artigo 14.º

(Portugueses no estrangeiro)

Os cidadãos portugueses que se encontrem ou residam no estrangeiro gozam da protecção do Estado para o exercício dos direitos e estão sujeitos aos deveres que não sejam incompatíveis com a ausência do país.

Artigo 15.º

(Estrangeiros, apátridas, cidadãos europeus)

1. Os estrangeiros e os apátridas que se encontrem ou residam em Portugal gozam dos direitos e estão sujeitos aos deveres do cidadão português.
2. Exceptuam-se do disposto no número anterior os direitos políticos, o exercício das funções públicas que não tenham carácter predominantemente técnico e os direitos e deveres reservados pela Constituição e pela lei exclusivamente aos cidadãos portugueses.
3. Aos cidadãos dos Estados de língua portuguesa com residência permanente em Portugal são reconhecidos, nos termos da lei e em condições de reciprocidade, direitos não conferidos a estrangeiros, salvo o acesso aos cargos de Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Primeiro-Ministro, Presidentes dos tribunais supremos e o serviço nas Forças Armadas e na carreira diplomática.
4. A lei pode atribuir a estrangeiros residentes no território nacional, em condições de reciprocidade, capacidade eleitoral activa e passiva para a eleição dos titulares de órgãos de autarquias locais.
5. A lei pode ainda atribuir, em condições de reciprocidade, aos cidadãos dos Estados-membros da União Europeia residentes em Portugal o direito de elegerem e serem eleitos Deputados ao Parlamento Europeu.

Artigo 16.º

(Âmbito e sentido dos direitos fundamentais)

1. Os direitos fundamentais consagrados na Constituição não excluem quaisquer outros constantes das leis e das regras aplicáveis de direito internacional.
2. Os preceitos constitucionais e legais relativos aos direitos fundamentais devem ser interpretados e integrados de harmonia com a Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Artigo 17.º

(Regime dos direitos, liberdades e garantias)

O regime dos direitos, liberdades e garantias aplica-se aos enunciados no título II e aos direitos fundamentais de natureza análoga.

Artigo 18.º

(Força jurídica)

1. Os preceitos constitucionais respeitantes aos direitos, liberdades e garantias são directamente aplicáveis e vinculam as entidades públicas e privadas.
2. A lei só pode restringir os direitos, liberdades e garantias nos casos expressamente previstos na Constituição, devendo as restrições limitar-se ao necessário para salvaguardar outros direitos ou interesses constitucionalmente protegidos.
3. As leis restritivas de direitos, liberdades e garantias têm de revestir carácter geral e abstracto e não podem ter efeito retroactivo nem diminuir a extensão e o alcance do conteúdo essencial dos preceitos constitucionais.

Artigo 19.º

(Suspensão do exercício de direitos)

1. Os órgãos de soberania não podem, conjunta ou separadamente, suspender o exercício dos direitos, liberdades e garantias, salvo em caso de estado de sítio ou de estado de emergência, declarados na forma prevista na Constituição.
2. O estado de sítio ou o estado de emergência só podem ser declarados, no todo ou em parte do território nacional, nos casos de agressão efectiva ou iminente por forças estrangeiras, de grave ameaça ou perturbação da ordem constitucional democrática ou de calamidade pública.
3. O estado de emergência é declarado quando os pressupostos referidos no número anterior se revistam de menor gravidade e apenas pode determinar a suspensão de alguns dos direitos, liberdades e garantias susceptíveis de serem suspensos.
4. A opção pelo estado de sítio ou pelo estado de emergência, bem como as respectivas declaração e execução, devem respeitar o princípio da proporcionalidade e limitar-se, nomeadamente quanto às suas extensão e duração e aos meios utilizados, ao estritamente necessário ao pronto restabelecimento da normalidade constitucional.
5. A declaração do estado de sítio ou do estado de emergência é adequadamente fundamentada e contém a especificação dos direitos, liberdades e garantias cujo exercício fica suspenso, não podendo o estado declarado ter duração superior a quinze dias, ou à duração fixada por lei quando em consequência de declaração de

guerra, sem prejuízo de eventuais renovações, com salvaguarda dos mesmos limites.

6. A declaração do estado de sítio ou do estado de emergência em nenhum caso pode afectar os direitos à vida, à integridade pessoal, à identidade pessoal, à capacidade civil e à cidadania, a não retroactividade da lei criminal, o direito de defesa dos arguidos e a liberdade de consciência e de religião.

7. A declaração do estado de sítio ou do estado de emergência só pode alterar a normalidade constitucional nos termos previstos na Constituição e na lei, não podendo nomeadamente afectar a aplicação das regras constitucionais relativas à competência e ao funcionamento dos órgãos de soberania e de governo próprio das regiões autónomas ou os direitos e imunidades dos respectivos titulares.

8. A declaração do estado de sítio ou do estado de emergência confere às autoridades competência para tomarem as providências necessárias e adequadas ao pronto restabelecimento da normalidade constitucional.

Artigo 20.º

(Acesso ao direito e tutela jurisdiccional efectiva)

1. A todos é assegurado o acesso ao direito e aos tribunais para defesa dos seus direitos e interesses legalmente protegidos, não podendo a justiça ser denegada por insuficiência de meios económicos.

2. Todos têm direito, nos termos da lei, à informação e consulta jurídicas, ao patrocínio judiciário e a fazer-se acompanhar por advogado perante qualquer autoridade.

3. A lei define e assegura a adequada protecção do segredo de justiça.

4. Todos têm direito a que uma causa em que intervenham seja objecto de decisão em prazo razoável e mediante processo equitativo.

5. Para defesa dos direitos, liberdades e garantias pessoais, a lei assegura aos cidadãos procedimentos judiciais caracterizados pela celeridade e prioridade, de modo a obter tutela efectiva e em tempo útil contra ameaças ou violações desses direitos.

Artigo 21.º

(Direito de resistência)

Todos têm o direito de resistir a qualquer ordem que ofenda os seus direitos, liberdades e garantias e de repelir pela força qualquer agressão, quando não seja possível recorrer à autoridade pública.

Artigo 22.º

(Responsabilidade das entidades públicas)

O Estado e as demais entidades públicas são civilmente responsáveis, em forma solidária com os titulares dos seus órgãos, funcionários ou agentes, por acções ou omissões praticadas no exercício das suas funções e por causa desse exercício, de que resulte violação dos direitos, liberdades e garantias ou prejuízo para outrem.

Artigo 23.º

(Provedor de Justiça)

1. Os cidadãos podem apresentar queixas por acções ou omissões dos poderes públicos ao Provedor de Justiça, que as apreciará sem poder decisório, dirigindo

aos órgãos competentes as recomendações necessárias para prevenir e reparar injustiças.

2. A actividade do Provedor de Justiça é independente dos meios gratuitos e contenciosos previstos na Constituição e nas leis.

3. O Provedor de Justiça é um órgão independente, sendo o seu titular designado pela Assembleia da República pelo tempo que a lei determinar.

4. Os órgãos e agentes da Administração Pública cooperam com o Provedor de Justiça na realização da sua missão.

TÍTULO II

Direitos, liberdades e garantias

CAPÍTULO I

Direitos, liberdades e garantias pessoais

Artigo 24.º

(Direito à vida)

1. A vida humana é inviolável.
2. Em caso algum haverá pena de morte.

Artigo 25.º

(Direito à integridade pessoal)

1. A integridade moral e física das pessoas é inviolável.
2. Ninguém pode ser submetido a tortura, nem a tratamentos ou penas cruéis, degradantes ou desumanos.

Artigo 26.º

(Outros direitos pessoais)

1. A todos são reconhecidos os direitos à identidade pessoal, ao desenvolvimento da personalidade, à capacidade civil, à cidadania, ao bom nome e reputação, à imagem, à palavra, à reserva da intimidade da vida privada e familiar e à protecção legal contra quaisquer formas de discriminação.

2. A lei estabelecerá garantias efectivas contra a obtenção e utilização abusivas, ou contrárias à dignidade humana, de informações relativas às pessoas e famílias.

3. A lei garantirá a dignidade pessoal e a identidade genética do ser humano, nomeadamente na criação, desenvolvimento e utilização das tecnologias e na experimentação científica.

4. A privação da cidadania e as restrições à capacidade civil só podem efectuar-se nos casos e termos previstos na lei, não podendo ter como fundamento motivos políticos.

Artigo 27.º

(Direito à liberdade e à segurança)

1. Todos têm direito à liberdade e à segurança.

2. Ninguém pode ser total ou parcialmente privado da liberdade, a não ser em consequência de sentença judicial condenatória pela prática de acto punido por lei com pena de prisão ou de aplicação judicial de medida de segurança.

3. Exceptua-se deste princípio a privação da liberdade, pelo tempo e nas condições que a lei determinar, nos casos seguintes:

- a) Detenção em flagrante delito;
- b) Detenção ou prisão preventiva por fortes indícios de prática de crime doloso a que corres-

ponda pena de prisão cujo limite máximo seja superior a três anos;

- c) Prisão, detenção ou outra medida coactiva sujeita a controlo judicial, de pessoa que tenha penetrado ou permaneça irregularmente no território nacional ou contra a qual esteja em curso processo de extradição ou de expulsão;
- d) Prisão disciplinar imposta a militares, com garantia de recurso para o tribunal competente;
- e) Sujeição de um menor a medidas de protecção, assistência ou educação em estabelecimento adequado, decretadas pelo tribunal judicial competente;
- f) Detenção por decisão judicial em virtude de desobediência a decisão tomada por um tribunal ou para assegurar a comparência perante autoridade judiciária competente;
- g) Detenção de suspeitos, para efeitos de identificação, nos casos e pelo tempo estritamente necessários;
- h) Internamento de portador de anomalia psíquica em estabelecimento terapêutico adequado, decretado ou confirmado por autoridade judicial competente.

4. Toda a pessoa privada da liberdade deve ser informada imediatamente e de forma compreensível das razões da sua prisão ou detenção e dos seus direitos.

5. A privação da liberdade contra o disposto na Constituição e na lei constitui o Estado no dever de indemnizar o lesado nos termos que a lei estabelecer.

Artigo 28.º

(Prisão preventiva)

1. A detenção será submetida, no prazo máximo de quarenta e oito horas, a apreciação judicial, para restituição à liberdade ou imposição de medida de coacção adequada, devendo o juiz conhecer das causas que a determinaram e comunicá-las ao detido, interrogá-lo e dar-lhe oportunidade de defesa.

2. A prisão preventiva tem natureza excepcional, não sendo decretada nem mantida sempre que possa ser aplicada caução ou outra medida mais favorável prevista na lei.

3. A decisão judicial que ordene ou mantenha uma medida de privação da liberdade deve ser logo comunicada a parente ou pessoa da confiança do detido, por este indicados.

4. A prisão preventiva está sujeita aos prazos estabelecidos na lei.

Artigo 29.º

(Aplicação da lei criminal)

1. Ninguém pode ser sentenciado criminalmente senão em virtude de lei anterior que declare punível a acção ou a omissão, nem sofrer medida de segurança cujos pressupostos não estejam fixados em lei anterior.

2. O disposto no número anterior não impede a punição, nos limites da lei interna, por acção ou omissão que no momento da sua prática seja considerada criminosa segundo os princípios gerais de direito internacional comumente reconhecidos.

3. Não podem ser aplicadas penas ou medidas de segurança que não estejam expressamente cominadas em lei anterior.

4. Ninguém pode sofrer pena ou medida de segurança mais graves do que as previstas no momento da correspondente conduta ou da verificação dos respectivos pressupostos, aplicando-se retroactivamente as leis penais de conteúdo mais favorável ao arguido.

5. Ninguém pode ser julgado mais do que uma vez pela prática do mesmo crime.

6. Os cidadãos injustamente condenados têm direito, nas condições que a lei prescrever, à revisão da sentença e à indemnização pelos danos sofridos.

Artigo 30.º

(Limites das penas e das medidas de segurança)

1. Não pode haver penas nem medidas de segurança privativas ou restritivas da liberdade com carácter perpétuo ou de duração ilimitada ou indefinida.

2. Em caso de perigosidade baseada em grave anomalia psíquica, e na impossibilidade de terapêutica em meio aberto, poderão as medidas de segurança privativas ou restritivas da liberdade ser prorrogadas sucessivamente enquanto tal estado se mantiver, mas sempre mediante decisão judicial.

3. A responsabilidade penal é insusceptível de transmissão.

4. Nenhuma pena envolve como efeito necessário a perda de quaisquer direitos civis, profissionais ou políticos.

5. Os condenados a quem sejam aplicadas pena ou medida de segurança privativas da liberdade mantêm a titularidade dos direitos fundamentais, salvas as limitações inerentes ao sentido da condenação e às exigências próprias da respectiva execução.

Artigo 31.º

(Habeas corpus)

1. Haverá *habeas corpus* contra o abuso de poder, por virtude de prisão ou detenção ilegal, a requerer perante o tribunal competente.

2. A providência de *habeas corpus* pode ser requerida pelo próprio ou por qualquer cidadão no gozo dos seus direitos políticos.

3. O juiz decidirá no prazo de oito dias o pedido de *habeas corpus* em audiência contraditória.

Artigo 32.º

(Garantias de processo criminal)

1. O processo criminal assegura todas as garantias de defesa, incluindo o recurso.

2. Todo o arguido se presume inocente até ao trânsito em julgado da sentença de condenação, devendo ser julgado no mais curto prazo compatível com as garantias de defesa.

3. O arguido tem direito a escolher defensor e a ser por ele assistido em todos os actos do processo, especificando a lei os casos e as fases em que a assistência por advogado é obrigatória.

4. Toda a instrução é da competência de um juiz, o qual pode, nos termos da lei, delegar noutras entidades a prática dos actos instrutórios que se não prendam directamente com os direitos fundamentais.

5. O processo criminal tem estrutura acusatória, estando a audiência de julgamento e os actos instrutórios que a lei determinar subordinados ao princípio do contraditório.

6. A lei define os casos em que, assegurados os direitos de defesa, pode ser dispensada a presença do arguido ou acusado em actos processuais, incluindo a audiência de julgamento.

7. O ofendido tem o direito de intervir no processo, nos termos da lei.

8. São nulas todas as provas obtidas mediante tortura, coacção, ofensa da integridade física ou moral da pessoa, abusiva intromissão na vida privada, no domicílio, na correspondência ou nas telecomunicações.

9. Nenhuma causa pode ser subtraída ao tribunal cuja competência esteja fixada em lei anterior.

10. Nos processos de contra-ordenação, bem como em quaisquer processos sancionatórios, são assegurados ao arguido os direitos de audiência e defesa.

Artigo 33.º

(Expulsão, extradição e direito de asilo)

1. Não é admitida a expulsão de cidadãos portugueses do território nacional.

2. A expulsão de quem tenha entrado ou permaneça regularmente no território nacional, de quem tenha obtido autorização de residência, ou de quem tenha apresentado pedido de asilo não recusado só pode ser determinada por autoridade judicial, assegurando a lei formas expeditas de decisão.

3. A extradição de cidadãos portugueses do território nacional só é admitida, em condições de reciprocidade estabelecidas em convenção internacional, nos casos de terrorismo e de criminalidade internacional organizada, e desde que a ordem jurídica do Estado requisitante consagre garantias de um processo justo e equitativo.

4. Só é admitida a extradição por crimes a que corresponda, segundo o direito do Estado requisitante, pena ou medida de segurança privativa ou restritiva da liberdade com carácter perpétuo ou de duração indefinida, se, nesse domínio, o Estado requisitante for parte de convenção internacional a que Portugal esteja vinculado e oferecer garantias de que tal pena ou medida de segurança não será aplicada ou executada.

5. O disposto nos números anteriores não prejudica a aplicação das normas de cooperação judiciária penal estabelecidas no âmbito da União Europeia.

6. Não é admitida a extradição, nem a entrega a qualquer título, por motivos políticos ou por crimes a que corresponda, segundo o direito do Estado requisitante, pena de morte ou outra de que resulte lesão irreversível da integridade física.

7. A extradição só pode ser determinada por autoridade judicial.

8. É garantido o direito de asilo aos estrangeiros e aos apátridas perseguidos ou gravemente ameaçados de perseguição, em consequência da sua actividade em favor da democracia, da libertação social e nacional, da paz entre os povos, da liberdade e dos direitos da pessoa humana.

9. A lei define o estatuto do refugiado político.

Artigo 34.º

(Inviolabilidade do domicílio e da correspondência)

1. O domicílio e o sigilo da correspondência e dos outros meios de comunicação privada são invioláveis.

2. A entrada no domicílio dos cidadãos contra a sua vontade só pode ser ordenada pela autoridade judicial

competente, nos casos e segundo as formas previstos na lei.

3. Ninguém pode entrar durante a noite no domicílio de qualquer pessoa sem o seu consentimento, salvo em situação de flagrante delito ou mediante autorização judicial em casos de criminalidade especialmente violenta ou altamente organizada, incluindo o terrorismo e o tráfico de pessoas, de armas e de estupefacientes, nos termos previstos na lei.

4. É proibida toda a ingerência das autoridades públicas na correspondência, nas telecomunicações e nos demais meios de comunicação, salvos os casos previstos na lei em matéria de processo criminal.

Artigo 35.º

(Utilização da informática)

1. Todos os cidadãos têm o direito de acesso aos dados informatizados que lhes digam respeito, podendo exigir a sua rectificação e actualização, e o direito de conhecer a finalidade a que se destinam, nos termos da lei.

2. A lei define o conceito de dados pessoais, bem como as condições aplicáveis ao seu tratamento automatizado, conexão, transmissão e utilização, e garante a sua protecção, designadamente através de entidade administrativa independente.

3. A informática não pode ser utilizada para tratamento de dados referentes a convicções filosóficas ou políticas, filiação partidária ou sindical, fé religiosa, vida privada e origem étnica, salvo mediante consentimento expresso do titular, autorização prevista por lei com garantias de não discriminação ou para processamento de dados estatísticos não individualmente identificáveis.

4. É proibido o acesso a dados pessoais de terceiros, salvo em casos excepcionais previstos na lei.

5. É proibida a atribuição de um número nacional único aos cidadãos.

6. A todos é garantido livre acesso às redes informáticas de uso público, definindo a lei o regime aplicável aos fluxos de dados transfronteiras e as formas adequadas de protecção de dados pessoais e de outros cuja salvaguarda se justifique por razões de interesse nacional.

7. Os dados pessoais constantes de ficheiros manuais gozam de protecção idêntica à prevista nos números anteriores, nos termos da lei.

Artigo 36.º

(Família, casamento e filiação)

1. Todos têm o direito de constituir família e de contrair casamento em condições de plena igualdade.

2. A lei regula os requisitos e os efeitos do casamento e da sua dissolução, por morte ou divórcio, independentemente da forma de celebração.

3. Os cônjuges têm iguais direitos e deveres quanto à capacidade civil e política e à manutenção e educação dos filhos.

4. Os filhos nascidos fora do casamento não podem, por esse motivo, ser objecto de qualquer discriminação e a lei ou as repartições oficiais não podem usar designações discriminatórias relativas à filiação.

5. Os pais têm o direito e o dever de educação e manutenção dos filhos.

6. Os filhos não podem ser separados dos pais, salvo quando estes não cumpram os seus deveres fundamentais para com eles e sempre mediante decisão judicial.

7. A adopção é regulada e protegida nos termos da lei, a qual deve estabelecer formas céleres para a respectiva tramitação.

Artigo 37.º

(Liberdade de expressão e informação)

1. Todos têm o direito de exprimir e divulgar livremente o seu pensamento pela palavra, pela imagem ou por qualquer outro meio, bem como o direito de informar, de se informar e de ser informados, sem impedimentos nem discriminações.

2. O exercício destes direitos não pode ser impedido ou limitado por qualquer tipo ou forma de censura.

3. As infracções cometidas no exercício destes direitos ficam submetidas aos princípios gerais de direito criminal ou do ilícito de mera ordenação social, sendo a sua apreciação respectivamente da competência dos tribunais judiciais ou de entidade administrativa independente, nos termos da lei.

4. A todas as pessoas, singulares ou colectivas, é assegurado, em condições de igualdade e eficácia, o direito de resposta e de rectificação, bem como o direito a indemnização pelos danos sofridos.

Artigo 38.º

(Liberdade de imprensa e meios de comunicação social)

1. É garantida a liberdade de imprensa.

2. A liberdade de imprensa implica:

- a) A liberdade de expressão e criação dos jornalistas e colaboradores, bem como a intervenção dos primeiros na orientação editorial dos respectivos órgãos de comunicação social, salvo quando tiverem natureza doutrinária ou confessional;
- b) O direito dos jornalistas, nos termos da lei, ao acesso às fontes de informação e à protecção da independência e do sigilo profissionais, bem como o direito de elegerem conselhos de redacção;
- c) O direito de fundação de jornais e de quaisquer outras publicações, independentemente de autorização administrativa, caução ou habilitação prévias.

3. A lei assegura, com carácter genérico, a divulgação da titularidade e dos meios de financiamento dos órgãos de comunicação social.

4. O Estado assegura a liberdade e a independência dos órgãos de comunicação social perante o poder político e o poder económico, impondo o princípio da especialidade das empresas titulares de órgãos de informação geral, tratando-as e apoiando-as de forma não discriminatória e impedindo a sua concentração, designadamente através de participações múltiplas ou cruzadas.

5. O Estado assegura a existência e o funcionamento de um serviço público de rádio e de televisão.

6. A estrutura e o funcionamento dos meios de comunicação social do sector público devem salvaguardar a sua independência perante o Governo, a Administração e os demais poderes públicos, bem como assegurar a

possibilidade de expressão e confronto das diversas correntes de opinião.

7. As estações emissoras de radiodifusão e de radiotelevisão só podem funcionar mediante licença, a conferir por concurso público, nos termos da lei.

Artigo 39.º

(Regulação da comunicação social)

1. Cabe a uma entidade administrativa independente assegurar nos meios de comunicação social:

- a) O direito à informação e a liberdade de imprensa;
- b) A não concentração da titularidade dos meios de comunicação social;
- c) A independência perante o poder político e o poder económico;
- d) O respeito pelos direitos, liberdades e garantias pessoais;
- e) O respeito pelas normas reguladoras das actividades de comunicação social;
- f) A possibilidade de expressão e confronto das diversas correntes de opinião;
- g) O exercício dos direitos de antena, de resposta e de réplica política.

2. A lei define a composição, as competências, a organização e o funcionamento da entidade referida no número anterior, bem como o estatuto dos respectivos membros, designados pela Assembleia da República e por cooptação destes.

Artigo 40.º

(Direitos de antena, de resposta e de réplica política)

1. Os partidos políticos e as organizações sindicais, profissionais e representativas das actividades económicas, bem como outras organizações sociais de âmbito nacional, têm direito, de acordo com a sua relevância e representatividade e segundo critérios objectivos a definir por lei, a tempos de antena no serviço público de rádio e de televisão.

2. Os partidos políticos representados na Assembleia da República, e que não façam parte do Governo, têm direito, nos termos da lei, a tempos de antena no serviço público de rádio e televisão, a ratear de acordo com a sua representatividade, bem como o direito de resposta ou de réplica política às declarações políticas do Governo, de duração e relevo iguais aos dos tempos de antena e das declarações do Governo, de iguais direitos gozando, no âmbito da respectiva região, os partidos representados nas Assembleias Legislativas das regiões autónomas.

3. Nos períodos eleitorais os concorrentes têm direito a tempos de antena, regulares e equitativos, nas estações emissoras de rádio e de televisão de âmbito nacional e regional, nos termos da lei.

Artigo 41.º

(Liberdade de consciência, de religião e de culto)

1. A liberdade de consciência, de religião e de culto é inviolável.

2. Ninguém pode ser perseguido, privado de direitos ou isento de obrigações ou deveres cívicos por causa das suas convicções ou prática religiosa.

3. Em processo disciplinar são garantidas ao arguido a sua audiência e defesa.

4. Não é permitida a acumulação de empregos ou cargos públicos, salvo nos casos expressamente admitidos por lei.

5. A lei determina as incompatibilidades entre o exercício de empregos ou cargos públicos e o de outras actividades.

Artigo 270.º

(Restrições ao exercício de direitos)

A lei pode estabelecer, na estrita medida das exigências próprias das respectivas funções, restrições ao exercício dos direitos de expressão, reunião, manifestação, associação e petição colectiva e à capacidade eleitoral passiva por militares e agentes militarizados dos quadros permanentes em serviço efectivo, bem como por agentes dos serviços e das forças de segurança e, no caso destas, a não admissão do direito à greve, mesmo quando reconhecido o direito de associação sindical.

Artigo 271.º

(Responsabilidade dos funcionários e agentes)

1. Os funcionários e agentes do Estado e das demais entidades públicas são responsáveis civil, criminal e disciplinarmente pelas acções ou omissões praticadas no exercício das suas funções e por causa desse exercício de que resulte violação dos direitos ou interesses legalmente protegidos dos cidadãos, não dependendo a acção ou procedimento, em qualquer fase, de autorização hierárquica.

2. É excluída a responsabilidade do funcionário ou agente que actue no cumprimento de ordens ou instruções emanadas de legítimo superior hierárquico e em matéria de serviço, se previamente delas tiver reclamado ou tiver exigido a sua transmissão ou confirmação por escrito.

3. Cessa o dever de obediência sempre que o cumprimento das ordens ou instruções implique a prática de qualquer crime.

4. A lei regula os termos em que o Estado e as demais entidades públicas têm direito de regresso contra os titulares dos seus órgãos, funcionários e agentes.

Artigo 272.º

(Polícia)

1. A polícia tem por funções defender a legalidade democrática e garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos.

2. As medidas de polícia são as previstas na lei, não devendo ser utilizadas para além do estritamente necessário.

3. A prevenção dos crimes, incluindo a dos crimes contra a segurança do Estado, só pode fazer-se com observância das regras gerais sobre polícia e com respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

4. A lei fixa o regime das forças de segurança, sendo a organização de cada uma delas única para todo o território nacional.

TÍTULO X

Defesa nacional

Artigo 273.º

(Defesa nacional)

1. É obrigação do Estado assegurar a defesa nacional.

2. A defesa nacional tem por objectivos garantir, no respeito da ordem constitucional, das instituições democráticas e das convenções internacionais, a independência nacional, a integridade do território e a liberdade e a segurança das populações contra qualquer agressão ou ameaça externas.

Artigo 274.º

(Conselho Superior de Defesa Nacional)

1. O Conselho Superior de Defesa Nacional é presidido pelo Presidente da República e tem a composição que a lei determinar, a qual incluirá membros eleitos pela Assembleia da República.

2. O Conselho Superior de Defesa Nacional é o órgão específico de consulta para os assuntos relativos à defesa nacional e à organização, funcionamento e disciplina das Forças Armadas, podendo dispor da competência administrativa que lhe for atribuída por lei.

Artigo 275.º

(Forças Armadas)

1. Às Forças Armadas incumbe a defesa militar da República.

2. As Forças Armadas compõem-se exclusivamente de cidadãos portugueses e a sua organização é única para todo o território nacional.

3. As Forças Armadas obedecem aos órgãos de soberania competentes, nos termos da Constituição e da lei.

4. As Forças Armadas estão ao serviço do povo português, são rigorosamente apolíticas e os seus elementos não podem aproveitar-se da sua arma, do seu posto ou da sua função para qualquer intervenção política.

5. Incumbe às Forças Armadas, nos termos da lei, satisfazer os compromissos internacionais do Estado Português no âmbito militar e participar em missões humanitárias e de paz assumidas pelas organizações internacionais de que Portugal faça parte.

6. As Forças Armadas podem ser incumbidas, nos termos da lei, de colaborar em missões de protecção civil, em tarefas relacionadas com a satisfação de necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações, e em acções de cooperação técnico-militar no âmbito da política nacional de cooperação.

7. As leis que regulam o estado de sítio e o estado de emergência fixam as condições do emprego das Forças Armadas quando se verifiquem essas situações.

Artigo 276.º

(Defesa da Pátria, serviço militar e serviço cívico)

1. A defesa da Pátria é direito e dever fundamental de todos os portugueses.

2. O serviço militar é regulado por lei, que fixa as formas, a natureza voluntária ou obrigatória, a duração e o conteúdo da respectiva prestação.

3. Os cidadãos sujeitos por lei à prestação do serviço militar e que forem considerados inaptos para o serviço

ANEXO G

EXTRACTO DOS ARTIGOS UTILIZADOS DO CÓDIGO PROCESSO PENAL

Capítulo VII – Da prova documental

Artigo 164.º

(Admissibilidade)

1. É admissível prova por documento, entendendo-se por tal a declaração, sinal ou notação corporizada em escrito ou qualquer meio técnico, nos termos da lei penal.
2. A junção da prova documental é feita oficiosamente ou a requerimento, não podendo juntar-se documento que contiver declaração anónima salvo se for, ele mesmo, objecto ou elemento de crime.

Artigo 165.º

(Quando podem juntar-se documentos)

1. O documento deve ser junto no decurso do inquérito ou da instrução e não sendo isso possível, deve sê-lo até ao encerramento da audiência.
2. Fica assegurada, em qualquer caso, a possibilidade de contraditório, para a realização do qual o tribunal pode conceder um prazo não superior a oito dias.
3. O disposto nos números anteriores é correspondentemente aplicável a pareceres de advogados, de juríconsulto ou de técnicos, os que podem sempre ser juntos até ao encerramento da audiência.

Artigo 124º
Objecto da prova

- 1 – Constituem objecto da prova todos os factos juridicamente relevantes para a existência ou inexistência do crime, a punibilidade ou não punibilidade do arguido e a determinação da pena ou da medida de segurança aplicáveis.
- 2 – Se tiver lugar pedido civil, constituem igualmente objecto da prova os factos relevantes para a determinação da responsabilidade civil.

ANEXO H

EXTRACTO DOS ARTIGOS UTILIZADOS DO CÓDIGO PENAL

Artigo 192.º

Devassa da vida privada

1 — Quem, sem consentimento e com intenção de devassar a vida privada das pessoas, designadamente a intimidade da vida familiar ou sexual:

a) Interceptar, gravar, registar, utilizar, transmitir ou divulgar conversa, comunicação telefónica, mensagens de correio electrónico ou facturação detalhada; ⁽¹⁰⁷⁾

b) Captar, fotografar, filmar, registar ou divulgar imagem das pessoas ou de objectos ou espaços íntimos;

c) Observar ou escutar às ocultas pessoas que se encontrem em lugar privado; ou

d) Divulgar factos relativos à vida privada ou a doença grave de outra pessoa;

é punido com pena de prisão até 1 ano ou com pena de multa até 240 dias.

2 — O facto previsto na alínea d) do número anterior não é punível quando for praticado como meio adequado para realizar um interesse público legítimo e relevante.

Artigo 193.º

Devassa por meio de informática

1 — Quem criar, manter ou utilizar ficheiro automatizado de dados individualmente identificáveis e referentes a convicções políticas, religiosas ou filosóficas, à filiação partidária ou sindical, à vida privada, ou a origem étnica, é punido com pena de prisão até 2 anos ou com pena de multa até 240 dias.

2 — A tentativa é punível.

ANEXO I

EXTRACTO DOS ARTIGOS UTILIZADOS DO CÓDIGO CIVIL

Artigo 79º (Direito à imagem)

1. O retrato de uma pessoa não pode ser exposto, reproduzido ou lançado no comércio sem o consentimento dela; depois da morte da pessoa retratada, a autorização compete às pessoas designadas no nº 2 do artigo 71º, segundo a ordem nele indicada.
2. Não é necessário o consentimento da pessoa retratada quando assim o justifiquem a sua notoriedade, o cargo que desempenhe, exigências de polícia ou de justiça, finalidades científicas, didácticas ou culturais, ou quando a reprodução da imagem vier enquadrada na de lugares públicos, ou na de factos de interesse público ou que hajam decorrido publicamente.
3. O retrato não pode, porém, ser reproduzido, exposto ou lançado no comércio, se do facto resultar prejuízo para a honra, reputação ou simples decoro da pessoa retratada.

Artigo 80º (Direito à reserva sobre a intimidade da vida privada)

1. Todos devem guardar reserva quanto à intimidade da vida privada de outrem.
2. A extensão da reserva é definida conforme a natureza do caso e a condição das pessoas.

ANEXO J

EXTRACTOS DOS ARTIGOS UTILIZADOS DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

Artigo 1.º

Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.

Artigo 3.º

Todo o indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

Artigo 12.º

Ninguém sofrerá intromissões arbitrárias na sua vida privada, na sua família, no seu domicílio ou na sua correspondência, nem ataques á sua honra e reputação. Contra tais intromissões ou ataques toda a pessoa tem direito à protecção da lei.

Artigo 29.º

- I) Todo o homem tem deveres para com a comunidade, na qual o livre e pleno desenvolvimento da sua personalidade é possível
- II) No exercício de seus direitos e liberdades, todo o homem estará sujeito apenas às limitações determinadas pela lei, exclusivamente com o fim de assegurar o devido reconhecimento e respeito dos direitos e liberdades de outrem e de satisfazer as justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar de uma sociedade democrática.
- III) Esses direitos e liberdades não podem, em hipótese alguma, ser exercidos contrariamente aos objectivos e princípios das Nações Unidas.

ANEXO K

LEI DE SEGURANÇA INTERNA

Diário da República, 1.ª série—N.º 167—29 de Agosto de 2008

6135

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Lei n.º 53/2008

de 29 de Agosto

Aprova a Lei de Segurança Interna

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, o seguinte:

CAPÍTULO I

Princípios gerais

Artigo 1.º

Definição e fins da segurança interna

1 — A segurança interna é a actividade desenvolvida pelo Estado para garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger pessoas e bens, prevenir e reprimir a criminalidade e contribuir para assegurar o normal funcionamento das instituições democráticas, o regular exercício dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos e o respeito pela legalidade democrática.

2 — A actividade de segurança interna exerce-se nos termos da Constituição e da lei, designadamente da lei penal e processual penal, da lei quadro da política criminal, das leis sobre política criminal e das leis orgânicas das forças e dos serviços de segurança.

3 — As medidas previstas na presente lei destinam-se, em especial, a proteger a vida e a integridade das pessoas, a paz pública e a ordem democrática, designadamente contra o terrorismo, a criminalidade violenta ou altamente organizada, a sabotagem e a espionagem, a prevenir e reagir a acidentes graves ou catástrofes, a defender o ambiente e a preservar a saúde pública.

Artigo 2.º

Princípios fundamentais

1 — A actividade de segurança interna pauta-se pela observância dos princípios do Estado de direito democrático, dos direitos, liberdades e garantias e das regras gerais de polícia.

2 — As medidas de polícia são as previstas na lei, não devendo ser utilizadas para além do estritamente necessário e obedecendo a exigências de adequação e proporcionalidade.

3 — A lei fixa o regime das forças e dos serviços de segurança, sendo a organização de cada um deles única para todo o território nacional.

Artigo 3.º

Política de segurança interna

A política de segurança interna consiste no conjunto de princípios, objectivos, prioridades, orientações e medidas tendentes à prossecução dos fins definidos no artigo 1.º

Artigo 4.º

Âmbito territorial

1 — A segurança interna desenvolve-se em todo o espaço sujeito aos poderes de jurisdição do Estado Português.

2 — No quadro dos compromissos internacionais e das normas aplicáveis do direito internacional, as forças e os serviços de segurança podem actuar fora do espaço referido no número anterior, em cooperação com organismos e serviços de Estados estrangeiros ou com organizações internacionais de que Portugal faça parte, tendo em vista, em especial, o aprofundamento do espaço de liberdade, segurança e justiça da União Europeia.

Artigo 5.º

Deveres gerais e especiais de colaboração

1 — Os cidadãos têm o dever de colaborar na prossecução dos fins de segurança interna, cumprindo as disposições preventivas estabelecidas na lei, acatando ordens e mandados legítimos das autoridades e não obstruindo o normal exercício das competências dos funcionários e agentes das forças e dos serviços de segurança.

2 — Os funcionários, na acepção do Código Penal, e os militares têm o dever especial de colaboração com as forças e os serviços de segurança, nos termos da lei.

3 — Sem prejuízo do dever de denúncia previsto no Código de Processo Penal, os funcionários, na acepção do Código Penal, e os militares têm o dever de comunicar prontamente às forças e aos serviços de segurança competentes os factos de que tenham conhecimento, no exercício das suas funções e por causa delas, relativos à preparação ou execução de factos que possam ser classificados como crimes de terrorismo, criminalidade violenta, especialmente violenta ou altamente organizada, nos termos do Código de Processo Penal, sabotagem ou espionagem.

Artigo 6.º

Coordenação e cooperação das forças de segurança

1 — As forças e os serviços de segurança exercem a sua actividade de acordo com os princípios, objectivos, prioridades, orientações e medidas da política de segurança interna e no âmbito do respectivo enquadramento orgânico.

2 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, as forças e os serviços de segurança cooperam entre si, designadamente através da comunicação de informações que, não interessando apenas à prossecução dos objectivos específicos de cada um deles, sejam necessárias à realização das finalidades de outros, salvaguardando os regimes legais do segredo de justiça e do segredo de Estado.

CAPÍTULO II

Política de segurança interna

Artigo 7.º

Assembleia da República

1 — A Assembleia da República contribui, pelo exercício da sua competência política, legislativa e financeira, para enquadrar a política de segurança interna e para fiscalizar a sua execução.

2 — Os partidos da oposição representados na Assembleia da República têm o direito de ser previamente consultados pelo Governo em relação à orientação geral da política de segurança interna.

3 — A Assembleia da República aprecia anualmente um relatório, a apresentar pelo Governo até 31 de Março, sobre a situação do País em matéria de segurança interna, bem como sobre a actividade das forças e dos serviços de segurança desenvolvida no ano anterior.

Artigo 8.º

Governo

1 — A condução da política de segurança interna é, nos termos da Constituição, da competência do Governo.

2 — Compete ao Conselho de Ministros:

- a) Definir as linhas gerais da política de segurança interna e as orientações sobre a sua execução;
- b) Programar e assegurar os meios destinados à execução da política de segurança interna;
- c) Aprovar o plano de coordenação, controlo e comando operacional das forças e dos serviços de segurança e garantir o seu regular funcionamento;
- d) Fixar, nos termos da lei, as regras de classificação e controlo de circulação dos documentos oficiais e de credenciação das pessoas que devem ter acesso aos documentos classificados.

Artigo 9.º

Primeiro-Ministro

1 — O Primeiro-Ministro é politicamente responsável pela direcção da política de segurança interna, competindo-lhe, designadamente:

- a) Informar o Presidente da República acerca dos assuntos respeitantes à condução da política de segurança interna;
- b) Convocar o Conselho Superior de Segurança Interna e presidir às respectivas reuniões;
- c) Propor ao Conselho de Ministros o plano de coordenação, controlo e comando operacional das forças e dos serviços de segurança;
- d) Dirigir a actividade interministerial tendente à adopção das providências adequadas à salvaguarda da segurança interna;
- e) Coordenar e orientar a acção dos membros do Governo em matéria de segurança interna;
- f) Nomear e exonerar o Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna, mediante proposta conjunta dos Ministros da Administração Interna e da Justiça, após audição do indigitado em sede de comissão parlamentar;
- g) Nomear e exonerar o Secretário-Geral-Adjunto do Sistema de Segurança Interna, mediante proposta conjunta dos Ministros da Administração Interna e da Justiça, ouvido o Secretário-Geral.

2 — O Primeiro-Ministro pode delegar, no todo ou em parte, as competências referidas nas alíneas b) e d) do número anterior no Ministro da Administração Interna.

3 — Quando não dimanarem do Primeiro-Ministro, nos termos do n.º 1, as medidas destinadas à coordenação e à cooperação das forças e dos serviços de segurança dependentes de diferentes ministérios são acordadas en-

tre o Ministro da Administração Interna e os ministros competentes.

Artigo 10.º

Regiões Autónomas

As medidas destinadas à coordenação e à cooperação das forças e dos serviços de segurança dependentes de diferentes ministérios, aplicadas nas Regiões Autónomas, devem ser executadas sem prejuízo das competências do Representante da República e dos órgãos de governo próprio da Região.

CAPÍTULO III

Sistema de Segurança Interna

Artigo 11.º

Órgãos do Sistema de Segurança Interna

Os órgãos do Sistema de Segurança Interna são o Conselho Superior de Segurança Interna, o Secretário-Geral e o Gabinete Coordenador de Segurança.

Artigo 12.º

Natureza e composição do Conselho Superior de Segurança Interna

1 — O Conselho Superior de Segurança Interna é o órgão interministerial de audição e consulta em matéria de segurança interna.

2 — O Conselho Superior de Segurança Interna é presidido pelo Primeiro-Ministro e dele fazem parte:

- a) Os Vice-Primeiros-Ministros, se os houver;
- b) Os Ministros de Estado e da Presidência, se os houver;
- c) Os Ministros da Administração Interna, da Justiça, da Defesa Nacional, das Finanças e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações;
- d) Os Presidentes dos Governos Regionais dos Açores e da Madeira;
- e) Os Secretários-Gerais do Sistema de Segurança Interna e do Sistema de Informações da República Portuguesa;
- f) O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas;
- g) Dois deputados designados pela Assembleia da República por maioria de dois terços dos deputados presentes, desde que superior à maioria absoluta dos deputados em efectividade de funções;
- h) O comandante-geral da Guarda Nacional Republicana, os directores nacionais da Polícia de Segurança Pública, da Polícia Judiciária e do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e os directores do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa e do Serviço de Informações de Segurança;
- i) A Autoridade Marítima Nacional;
- j) O responsável pelo Sistema de Autoridade Aeronáutica;
- k) O responsável pelo Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro;
- m) O director-geral dos Serviços Prisionais.

3 — Os Representantes da República participam nas reuniões do Conselho que tratem de assuntos de interesse para a respectiva Região.

4 — Por iniciativa própria, sempre que o entenda ou a convite do presidente, pode participar nas reuniões do Conselho o Procurador-Geral da República.

5 — Para efeitos do número anterior, o Procurador-Geral da República é informado das datas de realização das reuniões, bem como das respectivas ordens de trabalhos.

6 — O presidente, quando o considerar conveniente, pode convidar a participar nas reuniões os ministros que tutelem órgãos de polícia criminal de competência específica e outras entidades com especiais responsabilidades na prevenção e repressão da criminalidade ou na pesquisa e produção de informações relevantes para a segurança interna, designadamente os dirigentes máximos de outros órgãos de polícia criminal de competência específica.

Artigo 13.º

Competências do Conselho Superior de Segurança Interna

1 — O Conselho assiste o Primeiro-Ministro no exercício das suas competências em matéria de segurança interna, nomeadamente na adopção das providências necessárias em situações de grave ameaça à segurança interna.

2 — Cabe ao Conselho, enquanto órgão de consulta, emitir parecer, nomeadamente, sobre:

a) A definição das linhas gerais da política de segurança interna;

b) As bases gerais da organização, funcionamento e disciplina das forças e dos serviços de segurança e a delimitação das respectivas competências;

c) Os projectos de diplomas que contenham providências de carácter geral respeitantes às atribuições e competências das forças e dos serviços de segurança;

d) As grandes linhas de orientação respeitantes à formação, à especialização, à actualização e ao aperfeiçoamento do pessoal das forças e dos serviços de segurança.

3 — O Conselho elabora o seu regimento e submete-o à aprovação do Conselho de Ministros.

Artigo 14.º

Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna

1 — O Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna funciona na directa dependência do Primeiro-Ministro ou, por sua delegação, do Ministro da Administração Interna.

2 — O Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna é equiparado, para todos os efeitos legais, excepto os relativos à sua nomeação e exoneração, a secretário de Estado.

3 — O Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna dispõe de um gabinete de apoio, ao qual é aplicável o regime jurídico dos gabinetes ministeriais.

4 — O Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna pode optar pelo estatuto remuneratório de origem quando seja trabalhador que exerça funções públicas ou quando esteja vinculado à magistratura judicial, ao Ministério Público, às Forças Armadas ou às forças e serviços de segurança.

Artigo 15.º

Competências do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna

O Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna tem competências de coordenação, direcção, controlo e comando operacional.

Artigo 16.º

Competências de coordenação

1 — No âmbito das suas competências de coordenação, o Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna tem os poderes necessários à concertação de medidas, planos ou operações entre as diversas forças e serviços de segurança, à articulação entre estas e outros serviços ou entidades públicas ou privadas e à cooperação com os organismos congéneres internacionais ou estrangeiros, de acordo com o plano de coordenação, controlo e comando operacional das forças e dos serviços de segurança.

2 — Compete ao Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna, no âmbito das suas competências de coordenação e através dos respectivos dirigentes máximos, a articulação das forças e dos serviços de segurança necessários a:

a) Coordenar a acção das forças e dos serviços de segurança, garantindo o cumprimento do plano de coordenação, controlo e comando operacional das forças e dos serviços de segurança aprovado pelo Governo;

b) Coordenar acções conjuntas de formação, aperfeiçoamento e treino das forças e dos serviços de segurança;

c) Reforçar a colaboração entre todas as forças e os serviços de segurança, garantindo o seu acesso às informações necessárias;

d) Desenvolver no território nacional os planos de acção e as estratégias do espaço europeu de liberdade, segurança e justiça que impliquem actuação articulada das forças e dos serviços de segurança.

3 — Compete ainda ao Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna:

a) Garantir a articulação das forças e dos serviços de segurança com o sistema prisional de forma a tornar mais eficaz a prevenção e a repressão da criminalidade;

b) Garantir a articulação entre as forças e os serviços de segurança e o Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro;

c) Estabelecer com o Secretário-Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa mecanismos adequados de cooperação institucional de modo a garantir a partilha de informações, com observância dos regimes legais do segredo de justiça e do segredo de Estado, e o cumprimento do princípio da disponibilidade no intercâmbio de informações com as estruturas de segurança dos Estados membros da União Europeia;

d) Garantir a coordenação entre as forças e os serviços de segurança e os serviços de emergência médica, segurança rodoviária e transporte e segurança ambiental, no âmbito da definição e execução de planos de segurança e gestão de crises;

e) Garantir a articulação entre o Sistema de Segurança Interna e o planeamento civil de emergência;

f) Articular as instituições nacionais com as de âmbito local, incluindo nomeadamente as polícias municipais e os conselhos municipais de segurança;

g) Estabelecer ligação com estruturas privadas, incluindo designadamente as empresas de segurança privada.

Artigo 17.º

Competências de direcção

1 — No âmbito das suas competências de direcção, o Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna tem poderes de organização e gestão administrativa, logística e operacional dos serviços, sistemas, meios tecnológicos e outros recursos comuns das forças e dos serviços de segurança.

2 — Compete ao Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna, no âmbito das suas competências de direcção:

a) Facultar às forças e aos serviços de segurança o acesso e a utilização de serviços comuns, designadamente no âmbito do Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal e da Central de Emergências 112;

b) Garantir a interoperabilidade entre os sistemas de informação das entidades que fazem parte do Sistema de Segurança Interna e o acesso por todas, de acordo com as suas necessidades e competências, a esses sistemas e aos mecanismos de cooperação policial internacional através dos diferentes pontos de contacto nacionais;

c) Coordenar a introdução de sistemas de informação georreferenciada sobre o dispositivo e os meios das forças e dos serviços de segurança e de protecção e socorro e sobre a criminalidade;

d) Proceder ao tratamento, consolidação, análise e divulgação integrada das estatísticas da criminalidade, participar na realização de inquéritos de vitimação e insegurança e elaborar o relatório anual de segurança interna;

e) Ser o ponto nacional de contacto permanente para situações de alerta e resposta rápidas às ameaças à segurança interna, no âmbito dos mecanismos da União Europeia.

Artigo 18.º

Competências de controlo

1 — No âmbito das suas competências de controlo, o Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna tem poderes de articulação das forças e dos serviços de segurança no desempenho de missões ou tarefas específicas, limitadas pela sua natureza, tempo ou espaço, que impliquem uma actuação conjunta, de acordo com o plano de coordenação, controlo e comando operacional das forças e dos serviços de segurança.

2 — Compete ao Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna, no âmbito das suas competências de controlo e através dos respectivos dirigentes máximos, a articulação das forças e dos serviços de segurança necessários:

a) Ao policiamento de eventos de dimensão ampla ou internacional ou de outras operações planeadas de elevado risco ou ameaça, mediante determinação conjunta dos Ministros da Administração Interna e da Justiça;

b) À gestão de incidentes tático-policiais graves referidos no número seguinte.

3 — Consideram-se incidentes tático-policiais graves, além dos que venham a ser classificados como tal pelos Ministros da Administração Interna e da Justiça, os que requeiram a intervenção conjunta e combinada de mais de uma força e serviço de segurança e que envolvam:

a) Ataques a órgãos de soberania, estabelecimentos hospitalares, prisionais ou de ensino, infra-estruturas destinadas ao abastecimento e satisfação de necessidades vitais

da população, meios e vias de comunicação ou meios de transporte colectivo de passageiros e infra-estruturas classificadas como infra-estruturas nacionais críticas;

b) O emprego de armas de fogo em circunstâncias em que se ponha em perigo a vida ou a integridade física de uma pluralidade de pessoas;

c) A utilização de substâncias explosivas, incendiárias, nucleares, radiológicas, biológicas ou químicas;

d) Sequestro ou tomada de reféns.

Artigo 19.º

Competências de comando operacional

1 — Em situações extraordinárias, determinadas pelo Primeiro-Ministro após comunicação fundamentada ao Presidente da República, de ataques terroristas ou de acidentes graves ou catástrofes que requeiram a intervenção conjunta e combinada de diferentes forças e serviços de segurança e, eventualmente, do Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro, estes são colocados na dependência operacional do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna, através dos seus dirigentes máximos.

2 — No âmbito das competências extraordinárias previstas no número anterior, o Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna tem poderes de planeamento e atribuição de missões ou tarefas que requeiram a intervenção conjugada de diferentes forças e serviços de segurança e de controlo da respectiva execução, de acordo com o plano de coordenação, controlo e comando operacional das forças e dos serviços de segurança.

Artigo 20.º

Secretário-Geral-Adjunto do Sistema de Segurança Interna

1 — Compete ao Secretário-Geral-Adjunto do Sistema de Segurança Interna:

a) Coadjuvar o Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna no exercício das suas funções;

b) Exercer as competências de coordenação e direcção que lhe forem delegadas pelo Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna;

c) Substituir o Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna nas suas ausências ou impedimentos.

2 — O Secretário-Geral-Adjunto do Sistema de Segurança Interna é equiparado a titular de cargo de direcção superior do 1.º grau.

Artigo 21.º

Natureza e composição do Gabinete Coordenador de Segurança

1 — O Gabinete Coordenador de Segurança é o órgão especializado de assessoria e consulta para a coordenação técnica e operacional da actividade das forças e dos serviços de segurança, funcionando na directa dependência do Primeiro-Ministro ou, por sua delegação, do Ministro da Administração Interna.

2 — O Gabinete é composto pelas entidades referidas nas alíneas e) e h) a m) do n.º 2 do artigo 12.º

3 — O Gabinete é presidido pelo Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna.

4 — O Gabinete reúne:

a) Ordinariamente, uma vez por trimestre;

b) Extraordinariamente, sempre que o presidente o convoque, por sua iniciativa ou a pedido de qualquer dos seus membros.

5 — Sob a coordenação do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna funciona um secretariado permanente do Gabinete constituído por oficiais de ligação provenientes das entidades referidas nas alíneas *h)* a *m)* do n.º 2 do artigo 12.º

6 — O Gabinete dispõe de uma sala de situação para acompanhar situações de grave ameaça à segurança interna.

7 — O gabinete previsto no n.º 3 do artigo 14.º presta apoio técnico e administrativo ao Gabinete Coordenador de Segurança.

8 — O Gabinete SIRENE é integrado no Gabinete Coordenador de Segurança.

9 — A Autoridade Nacional de Segurança e o respectivo gabinete funcionam junto do Gabinete Coordenador de Segurança.

Artigo 22.º

Competências do Gabinete Coordenador de Segurança

1 — Compete ao Gabinete Coordenador de Segurança assistir de modo regular e permanente o Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna no exercício das suas competências de coordenação, direcção, controlo e comando operacional e, designadamente, estudar e propor:

- a)* Políticas públicas de segurança interna;
- b)* Esquemas de cooperação de forças e serviços de segurança;
- c)* Aperfeiçoamentos do dispositivo das forças e dos serviços de segurança;
- d)* Condições de emprego do pessoal, das instalações e demais meios, normas de actuação e procedimentos das forças e dos serviços de segurança, a adoptar em situações de grave ameaça à segurança interna;
- e)* Formas de coordenação e cooperação internacional das forças e dos serviços de segurança;
- f)* Estratégias e planos de acção nacionais na área da prevenção da criminalidade.

2 — Compete ainda ao Gabinete Coordenador de Segurança:

- a)* Dar parecer sobre os projectos de diplomas relativos à programação de instalações e equipamentos das forças de segurança;
- b)* Proceder à recolha, análise e divulgação dos elementos respeitantes aos crimes participados e de quaisquer outros elementos necessários à elaboração do relatório de segurança interna.

3 — Para efeitos do disposto no número anterior, o Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna pode:

- a)* Definir as medidas consideradas indispensáveis ao normal funcionamento do Gabinete;
- b)* Emitir directrizes e instruções sobre as actividades a desenvolver.

Artigo 23.º

Unidade de Coordenação Antiterrorismo

1 — Integram a Unidade de Coordenação Antiterrorismo representantes das entidades referidas nas alíneas *e)*, *h)* e *i)* do n.º 2 do artigo 12.º

2 — Compete à Unidade de Coordenação Antiterrorismo garantir a coordenação e a partilha de informação,

no âmbito do combate ao terrorismo, entre os serviços que a integram.

Artigo 24.º

Gabinetes coordenadores de segurança regionais e distritais

1 — Os gabinetes coordenadores de segurança das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira são presididos por pessoa a nomear pelo Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna, mediante proposta do Presidente e integram os responsáveis regionais pelas forças e pelos serviços de segurança previstos nas alíneas *h)* a *m)* do n.º 2 do artigo 12.º

2 — Os gabinetes coordenadores de segurança dos distritos são presididos pelos governadores civis e integram os responsáveis distritais pelas forças e pelos serviços de segurança previstos nas alíneas *h)* a *m)* do n.º 2 do artigo 12.º

3 — Aos gabinetes coordenadores de segurança regionais e distritais cabe exercer as competências de aconselhamento referidas no n.º 1 do artigo 22.º, no âmbito das respectivas áreas geográficas.

4 — A convite do respectivo presidente, podem participar nas reuniões dos gabinetes coordenadores de segurança regionais e distritais os comandantes das polícias municipais.

5 — O Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna informa os Representantes da República acerca das questões de interesse para a respectiva Região.

CAPÍTULO IV

Forças e serviços de segurança

Artigo 25.º

Forças e serviços de segurança

1 — As forças e os serviços de segurança são organismos públicos, estão exclusivamente ao serviço do povo português, são rigorosamente apolíticos e concorrem para garantir a segurança interna.

2 — Exercem funções de segurança interna:

- a)* A Guarda Nacional Republicana;
- b)* A Polícia de Segurança Pública;
- c)* A Polícia Judiciária;
- d)* O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras;
- e)* O Serviço de Informações de Segurança.

3 — Exercem ainda funções de segurança, nos casos e nos termos previstos na respectiva legislação:

- a)* Os órgãos da Autoridade Marítima Nacional;
- b)* Os órgãos do Sistema da Autoridade Aeronáutica.

4 — A organização, as atribuições e as competências das forças e dos serviços de segurança constam das respectivas leis orgânicas e demais legislação complementar.

Artigo 26.º

Autoridades de polícia

Para os efeitos da presente lei e no âmbito das respectivas competências, consideram-se autoridades de polícia os funcionários superiores indicados como tais nos diplomas orgânicos das forças e dos serviços de segurança.

Artigo 27.º

Controlo das comunicações

A execução do controlo das comunicações mediante autorização judicial é da exclusiva competência da Polícia Judiciária.

CAPÍTULO V

Medidas de polícia

Artigo 28.º

Medidas de polícia

1 — São medidas de polícia:

- a) A identificação de pessoas suspeitas que se encontrem ou circulem em lugar público, aberto ao público ou sujeito a vigilância policial;
- b) A interdição temporária de acesso e circulação de pessoas e meios de transporte a local, via terrestre, fluvial, marítima ou aérea;
- c) A evacuação ou abandono temporários de locais ou meios de transporte.

2 — Considera-se também medida de polícia a remoção de objectos, veículos ou outros obstáculos colocados em locais públicos sem autorização que impeçam ou condicionem a passagem para garantir a liberdade de circulação em condições de segurança.

Artigo 29.º

Medidas especiais de polícia

São medidas especiais de polícia:

- a) A realização, em viatura, lugar público, aberto ao público ou sujeito a vigilância policial, de buscas e revistas para detectar a presença de armas, substâncias ou engenhos explosivos ou pirotécnicos, objectos proibidos ou susceptíveis de possibilitar actos de violência e pessoas procuradas ou em situação irregular no território nacional ou privadas da sua liberdade;
- b) A apreensão temporária de armas, munições, explosivos e substâncias ou objectos proibidos, perigosos ou sujeitos a licenciamento administrativo prévio;
- c) A realização de acções de fiscalização em estabelecimentos e outros locais públicos ou abertos ao público;
- d) As acções de vistoria ou instalação de equipamentos de segurança;
- e) O encerramento temporário de paióis, depósitos ou fábricas de armamento ou explosivos e respectivos componentes;
- f) A revogação ou suspensão de autorizações aos titulares dos estabelecimentos referidos na alínea anterior;
- g) O encerramento temporário de estabelecimentos destinados à venda de armas ou explosivos;
- h) A cessação da actividade de empresas, grupos, organizações ou associações que se dediquem ao terrorismo ou à criminalidade violenta ou altamente organizada;
- i) A inibição da difusão a partir de sistemas de radio-comunicações, públicos ou privados, e o isolamento elec-

tromagnético ou o barramento do serviço telefónico em determinados espaços.

Artigo 30.º

Princípio da necessidade

Com excepção do caso previsto no n.º 2 do artigo 28.º, as medidas de polícia só são aplicáveis nos termos e condições previstos na Constituição e na lei, sempre que tal se revele necessário, pelo período de tempo estritamente indispensável para garantir a segurança e a protecção de pessoas e bens e desde que haja indícios fundados de preparação de actividade criminosa ou de perturbação séria ou violenta da ordem pública.

Artigo 31.º

Dever de identificação

Os agentes e funcionários de polícia não uniformizados que, nos termos da lei, aplicarem medida de polícia ou emitirem qualquer ordem ou mandado legítimo devem previamente exhibir prova da sua qualidade.

Artigo 32.º

Competência para determinar a aplicação

1 — No desenvolvimento da sua actividade de segurança interna, as autoridades de polícia podem determinar a aplicação de medidas de polícia, no âmbito das respectivas competências.

2 — Em casos de urgência e de perigo na demora, a aplicação das medidas de polícia previstas no artigo 28.º e nas alíneas a) e b) do artigo 29.º pode ser determinada por agentes das forças e dos serviços de segurança, devendo nesse caso ser imediatamente comunicada à autoridade de polícia competente em ordem à sua confirmação.

3 — Salvo em casos de urgência e de perigo na demora, a aplicação das medidas de polícia previstas nas alíneas e) a h) do artigo 29.º é previamente autorizada pelo juiz de instrução do local onde a medida de polícia virá a ser aplicada.

Artigo 33.º

Comunicação ao tribunal

1 — A aplicação das medidas previstas no artigo 29.º é, sob pena de nulidade, comunicada ao tribunal competente no mais curto prazo, que não pode exceder quarenta e oito horas, e apreciada pelo juiz em ordem à sua validação no prazo máximo de oito dias.

2 — Não é aplicável o disposto no número anterior no caso de a aplicação da medida de polícia ter sido previamente autorizada nos termos do n.º 3 do artigo anterior.

3 — Para efeitos do disposto no n.º 1 é competente o juiz de instrução do local onde a medida de polícia tiver sido aplicada.

4 — Não podem ser utilizadas em processo penal as provas recolhidas no âmbito de medidas especiais de polícia que não tiverem sido objecto de autorização prévia ou validação.

Artigo 34.º

Meios coercivos

1 — Os agentes das forças e dos serviços de segurança só podem utilizar meios coercivos nos seguintes casos:

a) Para repelir uma agressão actual e ilícita de interesses juridicamente protegidos, em defesa própria ou de terceiros;

b) Para vencer resistência à execução de um serviço no exercício das suas funções, depois de ter feito aos resistentes intimação formal de obediência e esgotados os outros meios para o conseguir.

2 — O recurso à utilização de armas de fogo e explosivos pelas forças e pelos serviços de segurança é regulado em diploma próprio.

CAPÍTULO VI

Disposições finais

Artigo 35.º

Forças Armadas

As Forças Armadas colaboram em matéria de segurança interna nos termos da Constituição e da lei, competindo ao Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna e ao Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas assegurarem entre si a articulação operacional.

Artigo 36.º

Disposição transitória

A avaliação de desempenho dos elementos das Forças e dos Serviços de Segurança é regulada em legislação especial, ficando excepcionados da aplicação do disposto no artigo 113.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, e sujeitos aos respectivos regimes estatutários.

Artigo 37.º

Norma revogatória

1 — É revogada a Lei n.º 20/87, de 12 de Junho, alterada pela Lei n.º 8/91, de 1 de Abril.

2 — É revogado o Decreto-Lei n.º 61/88, de 27 de Fevereiro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 51/96, de 16 de Maio, e 149/2001, de 7 de Maio.

3 — É revogado o Decreto-Lei n.º 173/2004, de 21 de Julho.

Artigo 38.º

Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor 30 dias após a data da sua publicação.

Aprovada em 11 de Julho de 2008.

O Presidente da Assembleia da República, *Jaime Gama*.

Promulgada em 19 de Agosto de 2008.

Publique-se.

O Presidente da República, *ANÍBAL CAVACO SILVA*.

Referendada em 19 de Agosto de 2008.

O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Resolução do Conselho de Ministros n.º 133/2008

Sob proposta da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal de Beja aprovou, em 24 de Setembro de 2007, a suspensão parcial do respectivo Plano Director Municipal (PDM) em vigor, na área delimitada na planta anexa à presente resolução, pelo prazo de dois anos e o estabelecimento de medidas preventivas para a mesma área e pelo mesmo prazo.

O PDM de Beja foi ratificado pela Portaria n.º 359/92, de 22 de Abril, revisto pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 123/2000, de 7 de Outubro.

O município fundamenta a suspensão parcial do PDM de Beja na alteração das perspectivas económicas e sociais que determinaram a elaboração do mesmo, sendo que a actual regulamentação condiciona a implementação de um aterro sanitário no concelho de Beja, devido à sua centralidade geográfica relativamente aos outros concelhos da AMALGA, estrutura associativa dos municípios de Aljustrel, Almodôvar, Barrancos, Beja, Castro Verde, Mértola, Moura, Ourique e Serpa, com o objectivo principal da gestão de resíduos numa perspectiva supramunicipal.

A suspensão parcial do PDM incide sobre uma área delimitada na planta de ordenamento, correspondendo integralmente à Herdade do Montinho, cuja regulamentação está presente no artigo 35.º

O estabelecimento das medidas preventivas tem por objectivo evitar a alteração das circunstâncias e das condições de facto existentes que possam limitar a liberdade de planeamento ou comprometer ou tornar mais onerosa a alteração do PDM em curso.

A presente suspensão foi instruída com a colaboração da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, nos termos do n.º 3 do artigo 96.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro, tendo sido concluída já na vigência do Decreto-Lei n.º 316/2005, de 19 de Setembro, que por força do disposto no n.º 1 do seu artigo 4.º é aplicável imediatamente aos procedimentos já iniciados à data da sua entrada em vigor.

Face ao exposto, o processo em apreço já se encontra sujeito ao regime introduzido pelo Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro, respeitando a ratificação unicamente à deliberação de suspensão do PDM e não incidindo sobre o texto das medidas preventivas, que se limita a publicar, atento o disposto nos n.ºs 5 do artigo 100.º, 3 do artigo 109.º e 2 do artigo 80.º (*a contrario*) daquele diploma.

Assim:

Ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 2, nos n.ºs 4 e 5 do artigo 100.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro, e nos termos da alínea g) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 — Ratificar a suspensão parcial do Plano Director Municipal de Beja, pelo prazo de dois anos, na área delimitada na planta anexa à presente resolução e que dela faz parte integrante, abrangendo o artigo 35.º do Regulamento.

2 — Publicar, em anexo, o texto das medidas preventivas aprovadas pela Assembleia Municipal de Beja, em 24 de Setembro de 2007, para a mesma área, a vigorar pelo prazo de dois anos.

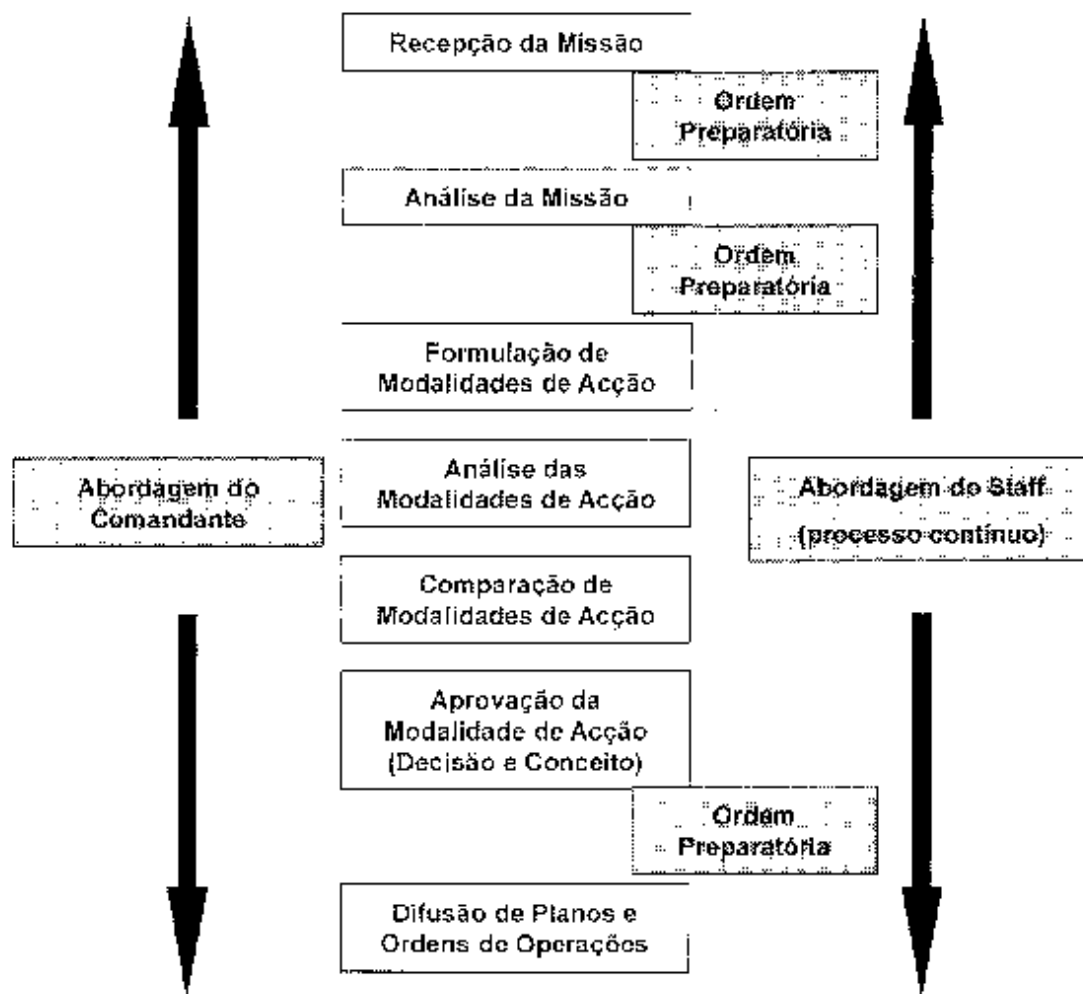
Presidência do Conselho de Ministros, 24 de Julho de 2008. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

Fonte: <http://www.mai.gov.pt/data/documentos/Outros%20Documentos/LSI.pdf>.

ANEXO L

PROCESSO DECISÃO POLICIAL

Figura L.3 – Processo Decisão Policial

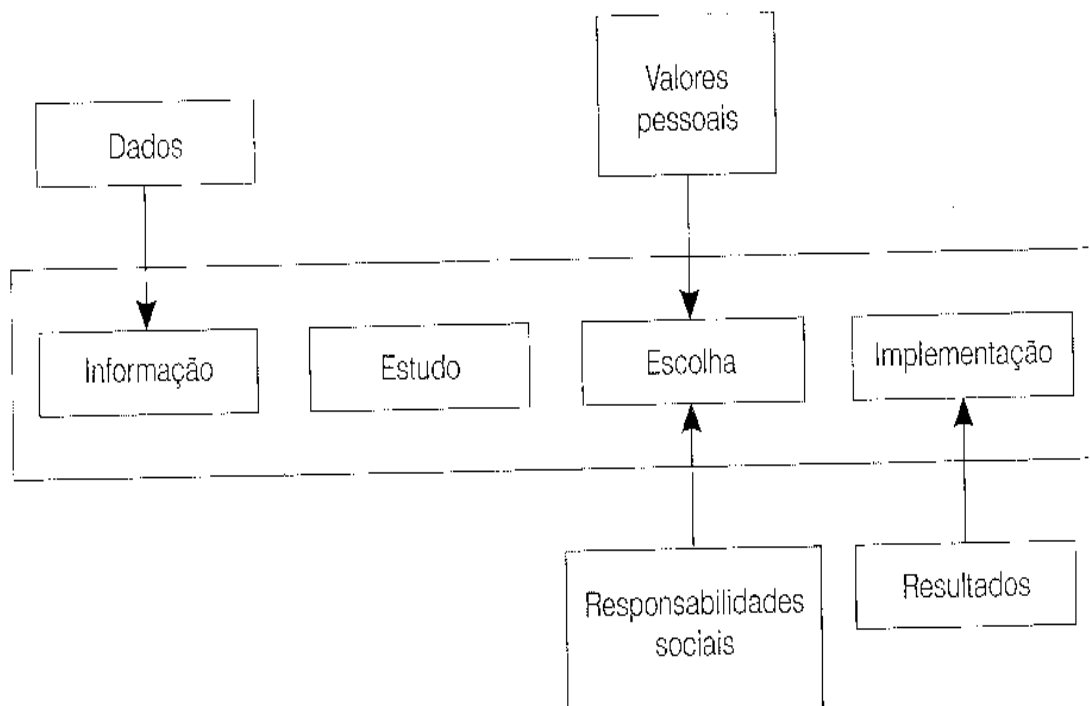


Fonte: in "Estratégia e Gestão Policial em Portugal", pág. 23.

ANEXO M

PROCESSO DECISÃO CIVIL

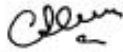
Figura M.4 – Processo Decisão Civil




Fonte: *in* “Sistemas de Informação para as Organizações”, pág 37.

ANEXO N

EXTRACTO DA NORMA SOBRE O SISTEMA OPERACIONAL DA GNR



	GUARDA NACIONAL REPUBLICANA DIRECÇÃO DE OPERAÇÕES
---	--

NEP / GNR – N.º 3.53	02JUL2010
-----------------------------	------------------

ASSUNTO: O SISTEMA OPERACIONAL DA GNR
--

REF.º: Despacho N.º 4501/2010, do Exm.º Comandante Geral da Guarda Nacional Republicana, publicado no Diário da Republica N.º 51, de 15MAR10.

1. FINALIDADE
A presente NEP destina-se a identificar a estrutura do Sistema Operacional da GNR bem como a regulamentar os seus órgãos de comando e controlo.

2. DEFINIÇÃO
O sistema operacional da GNR é o conjunto de Órgãos, Comandos e Unidades, na dependência directa do Comandante Operacional, para efeitos operacionais, responsável pelo cumprimento da missão da GNR.

3. CONSTITUIÇÃO
Integram o Sistema Operacional da GNR:

- a. Comando Operacional
 - 1) Comandante Operacional;
 - 2) Adjunto do Comandante Operacional;
 - 3) Gabinete do Comandante Operacional.
- b. Unidades Orgânicas Nucleares do Comando Operacional
 - 1) Direcção de Operações;
 - 2) Direcção de Informações;
 - 3) Direcção de Investigação criminal;
 - 4) Direcção do Serviço de Protecção da Natureza e do Ambiente;
 - 5) Direcção de Comunicações e Sistemas de Informação.
- c. Comandos Territoriais
- d. Unidades Especializadas
 - 1) Unidade de Acção Fiscal;
 - 2) Unidade Nacional de Trânsito;
 - 3) Unidade de Controlo Costeiro.

- e. Unidade de Segurança e Honras de Estado
- f. Unidade de Intervenção
- g. Órgãos de Comando e Controlo
 - 1) Centro de Comando e Controlo Operacional (CCCO);
 - 2) Salas de Situação das Unidades Operacionais (SS/UOp);
 - 3) Comandos de Destacamento e Postos.

4. ÓRGÃO DE COMANDO E CONTROLO

- a. O CCCO/CO é um órgão de comando e controlo da actividade operacional que funciona na dependência directa do Comandante Operacional, sendo responsável pela permanente monitorização e acompanhamento da actividade operacional da Guarda e pela resolução integrada de incidentes de média ou alta intensidade;
- b. A SS/UOp é um órgão de comando e controlo da actividade operacional que funciona na dependência directa do Comandante de Unidade, sendo responsável pela permanente monitorização e acompanhamento da actividade operacional desenvolvida pela Unidade na sua área de acção e pela resolução integrada de incidentes de baixa ou média intensidade;
- c. Os Comandos de Destacamentos e Postos são órgãos de comando e controlo da actividade operacional que funcionam na dependência directa do respectivo Comandante de Subunidade, sendo responsáveis pela permanente monitorização e acompanhamento da actividade operacional desenvolvida pela Subunidade na sua área de acção e pela resolução integrada de incidentes da baixa intensidade.

5. ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS

a. Do CCCO/CO:

- 1) Garantir o Comando e Controlo Operacional da actividade operacional da Guarda;
- 2) Assegurar a monitorização e o acompanhamento da actividade operacional desenvolvida pelas Unidades da Guarda;
- 3) Realizar, em permanência, o registo, consulta e gestão dos sistemas de bases de dados de apoio à actividade operacional (SIOP, SIISPA, SINOA, SQE, SEI, SIGO, SISON4ALL, SEGURNET, IPO, Cartas de Condução, Armas e Munições, Pessoas Desaparecidas, Propriedade Automóvel e outras que venham a ser criadas/implementadas);
- 4) Garantir o funcionamento permanente da linha SOS Ambiente e Território, quando atribuída, e a linha Azul de Trânsito;
- 5) Monitorizar as notícias que possam influenciar a conduta das operações;
- 6) Assegurar, de forma atempada, a troca de informação operacional com as Salas de Situação dos Comandos das Unidades;
- 7) Disponibilizar toda a informação e dados estatísticos referentes à actividade operacional e respectivos resultados.

b. Das SS/UOp:

- 1) Garantir o Comando e Controlo Operacional de toda a actividade operacional da

ANEXO O

EXTRACTO DO RASI 2010



RECORRER ÀS NOVAS TECNOLOGIAS QUE GARANTEM A PROMOÇÃO DA SEGURANÇA DOS CIDADÃOS

Incrementar projectos plurianuais, transversais e de grande interacção com o cidadão

Após a criação da Unidade de Tecnologias de Informação e Segurança (UTIS) em 2009, foi dada continuidade à consolidação da Rede Nacional de Segurança Interna (RNSI). Em 2010, verificou-se o aumento do número de instalações de sítios das forças de segurança na internet (65 no total) e reforçou-se a largura de banda disponível, melhorando significativamente as comunicações das forças de segurança.

Também em 2010, foi concluída a segunda fase do "112.pt", com a integração do atendimento das chamadas de emergência de Beja, de Castelo Branco e de Leiria. Procedeu-se ao desenvolvimento e instalação de novas funcionalidades, tendo em vista melhorar a qualidade do serviço 112. Teve início o estudo da localização do Centro Operacional 112.pt Norte. Destaca-se, ainda, a introdução de várias melhorias no sistema, sendo já possível visualizar o estado dos operadores, o tempo médio de resposta e acompanhar as respostas dadas a todas as ocorrências recebidas. Por fim, foram introduzidas novas funcionalidades que permitem o atendimento automático de respostas críticas e o reconhecimento de falsas chamadas. O 112.pt recebeu o prémio "Sistema Nacional 112 de Excelência", atribuído, em Bruxelas, pela Associação do Número Europeu de Emergência.

Em 2010 ficou, também, concluída a cobertura, em Portugal Continental e na Região Autónoma da Madeira, do Sistema Integrado das Redes de Emergência e Segurança de Portugal (SIRESP). Foram adquiridos pelo Ministério da Administração Interna e distribuídos às forças e serviços de segurança e protecção civil 18.000 terminais TETRA. O Município de Lisboa passou também a utilizar a rede SIRESP nas comunicações de segurança e emergência. Foram realizados Seminários Distritais de divulgação do SIRESP às entidades utilizadoras.

No âmbito do Sistema Integrado de Vigilância, Comando e Controlo da Costa Portuguesa (SIIVIC) foi concluída a Fase I, através da instalação de dois Postos de Observação Fixos e de três Postos de Observação Móveis. Foram concluídas as obras de adaptação do Centro de Comando e Coordenação Nacional (CCCN) em Alcântara e do Centro de Comando e



Coordenação Regional/Alternativo (CCCR) em Ferragudo. Foram também entregues, no final de Junho de 2010, as 20 Câmaras Portáteis de Visão Nocturna. Todos os equipamentos mencionados começaram já a ser utilizados operacionalmente pela Unidade de Controlo Costeiro da GNR.

Preparar uma nova geração de profissionais das FSS para a utilização das novas tecnologias

Em 2010 foi ministrada formação sobre os novos desenvolvimentos no Sistema Integrado de Informações Operacionais Policiais (SIOP) da GNR. No âmbito do Sistema Estratégico de Informação da PSP (SEI), foram incorporados novos desenvolvimentos, tais como a integração com entidades externas, melhorias nos módulos de investigação policial, a possibilidade de despacho electrónico ou a actualização das categorias de veículos.

No âmbito do Programa Polícia em Movimento foram entregues 1100 computadores portáteis às forças de segurança. Foram desenvolvidas novas funcionalidades no Sistema de Contra-ordenações de Trânsito (SCOT), nomeadamente a integração com os terminais de pagamento e o processo inerente ao envio automático das notificações relativas às contra-ordenações indirectas. Foram, ainda, entregues 600 computadores de secretária.

Alargar o Plano Nacional de Videovigilância

Os projectos de cooperação com as autarquias continuaram a ter uma forte expressão na política de segurança interna em 2010. Neste ano, foram apresentados os projectos de renovação dos sistemas de videovigilância de Fátima, Porto e Coimbra. Submeteu-se à Comissão Nacional de Protecção de Dados um novo projecto de videovigilância para a Baixa de Lisboa e iniciaram-se os estudos de implementação na Amadora (reformulação), Setúbal, Almeirim, Batalha, Vila Nova de Gaia, Óbidos, Portimão, Leiria, Ponte de Lima e Aveiro. Ainda em 2010, decorreram os procedimentos tendo em vista a instalação do sistema de videovigilância do Bairro Alto, em Lisboa.

Desenvolver programas especiais apoiados em geo-referenciação

Em 2010 foi dada continuidade ao desenvolvimento de programas especiais de policiamento apoiados por sistemas de geo-referenciação – Programa Algarve Seguro, Programa Farmácia Segura, Sistema Táxi Seguro e Programa Abastecimento Seguro.



Neste âmbito, merece especial destaque a entrada em funcionamento do Programa Algarve Seguro, desenvolvido através de protocolos celebrados com a Portugal Telecom Inovação, S.A., com a Associação de Empresas de Segurança e com a Associação Portuguesa de Seguradoras, que dota as forças de segurança da Região do Algarve com uma plataforma de geo-referenciação dos seus meios operacionais. Para suportar este sistema de geo-referenciação, foram distribuídos 225 PDAs às forças de segurança, com GPS e software de navegação. A localização destes aparelhos é monitorizada numa aplicação utilizada nos centros de comando e controlo da PSP e da GNR. Esta aplicação disponibiliza ferramentas de gestão de meios, como a localização do meio mais próximo de uma determinada ocorrência.

No âmbito do Programa Farmácia Segura, o Gabinete Coordenador de Segurança desenvolveu, em parceria com a Associação Nacional de Farmácias, um conjunto de iniciativas, das quais se destacam a concepção e divulgação de um DVD de *Formação de Boas Práticas*, a formação de responsáveis das farmácias e o desenvolvimento de um processo automático de resposta a alarmes accionados nas farmácias dos distritos de Lisboa, Porto e Setúbal (num universo de 1.096 farmácias).

Por último importa referir a continuação do trabalho desenvolvido nos programas Abastecimento Seguro e Táxi Seguro, que abrange, actualmente, cerca de 1.300 postos de combustível e 1.317 taxistas.

Fonte: RASI 2010, páginas 10, 11, 12.